



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 42

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2025

Presidente: *Deputado João Vasco Costa (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Luís Garcia).*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o [Debate de Urgência sobre “o Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada”](#).

A intervenção inicial coube ao Deputado José Pacheco (CH), tendo o debate prosseguido com as intervenções dos Deputados Sandra Costa Dias (PS), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), António Lima (BE), Délia Melo (PSD), Nuno Barata (IL), Paulo Margato (PPM), Carlos Silva (PS), Pedro Neves (PS), Hélia Cardoso (CH), José Toste (PS), Cristina Calisto (PS), bem como da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

No decorrer do debate, pediram a palavra para um protesto e contraprotesto, o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão) e o Deputado José Toste (PS), respetivamente.

Dando continuidade ao dia anterior, passou-se à discussão do [Projeto de Resolução n.º 13/XIII – “Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas” \(PS\)](#).

Pediram a palavra para participar no debate os Deputados Francisco Lima (CH), Paulo Silveira (PSD), Dora Valadão (PS), Paulo Chaves (PSD), Patrícia Miranda (PS), António Lima (BE), Paulo Margato (PPM), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Isabel Teixeira (PS), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Em votação final global, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Deputados Patrícia Miranda (PS) e Paulo Silveira (PSD).

De seguida, foi apresentado o [Projeto de Resolução n.º 11/XIII – “Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro - Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos” \(BE\)](#).

Feita a apresentação pelo Deputado António Lima (BE), intervieram no debate os Deputados Francisco Gaspar (PSD), Francisco Lima (CH), Luís Leal (PS), Paulo Margato (PPM), Pedro Pinto (CDS-PP), Nuno Barata (IL), Marlene Damião (PS), Carlos Silva (PS), João Bruto da Costa (PSD), bem como a Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Deputados Francisco Gaspar (PSD), Luís Leal (PS), Pedro Pinto (CDS-PP), António Lima (BE) e Paulo Margato (PPM).

Posteriormente, foi aprovada por unanimidade a [Proposta de Resolução n.º 2/XIII – “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano 2023” \(Mesa da ALRAA\)](#).

De seguida, foi também aprovado por unanimidade o [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que a Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 88/23.6T8VLS](#).

Por fim, procedeu-se às seguintes eleições:

— Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), tendo sido eleita a cidadã Maria Manuela Oliveira Castro Pereira;

— Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional da Educação, tendo sido eleita a cidadã Hermínia Pereira Coelho Rodrigues;

— Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal S.A., tendo sido eleito o cidadão José Manuel Monteiro Lourenço;

— Eleição de um Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana, tendo sido eleita a Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 39 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Eram 10 horas e 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa, para a chamada, se faz favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luis Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos

CDS - Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim Margato

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos entrar então na nossa agenda da reunião com o ponto 1: **Debate de Urgência sobre “o Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada”**, proposto pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do Regimento e os tempos são os seguintes:

o Governo, o PSD, o PS e o CHEGA dispõem de 25 minutos; o CDS-PP, de 12 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e do PAN dispõem de 10 minutos cada.

Para dar início ao debate, por parte do CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema da saúde, nos Açores, é sempre um mote para acesos debates neste Parlamento, mas, hoje, gostaria que nos focássemos apenas no objeto deste debate, que é o Hospital do Divino Espírito Santo (HDES).

O maior hospital dos Açores, o HDES, há muito “gritava” por requalificação, manutenção e ampliação. O estado de abandono ou esquecimento a que foi relegado pelos sucessivos governos socialistas é uma vergonha e até um crime contra o património e contra todos os doentes que necessitam deste serviço de saúde.

O desinvestimento neste hospital teve as consequências previsíveis no dia 4 de maio de 2024, com um incêndio devastador que comprometeu parte da estrutura. Não o classificamos como catastrófico, mas, sim, como grave, uma vez que não destruiu todo o hospital, apenas uma parte dele, que, pelo que consta, já foi em grande parte recuperado.

Esse poderia ter sido o momento ideal para realizar obras estruturais e resolver problemas que se arrastavam há anos, como o do serviço de urgência. No entanto, esse raciocínio só faria sentido se tivéssemos visto mais ação e menos intenções de estudos, que continuam a tardar em se concretizar.

Na vida, assumir um erro é um ato de nobreza, mas, ao que parece, na política, é considerado um ato de cobardia.

Não temos receio de admitir que podemos ter cometido um erro, mesmo que involuntário, ao viabilizar o hospital modular.

Não o consideramos um equívoco por ser uma necessidade transitória, mas, sim,

porque, como receávamos, está cada vez mais próximo de se tornar uma solução permanente, sem ser uma alternativa viável para o bom funcionamento do HDES. Contentores milionários, por mais modernos e bonitos que possam parecer, não passam apenas de uma solução provisória, uma solução que já recolheu milhões de investimento e que nunca terá uma utilidade a longo prazo numa unidade hospitalar.

O que nos traz a este debate de urgência é, precisamente, o volume de informações contraditórias e até algumas suspeitas sobre todo esse processo.

É necessário esclarecer os factos, dissipar todas as dúvidas e obter respostas objetivas e transparentes para os Açorianos, os utentes e os contribuintes, que, neste momento, são os mais prejudicados.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

O Orador: Curiosamente, já é publico um relatório interno do HDES, que acaba por desmentir toda a retórica que ouvimos ao longo de meses e que apenas sustentava uma tese, que ainda temos dificuldade em perceber qual o propósito.

O bem-estar dos doentes não seria certamente, uma vez que o relatório indicava que, bem ou mal, o hospital poderia estar a funcionar em pleno, o mais tardar em agosto de 2024.

A experiência ensina-nos que, quando se insiste excessivamente numa solução sem considerar alternativas, é porque algo está errado, muito errado, e jamais irá melhorar. Como já diz o bom povo, “quando a esmola é grande, o santo desconfia”.

Há muitas questões que precisam de esclarecimento:

De quem partiu a decisão pelo hospital modular? Foi uma sugestão da empresa ou uma iniciativa do Governo? Procuraram alternativas?

Se um relatório interno, já tornado publico, indicava que havia condições para reabrir o hospital na totalidade em agosto de 2024, porque não aconteceu?

Porque foi afastada a administração da altura da tomada de decisões, deixando essa responsabilidade exclusivamente para a diretora clínica Paula Macedo?

As adjudicações diretas no valor de quase 14 milhões de euros foram objeto de consulta a várias empresas? Onde estão os documentos que comprovam isso?

O processo de nomeação de Paula Macedo para Presidente do Conselho de Administração do HDES tem sustentação legal, considerando que ela acumula funções públicas e privadas na área de medicina? Onde está o fundamento jurídico para tal?

O Governo Regional considera correto que o fornecimento de alguns equipamentos tenha sido feito por uma empresa pertencente a um familiar direto, ou seja, ao irmão de Paula Macedo?

O Governo Regional mantém confiança política em Paula Macedo e na restante equipa, apesar de todas essas suspeitas? Que consequências teremos disto?

Acham razoável que uma diretora financeira com 32 anos de serviço agora seja descartada com o argumento de não ser confiável? Quando é que começou a ser de pouca confiança, com a atual administração? Acho muito estranho...

Há algum levantamento dos danos causados aos doentes pelos constrangimentos causados pelo encerramento do HDES e a deslocalização de doentes? Houve algum aumento de óbitos? É uma pergunta que também se levanta.

Face ao atraso no início das obras no HDES, o Governo não pondera mudar a urgência para o edifício (e afetar o modular a outro fim) para não sacrificar os doentes à circulação entre o HDES e os módulos, com custos financeiros e riscos de saúde, a que acrescento a vergonhosa forma de transportar doentes?

Talvez esta também seja uma oportunidade de repensarmos a gestão hospitalar. Em primeiro lugar, ter pessoas com formação técnica na área, ao contrário de uma administração composta por uma médica e dois juristas.

Podemos também repensar se não seria mais eficiente termos uma única administração hospitalar central com vários vogais nas diversas unidades à semelhança do que já fazem outras entidades, como por exemplo o IROA ou a Portos dos Açores.

Finalmente, Sr. Presidente, o que está em causa aqui não é quem teve, tem ou terá razão ou mesmo culpa, quem prejudicou ou deixou de prejudicar, o que realmente importa é a saúde dos Açorianos, que devem estar sempre em primeiro lugar e merecem respostas claras e objetivas.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há 9 meses, deflagrou o incêndio no hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, que causou uma rutura no funcionamento daquela unidade hospitalar e, conseqüentemente, todo o Serviço Regional de Saúde. Perante um acontecimento inédito no nosso país, foi com o esforço, a dedicação e a resiliência dos nossos profissionais de saúde que conseguimos superar, e bem, a primeira fase deste desafio.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: No dia seguinte, começámos a trabalhar no processo de recuperação do hospital de Ponta Delgada para que, mesmo com limitações, fosse possível fazer parte do seu funcionamento em segurança.

Tudo foi feito com rigor e prudência para que a segurança dos utentes e profissionais de saúde nunca fosse colocada em causa.

A opção pelo hospital modular foi proposta pelo Conselho de Administração e validada pela Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Comissão de Catástrofes do Hospital de Ponta Delgada, Direção Clínica, Direção de Enfermagem e por uma equipa de engenheiros do Hospital de Santa Maria, de Lisboa, que colaborou neste processo.

Para a Ordem dos Médicos, a abertura do hospital modular constitui “um avanço

significativo para a saúde da Região, refletindo o compromisso no atendimento e a melhoria contínua das condições de assistência à população”.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

A Oradora: Já a Ordem dos Enfermeiros considera que o hospital modular é “uma solução de apoio indispensável para garantir a continuidade da prestação dos cuidados de saúde à população, enquanto se realiza a recuperação do Hospital do Divino Espírito Santo”.

Mas a Ordem dos Enfermeiros vai mais longe: “Quando se ouve que era possível recuperar corredores e serviços em tempo recorde, tal revela um desconhecimento profundo sobre a segurança dos cuidados e sobre a verdadeira realidade do Hospital do Divino Espírito Santo.”

São os próprios enfermeiros que desmentem que era possível, por exemplo, reabrir o serviço de urgência até ao mês de agosto.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os documentos que o Governo entregou, ontem, a este Parlamento, desmentem esta ideia peregrina.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: A 18 de junho de 2024, um relatório do serviço de instalações e equipamentos do hospital referia que a urgência poderia reabrir mediante “a realização de pequenas intervenções de conforto que poderiam ser concluídas num prazo de 60 dias”.

A 26 de agosto, decorridos 69 dias após a elaboração daquele relatório, o administrador com o pelouro das instalações e equipamentos comunicou à tutela “que estão concluídos os trabalhos de limpeza e substituição de filtros nas unidades de tratamento de ar em toda a ala poente, com exceção do serviço de urgência”.

Ou seja, quem, em junho, garantia que tudo estaria pronto 2 meses depois, chegou ao final de agosto com o trabalho por concluir no serviço de urgência. Em suma,

desmentiu-se a si próprio.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Isto já para não falar das ditas pequenas intervenções de conforto que o autor do relatório mencionou, mas nunca explicou em que consistiam. Até hoje, continuamos sem saber o que eram as ditas pequenas intervenções de conforto. Como também não se explica no relatório como é que se poderia reabrir um hospital na totalidade sem a cozinha, que foi “totalmente perdida, em consequência do incêndio com um prazo global previsto de um ano para ser reativada”.

Estou certa de que a Comissão Parlamentar de Inquérito, já constituída, irá esclarecer estas dúvidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No antigo serviço de urgência do Hospital de Ponta Delgada, 31 enfermeiros disseram que não se responsabilizavam pelas consequências dos seus cuidados prestados nas condições ali existentes. Por isso mesmo, entregaram escusas de responsabilidades. O motivo destas escusas era muito claro: falta de condições estruturais e degradação das instalações existentes.

Já antes do incêndio de 4 de maio, o serviço de urgência não reunia as condições ideais para a prática de cuidados de saúde em segurança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa!

A Oradora: É por isso, com satisfação, enquanto governante e profissional de saúde, que digo, hoje, que estas escusas de responsabilidade acabam de ser retiradas com a abertura em pleno da urgência do hospital modular.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Esta é mais uma prova de que as condições do novo serviço de urgência garantem mais segurança do que as antigas instalações, que alguns queriam reabrir de qualquer maneira. Esta é mais uma evidência de que a opção pela construção do hospital modular foi a mais acertada.

A aquisição de novos equipamentos representa um investimento sem precedentes nas últimas duas décadas do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este foi o primeiro Governo dos Açores que concretizou, no Hospital de Ponta Delgada, uma ação planeada de modernização e substituição de equipamentos completamente obsoletos e com mais de 20 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estes novos equipamentos continuarão a servir os utentes do Serviço Regional de Saúde após as obras no hospital, garantindo uma continuada melhoria na prestação de cuidados de saúde. Um investimento de cerca de 12 milhões de euros na saúde dos açorianos, após duas décadas marcadas pelo recurso a equipamentos obsoletos e velhos.

Veja-se, por exemplo, a aquisição do novo aparelho de ressonância magnética para o hospital modular. Este equipamento vai aliviar os nossos utentes do sofrimento provocado pelas longas deslocações ao continente para a realização de exames diferenciados que, até hoje, não era possível fazer na Região.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é poesia!

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é isso que está em causa!

A Oradora: Além do benefício direto para a qualidade de vida dos utentes, o novo

aparelho de ressonância trará uma poupança de mais de 1 milhão de euros ao Serviço Regional de Saúde, em deslocações ao exterior.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Em suma, é um investimento que se paga a si próprio.

Outro marco neste processo é o facto de o Hospital de Ponta Delgada ter passado a dispor, finalmente, de um bloco operatório que cumpre todos os requisitos exigidos, ao nível do controlo de temperatura, controlo de humidade e número de ciclos de renovação do ar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança de todos foi e continua a ser a prioridade deste Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A segurança de todos foi e continua a ser a prioridade dos profissionais de saúde.

Assim não pensa uma minoria, que optou por desvalorizar a segurança dos açorianos. Essa minoria fingiu ser possível reabrir o hospital de um momento para o outro, apesar do desgaste acumulado de uma estrutura com 27 anos, cujas necessidades de manutenção e modernização foram negligenciadas durante décadas.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os críticos do hospital modular nunca, repito, nunca apresentaram qualquer alternativa, nunca.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta minoria preferia deixar tudo como estava antes e simplesmente não fazer nada, prejudicando os utentes do Serviço Regional de Saúde e ignorando a opinião da maioria dos nossos profissionais.

Alguma oposição quis transformar o incêndio no Hospital do Divino Espírito Santo, num instrumento de combate político.

Pelo contrário, este Governo teve como única prioridade a prestação em segurança de cuidados de saúde a todos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Apresentámos soluções para que os Açores pudessem superar desta trágica ocorrência.

Outros apenas tentam lançar o alarmismo num indecente aproveitamento político de uma tragédia.

Vozes de alguns deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Os açorianos saberão avaliar a postura de uns e de outros.

Aos que hoje tentam semear o pânico, promover a discórdia e usar a saúde como arma de arremesso político ou partidário, deixo aqui os resultados que esta governação já alcançou desde 2020:

Nos três hospitais da Região, o número total de sessões do hospital de dia, em 2024, foi de 88 mil sessões, mais 15 % do que aquilo que foi produzido em 2019;

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nos três hospitais da Região, o número total de cirurgias, em 2024, foi de 12 mil cirurgias, mais 32 % do que em 2019;

Deputado António Lima (BE): Onde é que isso está publicado?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Nos três hospitais da Região, o número total de consultas médicas, em

2024, foi de 330 mil consultas, mais 42 % do que em 2019;

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Nas unidades de saúde de ilha, o número total de consultas médicas, em 2024, foi de quase 579 mil consultas, mais 15 % do que em 2019.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi um aumento transversal em todas as ilhas dos Açores, em que se destacam as consultas de medicina geral e familiar, uma evidência clara da elevada taxa de cobertura por médicos de família, que é de 94 %.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Foi com este Governo que se registou um aumento de 21 % do quadro de recursos humanos, entre 2019 e 2024, só nas unidades de saúde de ilha.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este é o Governo que valoriza os profissionais de saúde dos Açores.

Hoje, há maior acesso aos cuidados de saúde, há mais atividade assistencial e há mais produção cirúrgica na Região.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Gostaria ainda de agradecer a oportunidade que me é dada com este debate de urgência,

para esclarecer algumas questões do puro oportunismo político.

O Estatuto do Gestor Público Regional, criado em 2008, por um governo socialista, e aprovado neste Parlamento, permite expressamente a acumulação de funções dos membros dos conselhos de administração dos hospitais, com a realização de atividades médicas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso em que ano é que foi?

A Oradora: Não deixa de ser caricato que o Partido Socialista, cujo Governo criou esta legislação, venha agora insurgir-se contra ela.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Outra questão diz respeito aos atos de contratação pública decididos pelo Governo Regional neste processo do hospital modular.

Recordo que o recurso a ajustes diretos resulta das medidas excecionais de contratação pública, aprovadas em decreto-lei pelo Governo da República, na sequência do incêndio do Hospital do Divino Espírito Santo e da declaração de calamidade pública. Trata-se de uma legislação em tudo idêntica à criada em 2019, após o Furacão Lorenzo. A entidade adjudicante foi sempre a Direção Regional da Saúde e não o Hospital de Ponta Delgada.

Ao abrigo do estado de calamidade, foram efetuados 25 procedimentos por ajuste direto, dos quais apenas dois tiveram a empresa Medinfar como adjudicatária.

Além disso, está em causa uma empresa que fornece várias instituições do Serviço Regional de Saúde desde 1984, nomeadamente os três hospitais da Região, as unidades de saúde das Flores, Graciosa, Pico, São Jorge, Santa Maria, São Miguel e Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado José Pacheco (CH): Então, porque é que os concorrentes puseram em

tribunal?

A Oradora: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sou médica internista e iniciei a minha carreira em 2010, no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira. Ao longo do meu percurso, vivenciei várias realidades em diferentes hospitais nacionais e internacionais.

As competências que adquiri formataram a minha atuação, não só como médica, mas como ser humano.

O utente será sempre, para qualquer profissional de saúde, o bem mais precioso, e a sua segurança estará sempre em primeiro lugar.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: É certo que não responde aos Srs. Deputados enquanto médica, mas, sim, como titular da pasta da saúde. Mas há algo de que não abdicarei: para mim, o bem-estar e a segurança dos utentes estão acima dos partidos e da política.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: É por esta máxima que me guio.

Disse.

Aplausos de pé dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo (com exceção do Vice-Presidente do Governo).

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, está presente nas galerias o antigo deputado desta Casa, o Dr. Pedro Gomes, a quem saúdo.

Aplausos da Câmara.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Pausa.

A Mesa já tem inscrições, tem a palavra para o efeito a Sra. Deputada Sandra Costa Dias. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Parlamento dos Açores, nomeadamente por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, por diversas formas e em diversos momentos, promoveu iniciativas como debate de urgência, requerimentos e mesmo audições em comissão, com vista ao cabal esclarecimento das opções políticas adotadas pelo Governo dos Açores, após o incêndio do HDES.

Em todos os momentos, o Governo foi pouco transparente e revelou mais vontade em esconder do que em esclarecer.

Em todo o trajeto, desde o dia 4 de maio até hoje, o Governo foi forte na propaganda e fraco no diálogo e no esclarecimento das opções adotadas.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado.

A Oradora: Mas a verdade impõe-se: as decisões tomadas após o incêndio devem ser avaliadas a fundo. A nossa Região, no que diz respeito à saúde, passou a ter um antes e um depois de 4 de maio de 2024.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não tenha dúvida!

Deputado Flávio Soares (PSD): Isso é óbvio!

A Oradora: Desde o primeiro momento, a 4 de maio e em inúmeras ocasiões subsequentes, reconhecemos o trabalho incansável dos profissionais de saúde e de

todos os envolvidos na evacuação do HDES e na resposta de emergência. Esse reconhecimento nunca será excessivo.

No entanto, hoje, o que está em causa é a opção de adiar a recuperação do HDES para justificar o investimento no hospital modular. E as consequências dessa decisão para utentes, profissionais e para o erário público.

Nas últimas semanas, foram conhecidos vários relatórios técnicos, elaborados pelo Serviço de Instalações e Equipamentos do Hospital de Ponta Delgada, tornados públicos pelo anterior administrador do HDES e pelos órgãos de comunicação social, datados dos meses de maio a julho de 2024. Estes relatórios identificam as áreas afetadas, registam as intervenções realizadas, documentam a preparação dos serviços clínicos para a retoma da atividade e orçamentam os custos associados a essa recuperação. E mais, apresentam um cronograma detalhado, demonstrando que a recuperação do hospital era possível.

Entre as várias datas apontadas, destaca-se a do Serviço de Urgência. O relatório indica que o serviço de urgência, tal como operava antes do incêndio, poderia ter sido reaberto em agosto de 2024. Mesmo considerando obras de melhoramento, a unidade estaria plenamente funcional.

O mesmo relatório alertava para a necessidade de uma solução definitiva para as infraestruturas e equipamentos, apresentando um orçamento estimado na ordem dos 11 milhões de euros para a recuperação total do hospital. E o que fez o Governo Regional com esta informação? Ignorou-a.

O Governo sabia desta solução, pelo menos desde o dia 18 de junho e, mesmo assim, optou pelo hospital modular. Esta não foi uma decisão dos açorianos. Não foi debatida, não foi ponderada, não foram avaliadas alternativas, nem tão pouco o seu impacto e consequências. Não sabemos ao certo de onde provém esta solução, se da empresa fornecedora, se da equipa do Ministério da Saúde ou se da diretora clínica. Até hoje, ninguém o esclareceu claramente. Mas sabemos que a responsabilidade última e política é do Governo Regional, é do Sr. Presidente do Governo Regional.

Também tem sido contraditória a informação dada pelo Presidente do Governo e pela Secretária Regional quanto ao momento e com que fundamentos a decisão foi tomada. O Governo Regional não liderou, não analisou alternativas, não avaliou os impactos, limitou-se a aceitar. Foi a opção fácil, mas são cada vez mais as evidências de que não terá sido a opção certa.

O Governo Regional falhou na sua missão mais básica: garantir cuidados de saúde seguros, dignos e em tempo útil aos Açorianos.

A ausência de liderança política neste processo teve efeitos devastadores para o nosso Serviço Regional de Saúde. E quem sofre com isso? Todos os Açorianos, especialmente os micalenses, que têm o HDES como o seu hospital de referência.

Nos últimos nove meses, a degradação dos serviços de saúde tornou-se evidente e é sentida diariamente por milhares de açorianos. Esta situação compromete o futuro da saúde na próxima década.

Os problemas não ficam por aqui. O caos instalado afeta todas as áreas do HDES e do hospital modular. E faço notar, tal como já o fiz em outros debates, a ausência do Sr. Presidente do Governo neste debate!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha decência! Que vergonha!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Baixaria política! O Presidente da ALRAA também está ausente pelo mesmo motivo!

Deputado Berto Messias (PS): Fica fechadinho no seu gabinete!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Fica claro, uma vez mais, a falta de coragem do Presidente do Governo Regional em vir justificar as suas decisões aos Açorianos.

Sras. e Srs. Deputados, o hospital modular foi apresentado, em julho, como sendo a melhor solução a implementar até ao final de agosto. Os atrasos na sua construção são sucessivos. Deveria estar pronto a 31 de agosto. Passou para outubro. Foi adiado para

dezembro. E apenas a 5 de fevereiro de 2025, começou a funcionar, mesmo assim com falhas graves.

O impacto nos doentes deslocados é grave e inaceitável. Pacientes de outras ilhas são obrigados a viajar até ao HDES, apenas para verem as suas consultas, exames e cirurgias adiadas, muitas vezes no próprio dia. Para além dos custos financeiros e do transtorno pessoal, o agravamento significativo das listas de espera, confirmado pelo relatório disponibilizado ontem, é uma das consequências mais alarmantes, traduzido, em muitos casos, no diagnóstico tardio de doenças graves.

O funcionamento deficiente do HDES e do hospital modular evidencia a falta de planeamento e organização. O transporte de doentes entre unidades compromete a segurança dos pacientes. Na mesma viatura, imagine-se, podem seguir um doente que fraturou um pé, um doente com tuberculose e um doente com Gripe A.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que disse isso?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não lance alarmismo desnecessário.

A Oradora: O resultado? O doente que fraturou o pé regressa 2 dias depois, agora infetado com Gripe A.

A maternidade dispõe de apenas nove camas e um único WC sem duche. As mães e os recém-nascidos partilham um espaço reduzido, separados apenas por biombos, sem condições mínimas de higiene. Quando há mais de nove mães internadas, a solução encontrada é colocá-las no bloco de partos.

Na urgência, a falta de privacidade é um problema crítico: não existem salas adequadas para exames ginecológicos, por exemplo.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Na urgência não se fazem exames ginecológicos!

A Oradora: Como solução improvisada, estes são também realizados no bloco de partos, um espaço com sobreposição de respostas que só resulta num mau serviço prestado aos utentes.

O que temos, hoje, nos Açores, não é um serviço de saúde, mas, sim, um serviço de remendos e improvisos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: O hospital modular foi uma decisão tomada à margem do Conselho de Administração do HDES, e quem ousou opor-se a essa solução foi demitido com efeitos retroativos (coisa nunca antes vista).

O resultado de todo este processo? O acesso a cuidados de saúde é uma luta diária, com utentes a aguardar meses — ou anos — por consultas e cirurgias. E quem paga por esta incompetência governativa? Os Açorianos, em particular os mais vulneráveis, as famílias que agora recorrem ao setor privado e pagam um preço alto — para alguns, inacessível —, todos aqueles que dependem do Serviço Regional de Saúde e que, agora, simplesmente, aguardam por uma resposta adequada.

Este Governo Regional falhou com os Açorianos. Falhou com a saúde. Falhou com os doentes. E falha com o futuro dos Açorianos!

Deputado José Toste (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quase um ano depois do incêndio que afetou o Hospital do Divino Espírito Santo, esta Casa prepara-se para discutir as consequências dessa circunstância e as opções políticas tomadas.

Vimos para este debate com uma postura de responsabilidade e focados no que é verdadeiramente fundamental, tratar do futuro do Serviço Regional de Saúde...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque não vamos tratar desta matéria como uma arma de arremesso político, criando alarmismos junto dos Açorianos, numa postura de total irresponsabilidade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não nos ocuparemos do passado, pois acreditamos que, desde a primeira hora, o Governo Regional procurou agir com prontidão e boa-fé perante uma situação nunca antes vivida na Região ou no país.

Esse é um aspeto que merecem ser realçado ao longo deste difícil e complexo processo de recuperação do HDES.

Contudo, o propósito do CDS é colocar a questão na perspetiva que consideramos mais pertinente para a nossa Região como um todo e, sobretudo, para os doentes que necessitam de cuidados de saúde, de qualidade.

Sabemos bem que o incêndio que afetou o HDES exige investimentos de uma recuperação profunda, sólida, que dê resposta, não apenas aos desafios do presente, mas do futuro.

Não somos contra o investimento que já se realizou ou previsto. O que defendemos é uma abordagem mais ampla. O que dizemos é que a situação do HDES é razão, mais que suficiente, para investirmos na capacitação transversal do Serviço Regional de Saúde e criar uma verdadeira redundância no Serviço Público de Saúde.

Sr. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No CDS, sabemos assinalar bem as diferenças entre o Serviço Regional de Saúde e o Sistema Regional de Saúde.

É positivo ter um Sistema Regional de Saúde que integre parceiros privados e sociais válidos, mas é ainda mais positivo que tenhamos um Governo Regional e esta Assembleia focados em valorizar o Serviço Regional de Saúde, que não é substituível de forma alguma pelos setores privado e social, estes são, sim, complementares.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito

bem!

A Oradora: A situação do HDES que motiva este debate de urgência é um bom ponto de partida para discutirmos o Serviço Regional de Saúde que os Açores precisam. Um Serviço Regional de Saúde que seja capacitado, robusto e que ofereça redundância de serviços.

É esse o caminho que está a ser trilhado, um serviço regional que tenha uma política debatida por esta Casa e definida pelo Governo Regional.

Essa responsabilidade é nossa, enquanto decisores políticos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Precisamos de redundância no Serviço Regional de Saúde, porém, essa redundância não pode ser construída exclusivamente com privados numa só ilha. Deve ser fortalecendo e robustecendo o Serviço Regional de Saúde em todas as ilhas, o hospital da Terceira, da Horta, os centros de saúde.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A par disso, não concordamos com a centralização de serviços de saúde numa única ilha. Não aceitamos que a casuística seja critério decisivo para implementar serviços de saúde nos Açores.

A implementação do serviço de radioterapia na ilha Terceira, por exemplo, foi uma proposta do CDS e a verdade é que, desde que foi implementada está a funcionar com sucesso, mesmo que outras forças políticas não concordassem e apontassem a falta de casuística como razão para que não fosse implementado.

Da mesma forma, defendemos a instalação da unidade de hemodiálise na ilha do Pico e, mais recentemente, fomos os primeiros a defender a instalação de uma unidade de hemodinâmica no Hospital de Santo Espírito, na ilha Terceira, ou ainda, como temos defendido, a importância da medicina interna em centros de saúde, em ilhas como a ilha de São Jorge.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É assim que se capacita o Serviço Regional de Saúde, numa lógica de

complementaridade que serve todos os Açorianos por igual.

Estes exemplos evidenciam a importância da redundância numa região como a nossa, que é arquipelágica e sujeita a diversos eventos climáticos adversos e outros riscos naturais que podem incapacitar as estruturas de saúde, em qualquer uma das nossas ilhas.

Sempre que possível, devemos ter redundância e não podemos pensar apenas na casuística.

Se assim fosse, não teríamos, por exemplo, um neurocirurgião nos Açores. Não teríamos, hoje, a caminho três ressonâncias magnéticas na Região, nem teríamos a pretensão de capacitar todas as ilhas com TAC.

São os Açores, no seu todo, que estão em causa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membros do Governo:

Há muito que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender que todos os esforços, todos os meios e todos os recursos disponíveis deveriam ter sido alocados à reabertura do Hospital de Ponta Delgada na totalidade.

Isso não seria impedimento, nem condicionaria a necessária modernização futura do hospital.

Têm sido feitas, nas últimas semanas, revelações que são profundamente perturbadores: desde as afirmações na Comissão de Assuntos Sociais do antigo vogal do Conselho de Administração, o Dr. António Vasco Viveiros, de que seria possível a

reabertura total do hospital em agosto; desde a revelação, nessa mesma audição e pela comunicação social, de documentos técnicos do serviço de instalações e equipamentos do hospital que suportam essa avaliação.

Conhecemos esses excertos desses relatórios e o Governo, ontem, remeteu um deles ao Parlamento.

E, segundo esses relatórios, onde consta um cronograma dos trabalhos técnicos a realizar, a data para a reabertura completa do hospital poderia variar entre julho e agosto de 2024, dependendo da finalização das intervenções programadas.

Hoje, a Sra. Secretária vem dizer que (e enviando um *e-mail* a 3 minutos do início do debate) este prazo, eventualmente, não teria sido cumprido.

Mas aquilo que a Sra. Secretária não leu foi a afirmação no mesmo *e-mail*, do mesmo vogal a dizer que, no prazo de uma semana, estaria concluído o trabalho no serviço de urgência e noutros serviços, ou seja, até final de agosto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, até final de agosto, estariam concluídos os trabalhos e isso não foi dito e é de uma profunda irresponsabilidade aquilo que fez.

Sra. Secretária, a transparência que o Governo, agora, quer criar, enviando documentos em cima da hora do debate, porque é que não existiu quando enviou ao Parlamento e à Comissão de Assuntos Sociais o relatório do progresso, em que alguns destes relatórios já existiam? Porque é que essa informação nunca foi partilhada com o Parlamento? Porque é que nunca foi partilhada com as açorianas e açorianos? Porque é que ocultou das açorianas e açorianos essa informação, quando tantas vezes foi questionada, em comissão e por escrito, a senhora e o Conselho de Administração, sobre as condições do hospital e os motivos que impediam a sua reabertura total?

A verdade é que o Governo ocultou das pessoas informação essencial à avaliação do estado do hospital. Contrariando a documentação técnica do próprio hospital, o Governo decidiu investir 30 milhões de euros num hospital modular, contrariando a informação técnica de que dispunha e escondeu do Parlamento.

Os custos para a saúde das pessoas são incalculáveis. Apesar das inúmeras vezes que perguntamos, nunca essa informação foi dada.

O Governo, a 25 de maio, já falava num hospital modular.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O Governo não, o hospital!

O Orador: O relatório do progresso entregue no Parlamento, que é datado de julho, já afirmava que haveria um hospital modular. Que estaria concluído quando? Em agosto! E só ficou concluído em fevereiro. Quem é que derrapou no prazo, Sra. Secretária? E, se era possível reabrir o Hospital de Ponta Delgada, como os dados técnicos a que nós temos agora acesso assim o indicam, em agosto, a decisão de não reabrir é grave e é uma total irresponsabilidade, é a maior irresponsabilidade da história da Autonomia...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... e isso está sobre os ombros do Conselho de Administração atual, sobre os ombros da Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social e sobre os ombros do Sr. Presidente do Governo, que hoje deveria estar aqui a dar a cara por essa decisão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é de uma baixaria!

O Orador: Explicações têm de ser dadas e tardam, porque há muito que elas são pedidas e que agora aparecem a conta-gotas, em cima do debate.

O grau dos danos que essa decisão do Governo teve na saúde dos Açorianos é difícil de compreender e talvez nunca saberemos em detalhe.

Mas, ainda ontem, também, curiosamente, foram publicados os relatórios em falta, embora não todos, porque faltam os relatórios anuais das listas de espera cirúrgicas na Região. Mais uma vez, em cima do debate, o Governo quer ser transparente, quando

andou meses a ocultar as listas de espera cirúrgicas nos Açores.

E os dados que são revelados incompletos são graves e preocupantes. No Hospital de Ponta Delgada, em dezembro de 2024, há mais 1159 utentes em lista de espera, um aumento de 16,3 %.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não houve um incêndio?!

O Orador: O tempo médio subiu 18,6 % e a mediana, 25 %. O número de cirurgias caiu 28 % e as cirurgias urgentes caíram 26 %. E isso é grave, porque a opção do Governo para o hospital modular atrasou os cuidados de saúde dos açorianos e açorianas e prejudicou a sua saúde...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... e essa responsabilidade recai inteiramente no Governo da coligação PSD, CDS-PP e PPM, na Sra. Secretária e no Presidente do Governo. O facto de haver milhares de pessoas a sofrer nos Açores por insuficiência do Serviço Regional de Saúde recai sobre os seus ombros.

A alternativa, Sra. Secretária, era seguir as indicações técnicas que tinha, reabrir o Hospital de Ponta Delgada na totalidade e preparar, sim, as obras de futuro para um hospital que sirva melhor os Açores, não é deixar o hospital fechado e as pessoas a sofrer.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado José Pacheco, do CHEGA. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda custa, mas o tema é saúde.

Sra. Secretária, vou ser muito claro, o CHEGA não veio aqui pedir a sua cabeça, mas uma coisa eu vou-lhe garantir: os que muito aplaudiram a senhora vão ser os primeiros a pedir a sua cabeça. Eu não tenho a menor dúvida: a senhora vai ser o elo mais fraco de uma coisa que eu tenho a certeza de que não tem culpa. Eu tenho a certeza de que

não foi a senhora. E porque é que tenho a certeza? Porque não foi a senhora que falou comigo, foi o Presidente do Governo. Quem é que foi o intermediário disso tudo? Paula Macedo, que passou por cima da administração. Como é que a Sra. Secretária — e perdoe-me, eu não tenho filhos e é assim que eu sou — tem o descaramento de dizer que a administração viabilizou o hospital modular, quando a administração do hospital não teve voz ativa? Não disse, disse zero, senhora.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Já lhe vou dizer!

O Orador: Não minta às pessoas, não assuma as dores dos outros.

Como é que é possível a Ordem dos Enfermeiros dizer que o hospital modular é melhor que o hospital? Como é que é possível? Está à espera de um tacho no Governo, o senhor? Isso é o mesmo que eu dizer, como deputado, que o som é melhor aqui ou acolá. Não é a minha competência, é competência dos técnicos internos.

E mais, há uma mentira que foi dita naquele dia, no dia da apresentação. Foi dito naquele dia que aquele hospital modular até era possível de desmontar e ir para outra ilha em caso de catástrofe.

Ó senhores, isto é uma mentira, isto é impossível de fazer. Aquilo quando for desmontado, quando muito, é sucata, não serve para mais nada, é impossível! O custo daquilo ser desmontado e ser montado noutra sítio é de 5 milhões de euros.

Deputado Flávio Soares (PSD): Então não é impossível.

O Orador: As coisas têm de ser ditas como elas são e não como os senhores querem que sejam. A hipocrisia, a cobardia política, isso é muito feio, tem de acabar!

As viaturas a transportar doentes. Acham isso normal?

Estive 3 horas à porta do modular, infelizmente, por motivo de saúde. Assisti a coisas que nunca na minha vida, no século XXI, achava ser possível.

Mas, Sra. Secretária, porque é que continuam a acreditar na Presidente do Conselho de Administração? Porque é que foi ela quem mediou todo este processo? Porque é que foi ela que defendeu o hospital modular?

Sra. Secretária, uma vez que não está cá quem falou deste assunto... E atenção que o

CHEGA foi o partido que disse: “Estamos aqui numa situação transitória.” Pusemo-nos ao lado do Governo, não criámos grandes problemas. Sabe como é que nós nos sentimos? Enganados. Sentimo-nos enganados, em nome dos Açorianos, e isto não é possível.

Sra. Secretária, afinal, quem é que arranjou a solução, foi o Governo ou foi a empresa que bateu à vossa porta? Quem é que está a lucrar com isso?

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Muito obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são de reconhecimento a todos os profissionais que estiveram envolvidos numa resposta concertada, para permitir o regresso dos utentes que estavam na CUF ao perímetro do Hospital do Divino Espírito Santo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... concentrando, assim, novamente, todos os recursos no mesmo espaço e rentabilizando esses mesmos recursos.

Deputado José Pacheco (CH): O hospital modular agora já é um hospital! É preciso ter uma lata! Os senhores não têm vergonha na cara!

A Oradora: É preciso nós não nos esquecermos que nunca testemunhámos uma crise desta dimensão. E, perante esta crise, aquilo que aconteceu foi, face a um episódio sem precedentes, uma resposta eficaz e rápida, por parte deste Governo Regional.

A verdade é que o Governo, priorizando aquilo que deveria priorizar, fez muito bem, que tem a ver com a segurança, o bem-estar e também a prestação de serviços de saúde de qualidade aos utentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estas são as prioridades e, nunca descurando estas premissas, este Governo agiu, e agiu bem. E aquilo que fez foi tomar uma decisão, obviamente, fundamentada naquilo que foi a auscultação feita aos profissionais, aos técnicos, a quem está realmente a trabalhar no terreno e tem informações para dar e sabe a realidade de todo o processo.

Portanto, quando dizem, aqui, que se optou por um hospital modular e fazem parecer que foi um capricho deste Governo, estão todos a passar uma informação completamente errada.

Nós estamos a falar de informações, ou daquilo que foram as opções, por parte das ordens profissionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nós estamos a falar aqui da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Enfermeiros, que validaram esta posição. Estamos a falar de uma direção clínica que tem a seu cargo os diretores de serviço, ou seja, a equipa clínica do hospital que coordena esta equipa — e foi consensual ou, pelo menos, a maioria concordou com esta opção —, a direção da enfermagem e não esquecer que, ao abrigo do protocolo assinado com o Serviço Nacional de Saúde, também tivemos cá, e continuamos a ter, especialistas, apoio especializado de vários elementos na área da engenharia.

Portanto, há aqui uma vasta equipa, com muito conhecimento, que está a dar todos os aportes necessários para validar esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: O que é certo é que, a par destas premissas que nunca foram descuradas, está-se também a trabalhar para aquilo que é essencial, que é projetar uma visão de futuro para o Serviço Regional de Saúde, que é isto que este Governo tem feito

incessantemente.

O que se coloca aqui é uma questão muito simples: se, hoje, este Governo não tivesse tomado opção pelo hospital modular, continuaríamos a ter este debate, mas por outras razões...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

A Oradora: ... porque o Partido Socialista estaria a acusar este Governo de estar a trabalhar de costas viradas para as ordens profissionais, estaria a acusar este Governo de estar a prejudicar os utentes, porque aquilo que realmente interessa ao Partido Socialista não é esclarecer a verdade, não é olhar para os interesses dos utentes, é criar aqui uma trica política com este assunto.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Ora, o Hospital do Divino Espírito Santo, para estar em pleno funcionamento a 3 de maio (o dia antes do incêndio)... Seria o adiar de uma situação inevitável.

Todos sabiam que era necessária uma intervenção profunda naquelas infraestruturas. Toda a gente reconhecia isso. Quando se fala do HDES, fala-se de um edifício com mais de 25 anos, com um projeto ainda mais antigo, com problemas estruturais e deficiências graves, portanto, esta intervenção seria inevitável.

A Sra. Deputada falou aqui que se faria uma recuperação total com 11 milhões de euros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não somos nós que dizemos, são os relatórios.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Vocês acreditam e depois reproduzem.

A Oradora: Ó Sra. Deputada, 11 milhões de euros, uma recuperação total?! Isto não

daria para fazer aquilo que é necessário naquele hospital.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não, não daria para fazer.

Portanto, o que é certo é que é admitido que não dava para abrir o hospital.

Em relação, por exemplo, ao bloco operatório, o bloco operatório não tinha as condições ideais, não cumpria os requisitos exigidos ao nível de controlo da temperatura, da humidade, da renovação dos ciclos de ar. Portanto, isto foi dito, as unidades de tratamento de ar tinham quase 30 anos e necessitavam de uma substituição. Agora, o que eu pergunto é: se o Governo optasse por abrir o bloco operatório e se alguma coisa corresse mal, de quem era a responsabilidade?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Era da Secretária!

A Oradora: Se acontecesse algum infortúnio com algum utente, o que é que nós estaríamos a fazer aqui? Estaríamos aqui a apurar responsabilidades e a dizer que este Governo era responsável por essa situação, que felizmente nunca aconteceu e que nós não queremos que aconteça.

Portanto, a segurança dos utentes em primeiro lugar e isso nunca será descurado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas pergunto à Sra. Secretária se alguma vez recebeu alguma informação, se lhe foi transmitida a opinião do diretor do serviço do bloco operatório. Porque toda a gente opina. E o que é que pensa o diretor de serviço do bloco operatório? O que é que pensam os cirurgiões? Alguma vez teve esse feedback? Gostaria que nos dissesse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mais, em relação ao serviço de urgência, nós sabemos que também havia várias fragilidades. E no próprio relatório...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Afinal tem o relatório!

A Oradora: ... diz o seguinte: “À data do incêndio, esta unidade funcional apresentava várias fragilidades ao nível da oferta geral de condições para a assistência condigna aos utentes. Apesar disso, sempre permitiu resposta adequada.”

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é esse relatório?

A Oradora: É aquele relatório que chegou aos órgãos de comunicação social antes de chegar aos deputados de forma formal. É este relatório.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ora, este relatório indica que há falhas graves. Para além disso, nós ouvimos daquela tribuna que 31 enfermeiros apresentaram escusa de responsabilidade. E, depois de aberto o hospital modular, já retiraram essa escusa de responsabilidade. Isto deve ser motivo para refletir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E também sabemos que, em 2015, o Partido Socialista tinha um projeto para avançar com uma intervenção no serviço de urgência, mas nunca o fez, por alguma razão.

Deputado Luís Leal (PS): Qual era a posição do PSD?

Deputado José Toste (PS): 2016! E sabemos qual era a vossa posição!

A Oradora: Muito bem, esta é a hora de agir, agora que temos a oportunidade de termos um hospital moderno e preparado para as exigências futuras.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É que não era preciso. É que era faraónico!

A Oradora: Sra. Deputada, não se enerve.

Nós precisamos de intervir e agora é o momento certo, porque temos um modular que serve de apoio para se fazer uma intervenção profunda, para se ter um hospital de futuro.

Deputado José Pacheco (CH): Quando?

A Oradora: Está-se a tratar disso.

Mais, a Sra. Ministra que esteve cá em visita também elogiou o hospital modular. Disse-nos assim: “O que nós aqui vemos é do mais moderno que existe, a nível europeu e a nível mundial. Este hospital modular já tem a capacidade para promover segurança, eficácia e qualidade.”

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é que incomoda o PS!

A Oradora: Bem, isto é o que incomoda verdadeiramente o PS.

O problema aqui é que nós desviamos o foco das questões que são essenciais, o que realmente importa — volto a frisar — é o bem-estar dos utentes.

Deputado Carlos Silva (PS): Estamos de acordo!

A Oradora: É a segurança dos utentes e é a prestação de cuidados de saúde de qualidade aos utentes.

Deputado Carlos Silva (PS): Concordamos nessa parte!

A Oradora: Tudo isto está a ser garantido, a par do que se está a fazer para a modernização do novo espaço.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não estamos de acordo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o que o Partido Socialista quer aqui é transformar o incêndio e as decisões tomadas em resposta à crise num instrumento de disputas políticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para já, fico-me por aqui.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Assiste aos trabalhos parlamentares, a turma de Ação Educativa da Escola Profissional da Horta, acompanhada pelo professor André da Costa Goulart, a quem saúdo. De forma serena, pedia-vos que os cumprimentassem.

Aplausos da Câmara.

Muito obrigado.

Está inscrito agora o Sr. Deputado Nuno Barata Almeida e Sousa. Faça favor, Sr.

Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir nesta fase do debate, porque a Sra. Secretária, ali daquela tribuna, referiu o diploma de 2008 sobre as incompatibilidades dos gestores públicos. Não obstante a interpretação da norma, da qual a Iniciativa Liberal discorda e, por isso, fez um requerimento a pedir o parecer jurídico — a que aludiu o Sr. Presidente do Governo — sobre essa matéria, eu queria, em primeiro lugar, para evitar os rumores que já circulam, pelo menos na cidade de Ponta Delgada, dizer que nada tenho de pessoal contra a Dra. Paula Macedo, bem pelo contrário, sou amigo pessoal dela. Portanto, isto aqui não se trata de questões pessoais, ao contrário dos rumores que algumas alas do PSD andaram a espalhar pela cidade de Ponta Delgada.

E não é pelo facto de ser amigo de A, B ou C que deixarei de defender aquilo que é o princípio ético e o princípio moral do desempenho do gestor público.

Eu não concordo com a interpretação da norma, mas, mesmo que a norma permita, a moral não permite, a ética não permite. E se há dúvidas sobre a interpretação da norma, a primeira coisa que tenho a dizer à Câmara é que a Iniciativa Liberal vai trazer aqui uma alteração ao diploma para clarificar a norma, não para que esta, aquela ou outra cidadã seja impedida de exercer funções privadas quando é gestora pública, mas para que todos sejam impedidos e obrigados a optar sobre o que é que querem fazer: ou atender os seus clientes e os seus pacientes nas clínicas privadas, ou exercer funções públicas na gestão dos hospitais dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor sabe qual é a resposta!

O Orador: É engraçado ouvir os apartes do Partido Social Democrata quando se sentem incomodados com a diferença entre a norma e a ética. É que de ética sabem muito pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está muito enganado!

Orador: Sobre a norma, vão sabendo umas coisinhas, mas, ainda assim, não sabem

tudo.

E sobre o investimento que foi decidido fazer à revelia da administração do hospital, ainda muita tinta vai correr e ainda muita coisa se vai saber.

E ainda agora vimos, da parte da bancada do Partido Social Democrata, uma referência à eficácia e à necessidade de acudir rapidamente às pessoas, mas houve uma palavrinha sobre a boa gestão da coisa pública que ficou esquecida: a eficiência. Porque 30 milhões de euros já lá vão, e nós vamos saber se esses 30 milhões de euros são, de facto, eficiência e se vão ser capazes de acudir àquilo que é preciso acudir, porque, nesta Região (vou repetir aquilo que já disse aqui noutros debates) quem pode pagar a saúde safa-se, mas quem não pode pagar a saúde recorre a cunhas ou então fica à míngua e acaba por morrer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olhe que é bem pior no continente!

Deputado Nuno Barata (IL): O mal dos outros não me serve de consolo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato. Faça o favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou pôr aqui a debater nem a incluir na minha oratória questões de foro económico nem questões de foro estrutural. Eu gostaria — e agradeço a oportunidade que me dão nesta Casa — de poder, claramente, demonstrar a ridicularidade de algumas situações aqui mencionadas, que ferem qualquer profissional de saúde.

Sugere-se, nesta Casa, que há a hipótese de qualquer profissional de saúde meter na mesma viatura uma pessoa com tuberculose e uma pessoa com fratura. Isto é falta de preparação e falta de conhecimento técnico. Não se pode provocar um debate sério com tanta falta de precisão.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É desonestidade intelectual!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

O Orador: Diz-se que o bloco operatório poderia ser aberto. Diz-se que o hospital poderia ser aberto.

Eu recordo, nós não estamos a falar aqui do incêndio num mercado municipal, nós estamos a falar de um hospital, tem regras próprias de saúde pública a cumprir e estas regras não estavam cumpridas a prazo de abertura!

Não basta chapinar meia dúzia de massas e limpar fuligem das UTA (Unidade de Tratamento de Ar), que já tinham 30 anos de utilização, quando o seu tempo médio de vida são 12 anos.

Isto põe em causa a saúde pública, faz com que os açorianos a operar corram riscos de infeção e as suas devidas consequências.

Porque talvez esta decisão tenha sido tomada ou esteja a ser tomada por quem pode pagar um tratamento privado, uma cirurgia privada.

Este Governo defende a segurança dos Açorianos e vai defender a segurança dos Açorianos até ao fim, independentemente do custo.

Ouçó, aqui, outra acusação grave aos profissionais de saúde em relação a exames ginecológicos na urgência. Sras. Deputadas, se algum médico vos propuser a fazer um exame ginecológico na urgência, reclamem, porque isto não se faz, nunca foi feito. Os exames ginecológicos são feitos no serviço de ginecologia e obstetrícia. Outro erro crasso que empobrece este debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é um debate que está conspurcado, porque não vai direcionado àquilo que realmente nos traz aqui, que é a segurança dos cuidados de saúde, que devem ser garantidos a todos os Açorianos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, do CHEGA. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que tenho ouvido aqui (temos ouvido todos) é um defender a dama, mas sem qualquer argumento. É impossível.

Deputado Flávio Soares (PSD): Mais ainda?

O Orador: Nós ouvimos claramente, e foi há pouco tempo (não foi há anos, foi há meses), que o hospital modular é uma solução transitória para se iniciar as obras.

O plano estava previsto para outubro, novembro, dezembro, janeiro. Estamos em fevereiro, não se conhece absolutamente nada, a não ser um relatório interno que é incontestável.

Então, despeçam os técnicos do hospital, porque estão a dizer que eles são incompetentes, que emitiram um relatório a mentir. Mas alguém ocultou, durante meses, esse relatório, até que o relatório aparece na RTP Açores.

Afinal, nós estamos a falar de quê? Nós estamos a mentir novamente.

Sra. Secretária, quando é que começam as obras? É porque já ouvi aqui várias vezes ser admitido que aquilo é um hospital, que aquilo é uma redundância. Redundância seria se a urgência estivesse a funcionar. E sabe muito bem o que é que lhe disse em setembro. A sala de espera de urgência no modular é minúscula, não serve. Apressadamente, foram ampliar. Esqueceram-se da corneta no lado de fora, que eu lhe tinha dito, esqueceram-se dessa parte, de pôr lá o altifalante para as pessoas ouvirem. Nós não podemos andar aqui com pensos rápidos, não podemos estar a tapar o buraco. Temos de ter a coragem de admitir as coisas.

Eu quero saber quando é que começam as obras, em nome dos Açorianos. É isto que eu faço aqui, é para isto que me elegeram, é para isso que me pagaram e que me

continuam a pagar. Eu quero saber quando é que começam as obras.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser sucinta para que não falte tempo e prestar os devidos esclarecimentos a algumas das afirmações e questões que foram aqui colocadas.

O relatório do dia 18 de junho, efetivamente, foi enviado pela Sra. Presidente do Conselho de Administração. Tenho a certeza de que é um relatório que não me dá segurança para a abertura e para o cumprimento de prazos, na medida em que os prazos que aqui foram elencados, poucos ou nenhuns dos mesmos foram cumpridos.

O serviço de esterilização, o serviço de urgência e o bloco operatório são claros exemplos de tudo isto, além de que fala num custo global de 11 milhões de euros, mas eu pergunto aos Srs. Deputados: onde é que está a referência às obras do serviço de urgência? Não há.

Portanto, dos 11 milhões de euros que estão aqui quantificados, zero para o serviço de urgência. E, portanto, há efetivamente um projeto, uma proposta, uma intenção de fazer obras no serviço de urgência desde 2021, o que tem uma perspetiva de custo de 20 milhões de euros. Onde é que estão aqui os 20 milhões para somar aos 11 milhões que constam no relatório do dia 18 de junho? Não existe, não foram mencionados.

Além de que dizer que a administração está completamente alheada desta realidade ou desta decisão é falso.

Eu recebi o primeiro contacto que houve em relação à estrutura modular. Foi um e-

mail enviado para mim, pela Sra. Presidente do Conselho de Administração, a referir o contacto da empresa. Qual não é o meu espanto, quando vejo no histórico desse *e-mail* que a troca de contactos com a empresa para a realização de serviços no HDES remonta ao dia 21 de fevereiro de 2021?

E, portanto, é totalmente falso que haja aqui qualquer tipo de associação entre...

Aparte inaudível.

... a empresa e a realidade. O que está aqui em questão é que houve um contacto anterior, pelos anteriores conselhos de administração, para a realização de obras, que não ocorreram.

No dia 5 de maio, foi-me reencaminhado o *e-mail* com esse contacto.

Mais, no dia 31 de maio, na reunião do grupo de trabalho, na sinopse que foi distribuída, a Sra. Presidente do Conselho de Administração da altura corroborou na íntegra aquelas que foram as afirmações da diretora clínica em relação ao hospital modular.

Ainda antes desta reunião do dia 31 de maio, tenho trocas de mensagens com a Sra. Presidente do Conselho de Administração, que me diz que está a trabalhar afincadamente para apresentar os custos da estrutura do hospital modular. Portanto, é ou não verdade que a Sra. Presidente do Conselho de Administração esteve, desde sempre, envolvida na escolha do hospital modular? Além de que, o primeiro desenho do hospital modular foi-me enviado pela Sra. Presidente do Conselho de Administração e, portanto, fica aqui mais do que provado que, desde o início, o Conselho de Administração esteve envolvido nesta decisão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação a outros pareceres que já foram mencionados, também gostaria de dizer, nesta fase do debate, que efetivamente os prazos que foram apresentados nunca foram cumpridos, desde já o serviço de esterilização.

O serviço de esterilização, que deveria ter aberto no dia 10 de julho, teve um atraso. Porquê? O serviço de instalações e equipamentos dava o serviço de esterilização como concluído. Os responsáveis do serviço de esterilização detetaram um fenómeno de condensação, ou seja, pingo constante no próprio serviço que impedia a sua abertura. Teve de ser corrigido, tiveram de substituir todas as bancadas, porque a toxicidade da fuligem estragou as bancadas deste serviço. Portanto, o prazo de 10 de julho não foi cumprido.

Nem sequer um termómetro tinha sido adquirido para o serviço.

Deputado José Toste (PS): Mas devia ter sido!

A Oradora: Em relação ao serviço de urgência, recebi o parecer que me foi enviado pela direção de enfermagem e pela direção clínica.

À data de 4 de maio, o serviço de urgência já carecia de intervenções urgentes, sobretudo relacionadas com limitações graves de espaço que resultavam em risco acrescido para os técnicos de saúde, para os utentes e condicionavam gravemente a segurança, a qualidade e a privacidade dos cuidados prestados.

Estas limitações de espaço estendiam-se desde zonas técnicas, nomeadamente gabinetes médicos, salas de pequena cirurgia, salas de trabalho, balcões de atendimento, até às áreas de utilização exclusiva pelos utentes, nomeadamente casas de banho e salas de espera, gerando enormes constrangimentos no atendimento, prestação de cuidados e na experiência do utente que acedia ao serviço de urgência.

À data de 4 de maio, os balcões acomodavam 25 macas, colocadas lado a lado, sem distância de segurança entre elas, o que dificultava o acesso dos técnicos aos utentes e, conseqüentemente, comprometia a prestação de cuidados, a privacidade e a vigilância sobre os utentes e internados.

Estas macas eram claramente insuficientes para acomodar todos os utentes e aguardar atendimento, vaga de internamento, transporte para o domicílio e resolução da situação social.

Já os equipamentos estavam em fim de linha, obsoletos, danificados ou

descontinuados, nomeadamente: macas, camas, motores cardiorrespiratórios, bombas e seringas infusoras.

E, portanto, também fica aqui demonstrado que o serviço de urgência não reunia as condições à data de 3 de maio e que estava em causa a segurança dos utentes. E podem ter a certeza de que o Governo Regional, quando tiver de decidir, vai continuar a decidir pelo melhor para os Açorianos e o melhor para a segurança dos utentes.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Queria também falar, muito rapidamente, da evolução da lista de espera e relembrar a esta Câmara que, comparativamente ao ano em que estivemos em estado de calamidade, em 2020, foram feitas 6124 cirurgias; em 2024, foram feitas 8549 cirurgias.

O tempo médio de espera, em 2020, foi de 540 dias; em 2024, mesmo sem os blocos operatórios a funcionarem na sua totalidade, o tempo médio de espera foi de 449 dias.

Deputado José Pacheco (CH): As obras, quando é que começam?

A Oradora: Para terminar, gostaria só de mostrar à Câmara a evolução daquilo que é a taxa de mortalidade na Região, onde se pode ver que há uma redução no último biénio e que não há qualquer correlação entre este incêndio e o aumento de mortes na Região. Muito obrigada.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, as suas intervenções, aqui, hoje, revelam bem o desnorte do Governo...

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Não há desnorte nenhum!

O Orador: ... e uma série de contradições que, dia após dia, são agravadas e traduzem bem o desnorte que vai na governação da área da saúde.

Deputada Délia Melo (PSD): É sempre a mesma coisa, já ninguém pode ouvir!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Não há desnorte nem contradição!

O Orador: A Sra. Secretária vem falar da estrutura modular e faz referência a *e-mails* de 2021. Não consegue explicar as suas afirmações, não consegue justificar a opção que foi seguida e vem acusar o Partido Socialista de ser responsável pelo caos no Serviço Regional de Saúde neste momento, para o qual a senhora contribuiu.

Irei diretamente às perguntas sobre esse cenário, mas, em primeiro lugar, é importante clarificar e esclarecer os Açorianos de uma narrativa que tem sido passada, que é falsa: a ideia de que o Hospital do Divino Espírito Santo, antes do incêndio, não oferecia as condições de segurança e de dignidade na prestação de cuidados de saúde é falsa.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não é falsa!

Deputado José Pacheco (CH): É verdadeira, eu estive lá 2 anos antes!

O Orador: E é falsa porque era uma instituição acreditada do ponto de vista internacional, e essa acreditação era garantida por uma entidade independente e reconhecida internacionalmente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está tudo bem, não precisa de obras, nem de equipamentos!

O Orador: Ó Sr. Deputado, não é isso que foi dito.

O Hospital do Divino Espírito Santo, antes do incêndio, estava acreditado.

Ruído na Câmara.

Ó Sr. Presidente, eu não consigo continuar.

Pausa.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, o assunto é sério, não é uma tourada, é sério.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor e o PS é que não querem ser sérios a discutir isto!

O Orador: Antes do incêndio, o edifício do Hospital do Divino Espírito Santo estava certificado, e esta certificação obedecia a critérios de elevados padrões de segurança na prestação de cuidados de saúde. Também garantia que as infraestruturas, apesar das limitações que existiam e da necessidade de investimentos, mesmo assim, elas estavam acreditadas. E essa acreditação — que já foi referida até pelo próprio Dr. António Vasco Viveiros, enquanto administrador — foi essencial no dia da evacuação, porque os critérios que foram seguidos na evacuação obedeceram àquilo que estava definido na certificação e foi essencial.

E, portanto, a narrativa de que o hospital, antes do incêndio, estava totalmente obsoleto e não oferecia condições para a prestação de cuidados de saúde é falsa e é desmentida pela acreditação internacional...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... que é referenciada pelas anteriores administrações e até por este Governo, que fez regozijo disso. A informação é pública, está disponível no Relatório e Contas e no próprio site do Hospital do Divino Espírito Santo.

A segunda questão importante que importa clarificar: a Sra. Secretária Regional, no dia 30 de janeiro, disse que a decisão sobre o hospital modular estava tomada há pelo menos 15 dias. A afirmação é sua, está disponível nos órgãos de comunicação social, e vou citar: “Segundo a governante, a decisão estava já tomada pelo menos há 2 semanas, quando António Vasco Viveiros integrou o Conselho de Administração.” O que aconteceu a 23 de maio, como é público. Vamos para o dia 8 de maio (15 dias antes), 4 dias após o incêndio. Sra. Secretária Regional, está-nos a dizer que 4 dias após o incêndio, o Governo e a Sra. Secretária em particular, já tinha tomado a decisão pela estrutura do hospital modular? As suas afirmações levam-nos a essa conclusão e, até agora, a senhora não desmentiu.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E??

O Orador: E, portanto, importa aqui clarificar aos Açorianos se a decisão, 4 dias após o incêndio, já estava tomada. E, se já estava, porque é que andaram a enganar os Açorianos este tempo todo?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PS):** Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, não pedi a palavra para dizer mal do Conselho de Administração ou da Direção Clínica, de algum médico ou enfermeiro. Por um lado, porque eu nunca fiz

isso e, por outro, porque o Sr. Deputado Paulo Margato iria atropelar-me, porque tem de defender os seus colegas e fá-lo muito bem.

Contudo, pergunto: e os serviços técnicos de infraestruturas do hospital? Se, à partida, estamos aqui a defender todos os profissionais de saúde, quando a Sra. Secretária diz que o relatório é um relatoriozinho, então nós perguntamos: porque é que essas pessoas do serviço técnico estão ainda em funções? Porque se não têm confiança técnica nem política relativamente a essas pessoas, porque é que essas pessoas continuam? Se o relatório não lhe serviu, então porque é que essas pessoas continuam? Essa é a dúvida. Porque ao dizer que o relatório não vale de nada, está a dizer que é quase um mau trabalho da parte das pessoas. E essa é a pergunta que eu queria fazer relativamente ao relatório que foi apresentado, ontem, a todos os deputados, de forma oficial, e que eu já tinha conhecimento antes pela comunicação social.

Por isso, eu pergunto também: quando já foi pedida mais informação relativamente à decisão sobre o hospital modular, porque é que essa informação não foi dada pela Sra. Secretária da Saúde quando foi pedida por esta Assembleia, nomeadamente por alguns deputados da oposição e foi preciso sair na comunicação social para rapidamente recebermos o relatório (acho que foi exatamente na mesma altura), um relatório a que, pelos vistos, não dão muita importância. O Grupo Parlamentar do PSD disse que também não dá grande importância a esse relatório. Mas essa é a dúvida.

Faço outra pergunta, mas não sou técnico nem estou habilitado, e são poucas as pessoas nesta Assembleia que estão habilitadas para o dizer: como é que, 4 dias depois, à partida, tecnicamente, podemos já tomar uma decisão técnica (não é política) a dizer que o hospital modular seria muito melhor? E essa era a pergunta que eu gostaria também de fazer.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa ainda tem inscrições, mas vamos fazer o nosso intervalo regimental de 15 minutos. Voltamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

A Mesa tem inscrito o Sr. Deputado Paulo Margato, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Paulo Margato (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco, ouvia aqui citações e tive a oportunidade de ler que, em sede de comissão de inquérito, uma só pessoa punha em causa vários organismos respeitáveis e idóneos, como, por exemplo, a Ordem dos Médicos e a Ordem dos Enfermeiros.

Deputado José Pacheco (CH): As vacas sagradas.

O Orador: Para clarificar aqueles que desconhecem — ou fazem que desconhecem as orgânicas do Sistema Regional de Saúde —, relembro-vos que, nas unidades de saúde de ilha, os diretores clínicos e os diretores de enfermagem não fazem parte do Conselho de Administração. Mas nos hospitais, nomeadamente no Hospital Divino Espírito Santo, EPE, o diretor clínico e o diretor de enfermagem fazem parte do Conselho de Administração.

Quando se diz: “Não se ouviu o Conselho de Administração”, ouviu-se o Conselho de Administração e ouviu-se a Dra. Manuela, ex-Presidente do Conselho de Administração. E no dia 23...

Deputado Carlos Silva (PS): 15 dias antes da Sra. Secretária!

O Orador: ... a mesma pessoa que foi ouvida em sede de comissão aparece no dia 24, mostro aqui esta fotografia...

Neste momento, o Deputado Paulo Margato exibiu uma fotografia.

O Orador: ... em que surge o Conselho de Administração a dizer: “Estava tomada a decisão e só aguardava luz verde da tutela.”

E, sinceramente, não vejo aqui ninguém preso à cadeira para estar agora a dizer que não sabia de nada, que nunca foi ouvido, que não tinha conhecimento. Bom, isto é para contribuir para o debate e peço que revejam a Constituição, a orgânica dos Hospitais EPE e das Unidades de Saúde da Ilha para não haver imprecisões e para que nestas questões sejamos claros e precisos.

Quero aqui chamar a atenção também para outra questão de grande importância: o Hospital Divino Espírito Santo estava obsoleto.

Deputado António Lima (BE): E o que é que o senhor fez para resolver isso?

O Orador: Estou a tentar neste momento.

Portanto, é importante que esta decisão do hospital modular tenha sido tomada, porque isto vai permitir reestruturar todo o serviço hospitalar — neste momento, o Hospital Divino Espírito Santo.

É bom que as pessoas também tenham a consciência de que os mesmos módulos podem ser utilizados em São Miguel ou em outras ilhas para podermos reestruturar o Sistema Regional de Saúde e poder dar aos Açorianos mais e melhores condições de saúde.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tenho inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, do CHEGA. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um pequeno aparte e puxando pela memória, que também é importante: no dia 28 de outubro de 2022, reuni com a administração do HDES e o que nos foi dito — está publicado e nunca foi desmentido — foi que os equipamentos estavam obsoletos, alguns já não sofriam manutenção ou renovação desde o dia que o hospital tinha sido inaugurado. Ou seja, isso contradiz o que o PS vem aqui dizer, mas, recentremos, nós não estamos aqui a julgar o PS, estamos a julgar o que se está a passar neste momento. E neste momento em que nos sentimos enganados, nós, o CHEGA, queremos saber. Sra. Secretária, não nos responde quando é que começam as obras, porque supostamente não sabe. Não sabe, ninguém sabe e nunca ninguém há de saber, até ao dia em que isto expluda mesmo. Vamos ter uma comissão de inquérito e vamos apurar muito mais, porque muito mais vai acontecer.

Não tenho nada contra a Dra. Paula Macedo porque nem a conheço. Cruzei-me com ela duas ou três vezes. Segundo sei, até é uma excelente médica e acho que é o que ela devia fazer: ser médica. E nós devíamos ter no hospital um gestor hospitalar, alguém capaz de gerir um hospital e dar respostas capazes.

Sra. Secretária, quando é que vai demitir a senhora? Ou está à espera que seja a senhora a demitida?

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tanto o Governo, através da Sra. Secretária Regional, como a coligação — ou melhor, apenas o PSD e o PPM porque o CDS-PP já está fora desse barco — querem vir aqui...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O quê? Ainda temos tempo.

O Orador: ... defender uma tese verdadeiramente extraordinária, que é a tese de que o Hospital de Ponta Delgada, o seu serviço de urgência e o seu bloco operatório não cumpriam regras de funcionamento, e que isso colocava em causa a saúde e a segurança dos utentes. Essa tese, se fosse verdadeira, era ainda mais grave do que o que se está a passar hoje. Queria isso dizer que o Governo Regional e o Conselho de Administração do Hospital teriam deixado o hospital a funcionar durante 3 anos sob responsabilidade deste Governo, sem condições e colocando a saúde e a segurança dos doentes em causa. Isso daria cadeia! Isso daria cadeia! Como é óbvio, isso não acontecia porque sabemos que os profissionais que lá trabalham são responsáveis e garantiam as condições mínimas de segurança, como é óbvio.

O Hospital de Ponta Delgada tinha problemas? Tinha, mas isso, de modo algum, colocava em causa a segurança dos doentes. Por isso, essa tese de que não se reabriu parte do hospital porque isso colocava em causa a segurança dos doentes é uma mentira! Uma mentira completa para quem não tem argumentos e só quer neste momento salvar a pele, não passa de mais nada do que isso. E sobre a fundamentação de que a decisão sobre o hospital modular tem o apoio das ordens profissionais, Sras. e Srs. Deputados, deixem-me que lhes digam uma coisa: as ordens profissionais dos médicos e dos enfermeiros não são equipas de engenharia nem de arquitetura.

Mostro-me, Sra. Secretária — já que hoje revela tanta nova documentação que escondeu durante meses —, revele a este Parlamento um único documento, um único relatório técnico...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O relatório ainda vai dar que falar.

O Orador: ... assinado por uma equipa de engenharia que diga que não era possível reabrir aquele hospital em tempo útil! Mostre a este Parlamento um único documento que contrarie os relatórios do serviço de engenharia e instalações do Hospital de Ponta Delgada.

É isso que teria que fazer! Era isso que esperaríamos neste debate, que é o único motivo

que deveria justificar a existência do hospital modular e até agora zero foi dito sobre isso. E diga-nos, já agora: quais foram os prazos e em que número de dias foram incumpridos os prazos que o hospital e o seu serviço de infraestruturas e engenharias colocou em cima da mesa? Que prazos é que não foram cumpridos? Eu digo os prazos que não foram cumpridos do hospital modular, que foi anunciado para abrir no final de agosto e só não abriu em fevereiro. Essa é uma derrapagem que diz respeito à Secretaria Regional da Saúde, que tomou a si essa obra.

E termino dizendo que comparar dados de 2020 com a atividade 2024 é intelectualmente desonesto, quando, em 2020, toda a atividade de saúde parou devido à pandemia.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Parou? Então, os doentes urgentes não foram operados? E nessa altura não houve problemas.

O Orador: Já se esqueceram? É que só passaram 4 anos.

Disse.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E nessa altura não houve problemas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Ruído na Câmara.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito do debate. Neste momento, a Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, o HDES tem seis salas no bloco operativo para cirurgias programadas. Quantas salas estão a funcionar? Se existe alguma que não esteja a funcionar, porquê? Segunda questão, foi sempre referido que a segurança dos utentes foi o principal

critério. Estando todos os serviços de urgência — cuidados intensivos — no modular, quem é que vai assegurar as urgências internas de quem está no internamento programado? E em último lugar, venho reforçar o que o Bloco de Esquerda disse: Sr. Deputado Paulo Margato, geralmente, quando as pessoas levantam a voz é porque não têm argumentos e recorrem ao ruído.

Deputado Joaquim Machado (PSD): A Sra. Deputada baixou a voz para ter razão, não é?

A Oradora: Exatamente, Sr. Deputado.

Se as UTA não tinham condições porque tinham 30 anos em vez dos 12 — como referiu muito bem — e os diretores clínicos fazem parte dos conselhos de administração nos EPES, porque é que ela não reagiu mais cedo a isso, sendo ela diretora clínica?

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo, por favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra porque foram feitas aqui algumas acusações que não podem passar incólumes como se de verdades absolutas se tratassem.

Vou seguir o conselho da Sra. Deputada Hélia Cardoso — porque realmente não são os decibéis que conferem a verdade àquilo que se diz —, mas o que é verdade é que foram feitas aqui acusações, e vou elencar algumas, desconstruindo esse vosso discurso: em primeiro lugar, falamos da falta de transparência. Ora, transparência foi o que sempre houve neste processo porque foram entregues os relatórios solicitados por duas vezes, em junho e em novembro.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é mentira!

A Oradora: Relativamente à apresentação do hospital modular, deste projeto, em que foi feito o convite aos vários partidos, curiosamente, aqueles que mais levantam aqui a voz e mais contestam, não marcaram sequer presença numa sessão de esclarecimentos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não puseram lá os pés! Bem lembrado!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual sessão de esclarecimentos? Apresentação de projeto.

A Oradora: ... como o Partido Socialista, como o Bloco de Esquerda, por exemplo. São aqueles que mais contestam, mas nem quiseram opinar em local próprio, nem quiseram pedir esclarecimentos, nem perceber o que é que estava pensado ou dar algumas sugestões. Mas agora estão muito preocupados com a decisão que foi tomada. Ora, o que é certo é que nunca quiseram ser esclarecidos, nunca quiseram ser uma força motriz para o sucesso deste processo.

Mais, estão muito preocupados com a saúde? Quando este Governo tomou posse, recebeu um hospital que nem estava acabado, com mais de 20 anos para concluir o hospital e o quinto piso nem estava pronto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade! Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Portanto, foi este Governo que esteve a trabalhar nisto. Mas agora é que estão preocupados? Como se não bastasse, querem abrir o hospital, mas eu apelo a que reflitam sobre aquilo que foi dito daquela tribuna, que eu volto a repetir: foram 31 enfermeiros do serviço de urgência que entregaram escusa de responsabilidades. Assim que o hospital modular foi aberto, retiraram estes pedidos de escusa de responsabilidades.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: O que é que isto quer dizer? O Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, está a chamar os enfermeiros de mentirosos? Que não sabem o que é que dizem?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Quando eles próprios trabalham nos locais e sabem exatamente as condições? Mas foi isso que transpareceu. É isso que transparece lá para fora.

Apartes do Deputado António Lima (BE).

Os senhores querem ficar pelos mínimos, pois nós não estamos satisfeitos com os mínimos e achamos que esta é a oportunidade de intervir e de conseguirmos melhores condições, as condições que todos os Açorianos, de Santa Maria ao Corvo, merecem nesta Região, e o Hospital Divino Espírito Santo é um hospital de referência para todos os Açorianos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Diz-se que não foi consensual; nós já sabemos que a decisão, se calhar, não colheu 100 % de pessoas que concordassem realmente com aquela decisão, isto é normal, normalíssimo em qualquer processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No tempo deles não era!

A Oradora: Agora, o que é certo é que foi discutido. Já sabemos de datas das primeiras aparições ou das primeiras vezes que se falou no hospital modelar, e eu também

corroboro aquilo que foi dito.

Neste momento, a Oradora mostrou um documento à Câmara.

Diz aqui, no dia 25 de maio: “Administração do HDES diz que o hospital modular é urgente”. Portanto, parece que até já se sabia nesta altura.

Para além disso, estão a debruçar-se sobre um relatório que será obviamente esmiuçado na comissão de inquérito. Mas há mais informações, e todas aquelas audições que fizemos na Comissão de Assuntos Sociais, onde ouvimos e voltaremos a ouvir imensas pessoas. Há mais relatórios, mas os senhores só olham para um.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Há mais? Quais?

A Oradora: Aqueles que já foram entregues. Por exemplo: os da Comissão de Catástrofe, que saiu 11 dias antes deste outro relatório do serviço de instalações e equipamentos sair. Mas os senhores só olham para aquilo que vos interessa, porque é música para os vossos ouvidos. É aquilo que os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas podem pegar para criticar aqui o Governo Regional!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sem querer entrar aqui em grandes pormenores, mas toda a questão que está a ser levantada em torno do Conselho de Administração, da Presidente do Conselho de Administração, julgo que já foi mais do que explicado em local próprio. Já foi também explicado publicamente e há pareceres jurídicos que sustentam estas possibilidades, e até já vimos que foi através de uma lei criada por V. Exas. quando estavam no poder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Portanto, não me parece viável estarmos aqui a falar disso novamente. Ainda para mais quando um dos pareceres até foi assinado por alguém que os senhores conhecem muito bem, não é? Porque faz parte do Secretariado Regional do Partido Socialista/Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

A Oradora: Parece-me insuspeito. Mais: o vosso líder, do Partido Socialista/Açores, também vem a público...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É assim que se trata os funcionários públicos?

A Oradora: ... mentir ao dizer que “o Serviço Regional de Saúde está a perder qualidade” e sublinha que existem menos consultas.

Eu peço à Sra. Secretária o favor, depois, se tiver tempo, de repetir ou de entregar na Mesa os dados que referiu daquela tribuna, porque foram dados muito interessantes e que, se calhar, desmontam um bocadinho esta narrativa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Totalmente!

A Oradora: A prova de que o Partido Socialista também só quer fazer politiquice com isso é trazer o vosso líder nacional a esta discussão. Quando vem ao Congresso do Partido Socialista, vem fazer acusações irresponsáveis...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: ... porque não conhecia a realidade da Região.

Em setembro, desconhecia que o primeiro levantamento dos prejuízos em relação ao incêndio já tinha sido entregue 3 semanas após o incêndio. Mas vem cá fazer politiquice com esta matéria.

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade! Bem lembrado!

A Oradora: Pois, o que é certo é que, enquanto estive ao serviço no Governo da República, ignorou sempre os interesses da Região, a verdade é essa. Felizmente, agora, temos uma visão diferente, temos quem nos apoie e temos quem, inclusivamente, já adiantou uma verba para o efeito. Portanto, nós agora estamos muito mais bem servidos, obviamente, porque há realmente solidariedade e há o cumprimento

de compromissos assumidos, ao contrário do que acontecia com o Presidente António Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Temos de perceber exatamente qual é aqui a forma de trabalhar. E eu concluo a minha intervenção questionando o Partido Socialista, mais uma vez: querem continuar com o hospital velho, degradado...

Deputado Flávio Soares (PSD): Obsoleto.

A Oradora: ... sem condições, ou querem aproveitar esta oportunidade para modernizar o hospital e para termos um hospital novo na nossa Região que sirva as necessidades atuais e futuras — projetando para daqui a 20/30 anos aquilo que será a necessidade do Serviço Regional de Saúde na nossa Região?

Obrigada.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida. Sra. Deputada Hélia — por quem eu tenho grande consideração pelos anos que trabalhou na saúde —, eu quero só deixar aqui para este debate, como contributo, o seguinte: diz-se que o incêndio ficou circunscrito, mas a verdade é que, das seis UTA que funcionavam no bloco operatório, só estão a funcionar três. A verdade é que tiveram de fazer uma limpeza em toda as condutas porque chegaram à fuligem. E neste momento, a informação que eu detenho é que estão abertas três salas porque as UTA têm de ser substituídas.

Deputado António Lima (PS): E porque é que já não foram?

O Orador: Aquelas UTA não estavam em condições! Não estavam em condições!

Aparte impercetível.

Eu não posso levantar a voz, Sr. Deputado.

Neste momento, estão a funcionar três que mal asseguram aquelas três salas, que por vezes têm de ser desligadas quando não estão conferidas razões de segurança — e o hospital é criterioso nesta questão!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, continuamos a aguardar as suas respostas porque a Sra. Secretária, e vou reiterar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vai repetir isso agora dez vezes! Os Açorianos estiveram mais anos à espera de um Serviço Regional de Saúde que funcionasse com qualidade!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Faça as perguntas sem insultos!

O Orador: A Sra. Secretária veio referir que o Hospital Divino Espírito Santo não foi reaberto mais cedo — pelo menos até ao final de agosto e nos meses subsequentes — porque não havia uma cozinha a funcionar, foram palavras suas.

A pergunta que se impõe é: existe, neste momento, uma cozinha a funcionar no hospital modular? Se essa era a condição, então o que é que mudou entretanto? Mas mais importante do que isso, Sra. Secretária, a pergunta que se impõe é: o Governo Regional fez tudo o que estava ao seu alcance para reabrir o Hospital Divino Espírito Santo até ao final de maio, conforme era corroborado pelos técnicos do hospital, por engenheiros e por especialistas?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Especialistas?!

O Orador: O Governo Regional fez tudo o que estava ao seu alcance para reabrir o Hospital Divino Espírito Santo até ao final do mês de agosto de 2024?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Era maio ou era agosto?

O Orador: Era agosto e enganei-me, Sra. Secretária. Fez ou não fez tudo o que estava ao seu alcance? Por aquilo que nós temos conhecimento não fez, mas a Sra. Secretária certamente terá uma explicação. Porque, até agora, a única coisa que consegui dizer foi que aquilo que foi referido pelo antigo administrador era falso. E era falso porque, quando ele entrou, a decisão já estava tomada. Disse a 30 de janeiro, e reitero a pergunta que não me conseguiu responder — que, quando ele entrou em funções, a 23 de maio, a decisão estava tomada há 15 dias. Ou seja, 4 dias após o incêndio, o Governo Regional já tinha decidido por uma estrutura modular na configuração que hoje temos. E se assim é, porque é que o Governo Regional, desde então, anda a enganar os Açorianos, anda a enganar este Parlamento e anda a esconder informação?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Ninguém engana os Açorianos!

Apartes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Porque, Sra. Secretária, eu não acredito — pelo menos na bancada do Partido Socialista ninguém acredita — que a Sra. Secretária tenha tomado decisões

com o intuito de prejudicar qualquer açoriano no acesso a cuidados de saúde. Nunca o dissemos até aqui e não o estamos a dizer.

Apartes do Deputado Joaquim Machado (PSD).

Mas a verdade, Sra. Secretária, é que, fruto das decisões que o Governo tomou de privilegiar uma estrutura modular em detrimento da reabertura rápida, urgente do edifício do HDES, essa decisão tem consequências, e é necessário assumirem responsabilidades por elas. Porque não é possível acreditar que, entre agosto de 2024 — data inicialmente apontada para a reabertura do edifício principal — e a atual data, durante todos esses meses que passaram, os cuidados prestados tenham sido os mais adequados e nas condições que todos desejaríamos, porque não foram. A própria Sra. Secretária, a direção clínica e vários especialistas dizem que as condições em que foram prestados esses serviços não foram os mais adequados, primeiro porque estava disperso. E, portanto, se era possível, até 31 de agosto, reabrir o edifício principal do HDES — nas condições mínimas para garantia de cuidados de saúde dignos em tempo útil e em segurança —, porque é que o Governo Regional não optou por essa solução? Independentemente de, depois, poder trabalhar num hospital novo, conforme tem vindo a ser veiculado, isso não elimina essa necessidade. Porque é que o Governo Regional não optou por essa decisão?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, agora, a Sra. Deputada Hélia Cardoso, do CHEGA. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às UTA: pelo que me consta, seis UTA seriam cerca de 200 mil euros.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Falso!

A Oradora: Se eu não estiver correta, peço que indiquem o valor certo.

Recentemente, vi publicado um ajuste direto de 400 mil e tal euros para arranjos exteriores do hospital modular.

Deputado Berto Messias (PS): Defina exteriores, Sra. Secretária.

A Oradora: Senhores, o que é que é mais importante, são as seis UTA mais eficientes e modernas ou os arranjos exteriores do hospital modular?

Se há dinheiro para os arranjos, haveria para as UTA, atendendo a que temos listas de espera na área da cirurgia.

Ruído na Câmara.

Eu prefiro andar 5 km do que estar à espera de uma cirurgia, porque se consigo andar 5 km, estou saudável, mas se ficar à espera da cirurgia, não estou.

Sra. Secretária, com todo o respeito que eu tenho — porque é uma excelente parlamentar —, o desacordo dentro de um conselho de administração ou de qualquer outra instituição, para mim, é saudável. É assim que funcionam as democracias e é assim que as soluções são melhoradas, tirando nos regimes totalitaristas. A tentativa de afastar-se quem não está de acordo é que já não é correto. E foi isso que aconteceu, infelizmente.

Terceira questão: o facto de haver um relatório dos serviços de instalações e equipamentos, e a tutela considerar que aquela informação não é relevante para tomar a sua decisão, cabe à tutela decidir com base nos relatórios todos que estiverem ao seu dispor. É um direito e um dever de a tutela assumir essa decisão. Agora, esconder o relatório é que eu já não percebo. Sinceramente, isso aí é que já é grave e, depois, gera

suspeição, que é absolutamente desnecessária.

Obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições no âmbito deste debate.

Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para que fique bem claro e para que não haja qualquer dúvida: quem propôs o hospital modular à tutela foi o anterior Conselho de Administração do HDES, presidido pela Sra. Presidente, a Dra. Manuela Gomes de Menezes, em exercício antes do incêndio. Já foram aqui mostradas capas de jornais, fotografias de conferências de imprensa, eu tenho um *e-mail* e mensagens da Sra. Presidente do Conselho de Administração que dizem isso mesmo...

Deputado Carlos Silva (PS): Em que data, Sra. Secretária?

A Oradora: ... e que comprovam o envolvimento da Sra. Presidente nesta decisão. E, portanto, fica bem claro que esta decisão técnica surgiu e foi proposta pelo Conselho de Administração após ter sido validada pela Comissão de Catástrofe, que me custa horrores saber que alguns Srs. Deputados tentem desvalorizar a ação desta comissão, quando, no próprio dia do incêndio, foram eles que garantiram a evacuação adequada de 330 utentes para o exterior do hospital.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Queria também dizer ao Sr. Deputado José Pacheco, em relação às obras, que os planos funcionais estão em análise.

A nossa perspetiva é que, até ao final do primeiro semestre, seja possível fazer o lançamento dos procedimentos concursais.

Deputado José Pacheco (CH): Estamos em fevereiro!

A Oradora: Foram entregues no dia 24 de janeiro deste ano, estão a ser analisados e têm que ser naturalmente submetidos ao procedimento concursal.

Deputado José Pacheco (CH): Daqui a 20 anos, começam as obras!

A Oradora: Em relação ao Sr. Deputado António Lima, a postura é por demais ofensiva. Não é só para mim, mas é até para os próprios profissionais de saúde e, portanto, vou-me abster porque infelizmente não há muito mais a dizer.

Em relação às UTA, efetivamente, temos um problema. Quanto aos 200 mil euros, é falso. As seis UTA não custavam 200 mil euros, até porque as UTA para o bloco operatório são especiais, atendendo à zona técnica onde estão instaladas. Teve de vir uma empresa fazer um projeto, sobredimensionar UTA. E posso-lhe dar nota de que o orçamento para quatro UTA e um Chiller ascende a 1 milhão de euros.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, passados 9 meses do incêndio que afetou o Hospital do Divino Espírito Santo de

Ponta Delgada, faz-se, nesta Casa, um debate sobre as decisões políticas tomadas para a retoma da atividade assistencial daquele hospital, que, pela primeira vez, não é conformado, delimitado ou condicionado à partida pela visão unilateral, fatalista e autojustificativa de um Governo Regional que, hoje — pela ausência de liderança, má gestão e opacidade —, criou, na saúde dos Açores, uma situação de caos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

900 milhões de prejuízo na Saudaçor era muito mais visível!

O Orador: Hoje, sabemos, pelos relatórios técnicos do serviço de instalações e equipamentos e pela voz de um antigo vogal do Conselho de Administração, nomeado por este Governo, que, pelo menos desde agosto, a urgência e os seis blocos operatórios do corpo principal do HDES poderiam estar em funcionamento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é falso!

O Orador: Hoje, sabemos o que antes apenas intuíamos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que fez esse relatório?

O Orador: Sabemos que, se tivesse havido um empenho real e um investimento efetivo na retoma da atividade assistencial no edifício principal do HDES, há 6 meses, há pelo menos meio ano, o HDES tinha recuperado a sua capacidade assistencial de forma plena.

Hoje, sabemos que havia uma alternativa, que essa alternativa garantia que era possível, num prazo mais curto, uma maior capacidade de resposta aos utentes e o fim da dispersão dos profissionais de saúde. Havia uma alternativa...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A alternativa era socialista, já percebemos!

Era manter tudo na mesma!

O Orador: ... e o Governo nem a considerou, atrasando deliberadamente, e repito, atrasando deliberadamente a retoma plena do HDES, comprometendo a saúde dos açorianos que carecem de cuidados de saúde no presente e condicionando a saúde nos Açores para a próxima década. E a responsabilidade política é, em primeiro lugar, do Presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, o grande ausente deste debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: E era o Presidente do Governo Regional, o grande ausente do debate, que devia estar aqui neste Parlamento a responder aos Deputados, a responder aos Açorianos. O que me obriga a dirigir as questões à Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, que, apesar de na corrente decisória ser o elo mais fraco, quando outros se escondem com estoicismo, que lhe reconheço, é quem dá a cara por decisões que eventualmente foram tomadas por outros.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não sei se reparou nisso, mas, quando o senhor se levantou, o Dr. Vasco Cordeiro foi-se embora.

O Orador: Assim sendo, Sra. Secretária Regional, quantas cirurgias ficaram por fazer entre agosto e dezembro de 2024, como consequência da decisão do Governo Regional em não investir — em tempo útil — 200 mil euros para a aquisição...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é falso!

O Orador: ... de seis UTA e um Chiller, que teriam permitido, em agosto de 2024, reabrir as seis salas do bloco operatório do HDES?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é falso! Falso! Falso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Quantos exames ficaram por fazer como consequência de o Governo ter desconsiderado a alternativa técnica que permitiria a reabertura do HDES em agosto de 2024?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Quantas solicitações de consultas de especialidade, por parte de médicos de família, foram remetidas para reapreciação, de modo a conformar em números

aceitáveis as listas de espera para consulta? Por exemplo: dos mil utentes que aguardavam uma consulta de psiquiatria e que foram retirados das listas, quantos efetivamente tiveram esta consulta?

Por fim, Sra. Secretária, pode assegurar a este Parlamento, a esta Casa e aos Açorianos que a urgência do hospital modular cumpre todas as recomendações técnicas para os serviços de urgência, emanadas pela RT 11/2015 da ACSS?

E, Sra. Secretária, deixe-me, no fim dessa intervenção, clarificar-lhe o seguinte: a Sra. Secretária, ao longo deste debate, tem faltado à verdade. E digo faltar à verdade, porque a Sra. Secretária, infelizmente, não aceita a palavra mentir e, portanto, vou utilizar a expressão faltar à verdade. A Sra. Secretária afirma que a decisão do hospital modular foi tomada 4 dias após o incêndio, no entanto, a Sra. Secretária, nesta Casa, já afirmou que a decisão do hospital modular tinha sido tomada no seguimento do relatório da Comissão de Catástrofe, que data 7 de junho de 2024, data posterior, designadamente, à nomeação de António Vasco como vogal do Conselho de Administração. Neste aspeto, a Sra. Secretária Regional falta à verdade, mas também falta a verdade o Sr. Presidente do Governo Regional, que, há poucos dias, fez declarações de igual sentido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo!

O Orador: Outro aspeto em que a Sra. Secretária também falta à verdade a esta Câmara: agora, vem dizer que conhecia os relatórios técnicos, quando, em 30 de janeiro de 2025, afirmou, em declarações à *Lusa*, que não conhecia qualquer relatório técnico onde fosse assumido que era possível abrir o HDES em agosto de 2024.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Das duas, uma, Sra. Secretária, ou mente agora ou mentiu no passado. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem palavra o Sr. Secretário Regional Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, faço esta interpelação no sentido de lhe solicitar a realização de um protesto, tendo em conta as referências do Sr. Deputado José Toste à ausência do Sr. Presidente do Governo neste debate e a forma ofensiva como fez essas referências.

Presidente: Sr. Secretário, eu ouvi a referência à ausência do Sr. Presidente do Governo Regional no plenário...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Ou seja, que fugiu ao debate e isso não é verdade. Tem responsabilidades institucionais, e eu gostava de explicar.

Presidente: Tem a palavra para um protesto, Sr. Secretário, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quando se está a perder um debate...

Deputada Marta Matos (PS): Quando se está a perder um debate, faz-se um protesto.

O Orador: ... não é necessário enveredar por este tipo de injúrias, por este tipo de ofensas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o viu e quem o vê!

O Orador: Na medida em que, como é do conhecimento público, quer o Sr. Presidente do Parlamento, quer o Sr. Presidente do Governo, estão em funções institucionais a servir a Região Autónoma dos Açores, como aconteceu inúmeras vezes com o Sr. ex-

Presidente Carlos César e com o Sr. ex-Presidente Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade!

O Orador: Muitas vezes, quando se ausentaram no âmbito das funções institucionais...

Ó Sr. Presidente...

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário Regional está a fazer um protesto.

Agradeço que o deixem acabar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Era preciso que tivesse razão, mas não tem!

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário.

O Orador: Muito obrigado. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro está um bocadinho exaltado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu?!

O Orador: Aconselho-lhe alguma calma nesta situação. Está com vontade de falar?

Fale, ainda tem 2 minutos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O seu histórico de exaltação aqui dentro é muito pior do que o meu, que o diga o Sr. Presidente da Assembleia!

O Orador: Sr. Presidente, centrando-me no protesto, que é isso que é importante, para um partido com o sentido de responsabilidade e a história que tem o Partido Socialista — que foi Governo nesta Região durante 24 anos e em que os Presidentes dos Governos Regionais tiveram funções institucionais e tiveram de se ausentar do Parlamento em determinadas situações —, fica-lhe muito mal, a si e à sua bancada, fazer essa referência, sabendo perfeitamente que o Sr. Presidente do Governo está num serviço institucional e está a servir a Região Autónoma dos Açores e os Açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): O Presidente Bolieiro nunca está no Parlamento!

O Orador: Utilizar este tipo de vocabulário com o Sr. Presidente do Governo, que está a servir os Açores, é absolutamente inadequado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o ouviu e quem o ouve!

O Orador: E que, pela história e sentido de responsabilidade do Partido Socialista, também não se enquadra no vosso percurso político.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Está registado o seu protesto.

Para um contraprotesto, caso queira, Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Paulo Gomes (PSD): Está inquieto para falar da Saudaçor!

O Orador: Tomo a palavra, no fundo, para reiterar e constatar apenas um facto: a ausência do Sr. Presidente do Governo Regional...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Em funções institucionais!

O Orador: ... por opção neste debate.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Foi em representação da Região!

O Orador: O agendamento deste debate foi feito há 2 semanas, há 15 dias! Se o Sr. Presidente do Governo Regional quisesse estar presente neste debate, estaria!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Não foi por opção!

Ruído na Câmara.

Presidente: Srs. Deputados, os apartes são regimentais, é verdade, mas o ruído não é. Portanto, deixem, por favor, o contraprotesto acabar, para a gente entrar nas inscrições.

O Orador: E, portanto, quando a constatação de um facto passa a ser objeto de

protesto...

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Não é verdade! Não viu a agenda do Sr. Presidente?

O Orador: ...por parte da bancada do Governo, significa o desnorte total!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Estamos aqui para discutir a saúde dos Açorianos. E as implicações do Presidente do Governo Regional em todo este processo deviam ser motivo mais do que suficiente...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

O Sr. Presidente está a servir a Região Autónoma dos Açores!

O Orador: ... para o Sr. Presidente do Governo Regional estar presente neste debate e responder aos Açorianos!

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Não é verdade, vai ver a agenda do Sr. Presidente!

O Orador: Servir a Região Autónoma dos Açores também se faz respondendo perante este Parlamento. E, hoje, o Presidente do Governo Regional falha em servir os Açorianos neste aspeto!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito para o debate o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu continuo à espera da resposta, Sra. Secretária. Eu penso que todos já perceberam

que só conheciam metade pela missa. Se mantém a confiança na Dra. Paula Macedo à frente do Conselho de Administração. Também quero perceber porque é que foi afastado o antigo Conselho de Administração. E gostava ainda de perceber porque é que a diretora financeira foi posta a andar. Por falta de confiança? Uma pessoa com 32 anos...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não se meta por aí!

O Orador: Aqui é que é o sítio.

E já agora, quem me falou do hospital modular — enquanto líder do CHEGA, líder de bancada — foi o Sr. Presidente do Governo. Portanto, estava à espera de que ele estivesse aqui hoje e não há desculpa nenhuma. As razões institucionais não são desculpa.

A razão é responder ao povo açoriano! Façam os protestos que quiserem, façam da maneira que quiserem. Eu tenho negócios é com o Sr. Presidente do Governo. Se o Sr. Presidente do Governo não quer prestar esclarecimentos sobre esse assunto, então estamos conversados com as consequências que isso há de ter.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Faça agora o protesto, Sr. Secretário!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista continua a fazer demagogia e a usar este assunto, que é tão caro e tão sério para os Açorianos, para fazer politiquice com esta matéria. Nunca apresentou uma alternativa e agarra-se a este relatório para fundamentar, agora, a sua posição.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Esse é algum que nós temos ou só a senhora é que tem?

A Oradora: Mas este relatório não tem mapas de quantidade, não tem custos por áreas, não tem prazos concretos, mas fala em medidas de conforto.

Talvez o Sr. Deputado Toste consiga clarificar a Câmara, ajudar a esclarecer o que é que são essas medidas de conforto, talvez possa dar esse aporte, não é? Eu quero relembrar ao Partido Socialista que, antes de falar sobre matérias de saúde, não se esqueça do seu passado. Ora, não se esqueça da Saudaçor, não se esqueça dos 800 milhões de euros que deixou de dívida, que dariam para pagar um hospital novo e ainda sobraria muito dinheiro. Esta que é a verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: 800 milhões de euros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E as máscaras? Os 3 milhões das máscaras também davam jeito!

A Oradora: E as máscaras, portanto, o que é que isto não daria?

Para terminar, só dizer que este Governo tem um compromisso inegociável — do qual não abdicará —, que é a segurança dos utentes e a prestação de cuidados de saúde de qualidade. E agora, termino mesmo com um facto, tal como o Sr. Deputado José Toste apresentou um facto — é real que não está aqui o nosso Presidente do Governo Regional —, eu também apresento um facto: o nosso Presidente do Governo Regional, para desespero do Partido Socialista, é um Presidente muito próximo dos Açorianos. Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata Almeida e Sousa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, nesta fase do debate, para lembrar a Câmara sobre este processo de decisão do HDES e do hospital modular — que mais me parece um enredo de novela mexicana com atores de fraca qualidade —, processo esse que ainda vai dar uns episódios novelescos avantajados. Mas ainda não estava escrito este enredo de novela mexicana, e é bom lembrar isso à Câmara e aos Açorianos em geral, e a Iniciativa Liberal, aqui, pela minha voz, em julho de 2024, exortou os grupos parlamentares que têm poder para o fazer para a constituição de uma comissão de inquérito para avaliar este processo de decisão.

E isto não foi politiquice. Politiquice foi o que aconteceu depois! Os grupos parlamentares com poder para fazer uma comissão de inquérito demoraram 6 meses a tomar essa decisão!

Deputado José Pacheco (CH): É verdade.

O Orador: Para, numa potestativa, deixar a Iniciativa Liberal de fora e vir a reboque da primeira, mas demoraram 6 meses para chegar à conclusão que nós já tínhamos chegado em julho de 2024.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições neste debate.

Pausa.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na minha última intervenção, fiz várias questões concretas a solicitar informações sobre relatórios, documentos técnicos que sustentem a decisão do Governo Regional pelo hospital modular. A Sra. Secretária optou por dizer que se abstém de responder. Abstêm-se de responder ao Parlamento, demite-se da decisão política sobre a hemodinâmica, sobre investimentos estratégicos para o Serviço Regional de Saúde. É, de facto, uma Secretária Regional que está demitida das suas funções. Já se demitiu, não está em funções, não responde ao Parlamento e não assume a responsabilidade política!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Insultos.

O Orador: E saímos deste debate com maior convicção do que quando entrámos: é que a decisão tomada de não reabrir o Hospital de Ponta Delgada na totalidade — seguindo a orientação e o relatório técnico que o Governo tinha em sua posse — é a maior irresponsabilidade da história da autonomia, e ela está com o Governo Regional do PSD, do CDS-PP e do PPM e com o Presidente do Governo, que devia estar ali.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando vejo deputados que estiveram envolvidos e deveriam conhecer melhor o

Sistema Regional de Saúde, desilude-me. E desilude-me, porquê? Quando se fala aqui de consultas que estão no hospital por atender, etc. — não deixa de ser verdade —, a realidade é que estas pessoas já tiveram a oportunidade de passar pelos seus médicos de família, estão devidamente triadas e muitas delas medicadas.

Nós temos, agora, a cobertura de 94 % da população com médico de família, esta é a verdade!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Bem lembrado!

O Orador: Mas também é verdade que, em 2014, as mesmas pessoas que, agora, vêm dizer que há atrasos de consultas fazem devolver ao Centro de Saúde de Ponta Delgada cerca de duas mil requisições por terem caducidade administrativa, 2 ou 3 anos depois de serem passadas! O pior que pode acontecer a um doente não é ter um tratamento, é não ter um diagnóstico para ser priorizado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Presidente: Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, em relação ao bloco operatório: os testes de qualidade do ar foram

rececionados a 27 de agosto e só garantem segurança em duas das seis salas, as duas salas que abriram em setembro. Curiosamente, 2 semanas depois de a sala dois ter aberto, encerrou porque a UTA avariou.

Deputado José Toste (PS): Tivessem investido nas UTA!

A Oradora: Portanto, estamos a ver a qualidade do material e a qualidade do que temos presente.

Queria também dizer que, em relação aos 200 mil euros das UTA, que supostamente me foi enviado, engraçado ou curioso — engraçado não, porque não tem mesmo graça nenhuma —, infelizmente nunca me foi submetido um orçamento que comprovasse que essas seis UTA valessem 200 mil euros. Pelo contrário, nesse mesmo *e-mail*, o que anexaram foi uma deliberação do Conselho de Administração para comprar camas.

Deputado José Toste (PS): O seu Conselho de Administração.

A Oradora: Portanto, também fica aqui bem claro o rigor de toda esta situação.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): De quem é a responsabilidade?

A Oradora: Foi o vogal do Conselho de Administração.

E terminando o debate, gostaria de dizer que é efetivamente importante dizer que um hospital não se faz só de betão. É muito importante dizer isso.

A organização do hospital não é feita pelos engenheiros: é feita pelos profissionais de saúde...

Deputado José Toste (PS): É feita por todos!

A Oradora: ... que trabalham diariamente e que prestam cuidados de saúde aos nossos utentes.

A segurança estará sempre acima de tudo. Ao fim destes 9 meses, aquilo que nós vemos hoje é que, 9 meses depois, os Açorianos ainda não entenderam o que é que o maior partido da oposição, o Partido Socialista, propõe para o maior hospital da Região.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E isso é factual! O que este partido faz é atacar o Governo Regional, atacar o Sr. Presidente do Governo Regional, atacar o responsável da tutela, ignorar as ordens profissionais, ignorar os utentes do Serviço Regional de Saúde...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Os utentes?!

A Oradora: ... e ignorar os profissionais do Serviço Regional de Saúde.

Podem ter a certeza de que, para este Governo Regional, a segurança dos utentes e dos profissionais de saúde está, sempre, acima de tudo.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. deputado José Toste para uma intervenção, faça favor.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se a prioridade do Governo Regional são os utentes, por que motivo a Sra. Secretária não respondeu, aqui, quantas cirurgias ficaram por fazer, entre agosto e dezembro de 2024, em virtude da sua decisão política? Quantas consultas ficaram por fazer? Quantos exames ficaram por fazer?

Mas em relação às cirurgias, deixe-me dar-lhe os seguintes dados, que foram publicados, ontem, pela Sra. Secretária: em agosto — em comparação com o mês homólogo —, foram menos 187 cirurgias; em setembro, foram menos 270 cirurgias; em outubro, menos 291 cirurgias; em novembro, menos 176 cirurgias; e em dezembro, menos 101 cirurgias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Houve um incêndio!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos do que ficavam no tempo do PS.

O Orador: Houve um incêndio, mas, a partir de agosto, o bloco operatório poderia estar em funcionamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é verdade!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Não podia! Falso!

O Orador: ... e poderiam ter sido feitas, pelo menos, mais 1025 cirurgias!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Menos 1025 cirurgias foram realizadas em virtude da decisão política da Sra. Secretária.

Em termos de consultas, entre maio e junho, ficaram por fazer menos 724 consultas. Sra. Secretária, entre agosto e dezembro, quantas consultas ficaram por fazer? E em matéria das consultas de psiquiatria, sabemos, hoje, que foram feitas apenas 180 das mil indicações que havia em lista de espera.

Portanto, Sra. Secretária, colocar os utentes em primeiro lugar é responder, é fazer cirurgias, é fazer consultas, é fazer exames, não é um discurso vago em relação à colocação do utente em primeiro lugar que resolve os problemas dos utentes do presente, nem é comprometendo o presente dos utentes em honra e de forma a salvaguardar um hospital do futuro. Não podemos comprometer o presente dos nossos utentes.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, pode usar a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato** (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero deixar aqui uma nota e dizer que ficaram por fazer as cirurgias que não poderiam ter sido feitas por razões de não funcionalidade do bloco operatório.

Deputado José Toste (PS): Porque não houve investimento para abrir o bloco operatório!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Presidente: Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu uso a palavra para dizer que, chegados a este momento do debate, está claro e evidente que este Governo Regional está enredado em números e em datas, para os quais cada vez parece tudo mais confuso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O seu colega só falou de números! A senhora esta completamente desfasada!

A Oradora: Para nós e para todos os Açorianos. Faltaram números.

Este Governo faltou à verdade e, hoje, este debate seria seguramente muito diferente se, quando este relatório foi produzido, tivéssemos tido todos conhecimento, nesta Casa, desse mesmo relatório. Perdemos meses a discutir e a avaliar uma situação da qual nós não tivemos conhecimento, mas a Sra. Secretária e o Sr. Presidente do Governo tiveram. Ocultaram essa informação de todos nós!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Mas acrescento mais um dado. Isto é muito mais do que o HDES, isto é o caos na saúde neste momento. Não podemos ficar perplexos com as afirmações que foram proferidas pela Sra. Secretária a propósito da hemodinâmica. Alguém tem de liderar os assuntos da saúde nesta Região! Alguém é responsável! O Sr. Presidente e a Sra. Secretária não se podem demitir das suas funções...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora demitiu-se das suas!

A Oradora: ... a não ser que a Dra. Paula Macedo seja a Secretária Regional, e nós ainda não fomos informados.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Mais, quando me refiro aqui ao caos, refiro-me por várias razões, porque não é só a situação do incêndio e das consequências do incêndio e do hospital modelar. Vamos falar dos doentes de Machado-Joseph...

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Vamos falar nisso!

A Oradora: ... que aguardam que a sua máquina esteja operacional.

Presidente: Aguardo que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vamos falar da polémica entre os serviços de hemodinâmica, que também fica por resolver.

Há doentes deslocados, a virem de outras ilhas, que chegam aqui e não têm as suas consultas!

Deputado Carlos Freitas (PSD): E o Centro de Saúde da Lagoa?

A Oradora: E ainda lhe vou dizer mais! Para terminar, quem está a sofrer com isto tudo são os Açorianos. E vou só relembrar que, em 2016, alguém que era deputado nesta Assembleia e que, hoje, é membro do Governo, disse que a saúde estava um caos!

Presidente: Sra. Deputada, aguardo que termine, por favor.

A Oradora: Imagine-se, agora, que adjetivo usaria para classificar o momento em que vivemos. Não podemos brincar aos hospitais, muito menos com a saúde dos Açorianos. Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É uma breve intervenção.

Claro que a Sra. Deputada Cristina Calisto tinha de intervir para marcar a sua posição, agora que é líder do PS de São Miguel. A sua intervenção, lamento dizê-lo, enfim, não conseguiu, se calhar, aquilo que pretendia. Fala na questão das pessoas se demitirem das suas funções: ninguém se está a demitir das suas funções.

Deputada Cristina Calisto (PS): Está, está.

A Oradora: Estão aqui, estão a trabalhar para a saúde dos Açorianos e estão a trabalhar bem.

Se alguém se demitiu dessas funções foi a senhora. Gosta de elencar tudo aquilo que está a faltar, mas esquece-se, depois, de dizer o reverso da medalha. Esquece-se de dizer, por exemplo, no seu concelho, as conquistas que foram ganhas com este Governo Regional.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Portanto, aqui, deste lado, ninguém está a faltar à verdade, Sra. Deputada.

Agora, o que é lamentável é que, em 25 minutos, que o Partido Socialista teve...

Deputado Joaquim Machado (PSD): 26 minutos e 13 segundos.

A Oradora: Em 26 minutos e 13 segundos, exatamente, muito obrigada, não conseguiu apresentar uma única ideia, foi só criticar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições.

Relembro que o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda já esgotaram o seu tempo.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fica muito claro algo que eu quero aqui demonstrar: ainda bem que o Partido Socialista não é governo perante uma situação destas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E agora não é motivo para protesto, Sr. Secretário?

A Oradora: ... porque, se fosse governo, os Açorianos sabiam que não podiam contar com a segurança em primeiro lugar. E isso ficou aqui demonstrado, na medida em que foi aqui afirmado que as seis salas de bloco operatório já podiam estar abertas, quando eu já demonstrei, efetivamente, que elas não reúnem as condições de segurança. Se acontecesse alguma situação menos agradável a estes doentes, quem se responsabilizaria por eles? Seria a Sra. Secretária? Já tentaram perceber se os diretores destes serviços foram envolvidos nestas decisões?

Em breve, felizmente, vamos poder ter respostas. Mas também queria deixar aqui claro que não há caos na saúde, ao contrário daquilo que o Partido Socialista tenta aqui fazer parecer. Olhemos só para a ilha de São Miguel, onde a taxa cobertura de médico de

família é de 97 %!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Algo nunca alcançado pelos governos do Partido Socialista. 97 %!

O Partido Socialista não conseguiu concluir as obras no próprio hospital! O quinto piso, só no ano passado é que foi finalmente acabado. A possibilidade de fazer vitrectomia no Hospital de Ponta Delgada, a possibilidade de fazer ablações cardíacas no Hospital de Ponta Delgada, evitando a deslocação de doentes para fora da Região. É ou não trabalho que este Governo vai deixar aos Açorianos?

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Gostaria de dizer que não vim, naturalmente, para brincar aos hospitais, mas que gostaria de questionar: quem não se recorda das barracas de madeira que o Partido Socialista mandou montar à porta da urgência do Hospital de Ponta Delgada?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Quem não se recorda? Se fosse este Governo a instalar barracas de madeira, o que é que teríamos aqui? Quantas comissões de inquérito seriam levantadas para estudar as barracas de madeira?

Termino como comecei, os Açorianos sabem perfeitamente que a segurança estará sempre em primeiro lugar. O Governo Regional não abdicará de uma retoma faseada e

em segurança, como tem sido até então, porque, efetivamente, são os utentes do Serviço Regional de Saúde o nosso bem mais precioso.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

O Governo esgotou também o seu tempo neste debate. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM orgulha-se de fazer parte deste Governo, e apoia incondicionalmente a Sra. Secretária da Saúde nesta decisão difícil, não unânime, mas que garante a saúde e a segurança dos profissionais e dos doentes na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente e especificamente em São Miguel.

O PPM agradece ao Governo Regional dos Açores por não ter tomado a decisão de abrir o hospital “bem ou mal”, porque isto dá a perceção de que o Governo sabe, tem conhecimento e aconselhou-se devidamente para perceber a importância e a dimensão do problema que poderia causar se abrisse um hospital “bem ou mal”.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Presidente: Parece não haver.

Darei, então, a palavra ao Sr. Deputado José Pacheco, para fazer o encerramento deste debate de urgência.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA, quando pede este debate, pede para ser esclarecido e que os Açorianos sejam esclarecidos. A verdade é que se gerou muito mais confusão do que propriamente esclarecimento. As informações contraditórias são cada vez maiores. Desde o próprio dia em que se pede o debate de urgência até à data de hoje, começou a surgir, como cogumelos, uma série de informações, que também já nos tinham chegado, mas o Governo, agora, achou que as devia dar. Isto não acaba aqui, porque temos uma comissão de inquérito, ouvimos todos, tomamos todos notas e vamos todos averiguar. Agora, para quem está em casa, para os Açorianos — os que interessam, especialmente os doentes, aqueles que sofrem, aqueles que veem as consultas adiadas —, todas estas desculpas e mentiras servem de pouco.

Estar cá o Presidente do Governo ou não, para os açorianos, serve de nada. Eles querem é respostas, querem é perceber para que servem os impostos que pagam. E mais, nesta terra tem de se acabar com as vacas sagradas. Vacas sagradas só na Índia, e mal.

Aqui, não pode haver ordens, não pode haver instituições que estão acima de tudo, acima do Parlamento e acima de qualquer coisa. Dentro de uma instituição como o HDES, não pode haver alguém que está acima de tudo e de todos. Não pode haver suspeita, não pode haver compadrio, não pode haver corrupção, não pode! É impossível!

E se há suspeita de que uma presidente de um conselho de administração, o órgão onde está andou a comprar equipamentos ao irmão, é uma suspeita legítima que os Açorianos

têm de ter.

Nós estamos aqui perante algo muito grave. Há suspeita se podia acumular ou não? Porque aqui foi dito, e nós já o dissemos várias vezes. Uma coisa é o que a lei diz, porque as leis são feitas por nós e, muitas vezes, são feitas para nos proteger, aos políticos. Mas há a parte da moral, e isto é imoral!

Falo por mim porque não tenho telhados de vidro! Falo por mim porque não cometo crimes! Falo por mim porque estou a defender aqueles que me elegeram, em nome da verdade e em nome da honestidade!

Deputado José Toste (PS): Fale por si!

O Orador: Quando tenho dúvidas, dúvidas haverá! E é isto que vai ser atirado para a praça pública, doa a quem doer.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrado este ponto da agenda. Atendendo ao nosso horário, pergunto à Câmara se consente que interrompamos agora os nossos trabalhos, em vez de continuar no ponto 6? Então, bom almoço a todos, estão encerrados os trabalhos da manhã.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais.

Eram 15 horas.

Neste momento, o Presidente da Assembleia reocupou o seu lugar na Mesa.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos no ponto 6 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 13/XIII — “Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas”**. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que deu entrada de uma substituição integral e é sobre ela que deve incidir o nosso debate e a nossa votação.

O diploma, creio ter sido apresentado, ontem, pela Sra. Deputada Patrícia Miranda. E há uma inscrição do Sr. Deputado Francisco Lima, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH)**: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Portanto, analisando a proposta de substituição integral, que basicamente mantém a original, com exceção do prazo de pagamento, nós, inicialmente, quando entrou esta proposta, já nos tínhamos pronunciado sobre isso, que esta proposta sofre de várias inconformidades, nomeadamente acerca de como é que se iria fazer o apuramento destes prejuízos, além de que falam num prejuízo, por exemplo, de 90 % da produção de milho. Ora, em comissão, o Presidente da Federação Agrícola disse que estaríamos perante uma calamidade pública. Portanto, não é isso que se verificou, 90 % de quebra na produção de milho.

Fala também aqui em pragas, mas não diz quais são as pragas. E há a questão dos atrasos de pagamento, que até tem alguma relevância, da depressão Óscar, que ainda não foi pago.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Está a ser pago hoje mesmo. A semana passada e hoje.

O Orador: Pronto, vai ser pago, mas isso é a conversa que está a ser...

O Sr. Secretário também falou, em comissão, num regulamento que supostamente iria pagar os prejuízos, só que o Regulamento n.º 3242 diz que esses apoios pressupõem que seja reconhecida e declarada catástrofe oficial. Não sei se isso foi feito, convém

saber se é verdade.

E sobre as pragas, de facto, aqui, fala muito nas pragas. E temos até propostas nesta Assembleia para combater as pragas, porque também já foi dito, aqui, por mim, que, se se pagasse o prejuízo das pragas, daqui a dias, era mais útil e rentável criar ratos do que ter vinha ou produzir agricultura.

Mas sobre essas pragas, ontem à noite, preparando o debate, fui ver e tive de recuar a 1260 anos antes de Cristo. E que pragas seriam essas que o PS arranjou aqui? Tive de fazer um esforço e pensar: então, são as pragas do Egito.

Risos dos Deputados da bancada do PS.

Mas em relação às pragas do Egito, tenho de fazer uma interpretação bíblica, uma vez que a Deputada Patrícia apresentou, aqui, um cenário apocalíptico. E fui buscar o segundo livro do Antigo Testamento, sobre o Faraó Ramessés II e a praga que foi lançada por não libertar o povo hebreu. A água com sangue? Realmente, existe seca. Agora, a interpretação é com as algas vermelhas. Portanto, essa está explicada. As rãs? Eu não vi infestação de rãs, essa o PS tem de explicar. Os piolhos? Eu vi, tenho três galinhas na minha casa e vi que elas estavam com piolhos. Portanto, está explicado, houve uma praga de piolhos. Moscas? Há por aí bastantes, vejo, aqui, em várias bancadas, várias moscas.

Deputado Carlos Silva (PS): As pragas do CHEGA é que vêm a mal.

O Orador: Nas espécies animais? Apareceu uma doença nova em 2024: a doença hemorrágica epizoótica. Está explicada também, há que pagar essa praga. Feridas? Eu creio que foi o incêndio do HDES, que provocou um problema de saúde. Existe também essa praga. Chuva de pedras? Na Serreta, choveu pedras.

Risos do Deputado José Pacheco (CH).

De facto, existe essa praga, vamos pagar essa praga também aos agricultores. Gafanhotos e escaravelhos? Isso aí é quantos vocês quiserem. Agora, quanto a estas duas últimas pragas, eu tive dificuldades. Escuridão? Não sei se se referem aos 24 anos. Provavelmente.

Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi) e do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

E a pior das pragas foi a praga da morte dos primogénitos. E isso, nem que fosse a morte política, criava um grande embaraço e um grande problema à vossa bancada, à bancada do Partido Socialista, porque a morte do primogénito seria uma hipoteca do futuro.

E perante o cenário apocalíptico dessas pragas todas, que eu não consegui identificar ainda mais, quer dizer, deve haver ainda mais para identificar, eu acho que isto iria causar um grande embaraço ao Sr. Secretário, e o Sr. Secretário já tem um caderno de encargos muito pesado de faturas vencidas, que não paga. De facto, se calhar, devia aprender com o seu colega de lá de trás da bancada...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
Quando não há orçamento, não se paga.

O Orador: ... que já diz que não paga quando não há orçamento inscrito e não pode pagar. E outros Secretários já começam a falar a verdade, que é: se não há dinheiro, não há vícios. É a realidade e há que assumir isso, porque os agricultores, pior do que não receberem, é a expectativa de virem a receber, que vai sendo adiada *ad aeternum*. E pronto, acho que vai chegar a uma altura em que o prazo de pagamento é: *sine die, ad aeternum*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu faço esta interpelação à Mesa para questionar se a proposta de alteração do nosso projeto de resolução já deu entrada e foi distribuída por todos os Srs. e Sras. Deputadas.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Eu penso que sim. Pelo menos, ontem, ao final da tarde, fiz esse despacho. E, portanto, se tudo funcionou normalmente, deve ter sido distribuída.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Silveira, do PSD, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Silveira** (PSD): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, ouvimos, no final da tarde, nesta Casa, uma apresentação da iniciativa, que não foi mais do que uma política da tábua rasa, infelizmente, Sra. Deputada, irresponsável e que se lamenta.

Disse, aqui, a Sra. Deputada que pagar aos agricultores não é um favor, é um dever. Eu acrescento que pagar aos agricultores por inteiro é, mais do que um dever, um direito.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Um direito que os agricultores não tiveram quando o PS governou esta Região com a sua maioria absoluta. Um direito que os agricultores viram rateado, ano após ano, quando o PS anunciava apoios e pagava menos 150 % do que anunciava.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Um direito que os agricultores não tiveram, face a apoios que não eram extraordinários, mas, sim, apoios do POSEI, que todos nós aqui conhecemos.

Agora, temos esta súbita preocupação do Partido Socialista pela calendarização dos pagamentos. Onde estava este Partido Socialista que, durante 20 anos, foi incapaz de avançar com esta medida, onde estava?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): É uma hipocrisia total!

O Orador: Esta medida já era uma pretensão antiga da Federação Agrícola dos Açores. E como foi dito em comissão pelo Sr. Secretário, era ainda Presidente da Associação Agrícola, em 2001, já se reivindicava esta calendarização.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma medida que o Governo Regional dos Açores pretende avançar havendo as condições necessárias para isso, porque não é uma matéria fácil, pois, se fosse fácil, com certeza, o PS já o teria feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O mérito desta resolução é discutir o setor agrícola, um dos principais motores de desenvolvimento económico da nossa Região. Esta é uma atividade permeável às condições climatéricas, sendo vários os prejuízos que os agricultores das mais variadas áreas agrícolas têm no seu dia a dia, fruto da ocorrência de fenómenos climatéricos adversos, seja a seca, a forte precipitação ou a passagem de tempestades tropicais.

O que esta iniciativa não reconhece é o trabalho que o Governo Regional dos Açores tem vindo a fazer para compensar os prejuízos decorrentes de fenómenos climatéricos e de pragas, em proximidade com os seus parceiros do setor, desde logo com a Federação Agrícola dos Açores, mas também com as várias associações, organizações e produtores agrícolas, estando ao lado dos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só de apoio alimentar à pecuária, entre fevereiro e outubro de 2024, foi mais de 1 milhão e 600 mil euros, o que somando os 600 mil euros já pagos relativos a 2022 e 2023, totaliza mais de 2,2 milhões de euros em apoios decorrentes de depressões atmosféricas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só no ano de 2024, o Governo Regional avançou com: a Portaria n.º 83/2024, de 24 de setembro, que estabelece o regime de apoio extraordinário a conceder à aquisição de concentrado fibroso; a Portaria n.º 91/2024, que estabelece o regime de apoio extraordinário a conceder à aquisição de palha, feno e luzerna; e a Portaria n.º 80/2024, de 10 de setembro, que é aqui mencionada nesta resolução.

Lembro que, nos anos de 2022 e 2023, a passagem das depressões Evelyn e Gordon deixaram estragos mormente na apicultura, floricultura e milhos, tendo sido pagos mais de 676 mil euros.

Quanto ao ponto resolutivo sobre a Portaria n.º 80/2024, de 10 de setembro, já estão a avançar com os pagamentos da mesma desde o passado dia 6 de fevereiro, depois da tramitação da administração deste processo, que comprovam a Portaria n.º 183/2025, de 6 de fevereiro, a Portaria n.º 195/2025, de 10 de fevereiro, a Portaria n.º 197/2025 de 11 de fevereiro, e a Portaria 204/2025, de 12 de fevereiro.

Quanto ao ponto resolutivo que propõe criar um apoio extraordinário destinado a compensar as quebras de produção das diversas culturas, é o próprio setor que não o pretende nem concorda com este apoio, como disse, em comissão, o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores, que passo a citar: “Este apoio extraordinário não faz sentido, nomeadamente em relação ao milho, porque levará a uma especulação dos preços...”

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ora bem!

O Orador: ... e à opção por produtos com fraca qualidade quando comprados localmente, como o exemplo dos rolos, mas também porque esta quebra de produção é compensada de forma indireta pelo apoio à compra de fibra e palha.”

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É falsa a percentagem de prejuízos correspondente a 90 % da produção de milho, como alega este projeto de resolução. O PS tem tido uma abordagem catastrofista e irrealista, que é facilmente desmentida com a realidade dos factos.

Vozes do Deputado João Bruto da Costa e Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: É o próprio Presidente da Federação Agrícola dos Açores que o nega e disse: “Se houvesse um registo de prejuízos de 90 %, estaríamos perante uma catástrofe.” Portanto, é falsa essa imagem de caos que o PS pretende fazer passar aqui. Referiu ainda, o Sr. Presidente da Federação Agrícola, que “em relação às culturas tradicionais, não apresentam prejuízos que justifiquem pedidos de apoio extraordinário, sendo justificação disso a venda dos seus produtos a preços interessantes”. Reitera também “a importância de haver racionalidade na observação, uma vez que existem organizações que dizem, sempre, haver prejuízos na ordem dos 90 %, quando, em boa verdade, tal não acontece.”

Desafio, assim, o PS a mostrar como chegou a este valor de 90 %, como o calculou, porque aparentemente não foi mediante diálogo com o setor. Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Dora Valadão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Dora Valadão (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, os agricultores estão cansados de propaganda. A agricultura, nos Açores, está a passar por dificuldades várias, que importa referir que não são de hoje, mas cada vez mais é necessário olharmos para o setor primário com a atenção que ele nos merece. Sabe-se que não somos autossuficientes, mas o que produzimos é de qualidade e

apreciado por todos.

O aumento dos custos de fatores de produção, a falta de mão de obra, a seca, que agora tem como oposição a pluviosidade exagerada, dificultam a vida daqueles que continuam a querer defender as suas terras e o seu modo de vida.

Há ilhas, nomeadamente as Flores, que, além de não receberem os apoios, também continuam à espera que seja feito o abastecimento de água às pastagens e a reabilitação de caminhos agrícolas, elementos essenciais na prossecução do trabalho dos lavradores.

Relembro que as ilhas são normalmente fustigadas por intempéries, que têm nome, no entanto há outras que, mesmo sem nome, conseguem prejudicar o setor da agricultura.

Quem vive nas Flores sabe, porque sente, no dia a dia, as agruras do mau tempo.

Este tem sido mais um inverno em que a precipitação excessiva tem afetado as pastagens e, por conseguinte, o alimento dos animais. Há necessidade de apoios na alimentação do gado, especialmente de concentrado fibroso, para fazer face à falta de alimentos.

Os apoios às associações agrícolas têm estado com atrasos consideráveis...

Deputado José Eduardo (PS): Ora bem!

A Oradora: ... e a Associação da Ilha das Flores já vai em 365 dias, o que, convenhamos, é bastante tempo.

Não basta publicar portarias, é preciso efetivá-las, é preciso pagar.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

A agricultura, presente em todas as ilhas dos Açores, é um setor importantíssimo da nossa terra para o desenvolvimento harmonioso e sustentável, há que a apoiar intransigentemente. Disse. Obrigada.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Dora Valadão. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Chaves, do Grupo Parlamentar do PSD.

(*) **Deputado Paulo Chaves (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

O Partido Socialista traz-nos, hoje, a esta Casa, um projeto de resolução — imagine-se lá — de apoios à agricultura.

Vamos, então, aqui, fazer um exercício, mais uma vez, do que era a governação socialista em relação aos apoios à agricultura, é importante relembrar o passado para estarmos no presente.

Sras. e Srs. Deputados, o PS não quer apoiar os agricultores, foi assim no passado enquanto governavam, basta ver o exemplo dos rateios. É assim na oposição.

O PS, enquanto governo, cortou, durante 15 anos, cerca de 300 milhões de euros aos agricultores açorianos.

E vamos, agora, à parte dos exemplos. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na oposição, numa intervenção nesta Casa, em relação a um projeto de apoios ao combustível agrícola, disse: “Um caminho que, mesmo em setores tradicionais da nossa economia, como na agricultura e nas pescas, significa um retrocesso com o desbaratar de uma cuidadosa gestão de stocks, no caso das pescas, e com a crescente subsidiação e criação de dependências, no caso da agricultura.”

Ainda nesta Casa, em 2021, com a entrada de um projeto de decreto legislativo proposto pela coligação que pretendia a liberalização do consumo de combustível agrícola, o apoio aos apicultores e a igualdade entre agricultores, o PS votou contra a liberalização do combustível agrícola nos Açores. Mais uma vez, onde está a moral política do PS em relação ao setor primário?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas há mais. Depois, de forma encapotada, em 2022, o PS traz a esta Casa

um projeto de decreto legislativo regional, o Regime Geral da Ação Climática na Região Autónoma dos Açores, onde constava, numa das alíneas, a “eliminação de subsídios, benefícios e despesas fiscais relativas ao uso de combustíveis fósseis”. Emendaram, depois, por aviso de parte desta bancada, mas tentaram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que conta é a tentativa, e ela estava bem patente, de acabar com o apoio ao gasóleo agrícola na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

O Orador: O que realmente quero trazer a este debate é a moral política por parte do maior partido da oposição, porque, quando e sempre chamado ao teste do algodão, falha para com os agricultores açorianos, e eles bem sabem disso, quer no Governo, quer na oposição. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Muito obrigado. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, fazer uma apreciação sobre a iniciativa que está em debate e, depois, dar uma resposta à Sra. Deputada Dora Valadão.

Primeiro, relativamente à iniciativa, o Governo faz uma apreciação de que esta proposta de resolução é inconsequente, é imprudente, não traz nada de novo e assume a inação da governação do PS, porque não acrescenta mais nada àquilo que o Governo fez e está a fazer, pelo contrário, é populista, demagógica e aproveita aquilo que são as circunstâncias e as dificuldades dos agricultores, não acrescentando nada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Vamos à proposta. Primeiro, dizer-vos que os apoios pelas ocorrências climatéricas têm sido, de facto, uma atitude de todos os governos, não só deste Governo, isso tem que se reconhecer, uns mais do que outros. Obviamente, os governos regionais têm tido uma atitude de compensação dos prejuízos económicos na agricultura, uns com mais atenção, outros com menos atenção, mas tem sido sempre assim ao longo da história, desde 1975.

Nós, neste Governo, desde que tomamos posse, como já foi dito, em 2022/2023, no âmbito da depressão Lola e a tempestade Evelyn, assumimos um pagamento de prejuízos económicos no valor de 676 mil euros. De facto, é um imponderável, é um imprevisto, mas teve de se acorrer às quebras de produção. Por outro lado, importa dizer que esta iniciativa vem tarde, porque o Governo Regional, desde o dia 23 de fevereiro, está a acudir àquilo que são as necessidades para a alimentação animal na Região Autónoma dos Açores, ora por excesso de água, ora por falta de água. Assim aconteceu desde 23 de fevereiro. Nesse sentido, demos o maior apoio alimentar para a bovinocultura de carne e de leite alguma vez dado na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foram 16 752 mil toneladas de apoio alimentar diretamente para a bovinocultura. Não foi nenhum favor, era uma necessidade que existia, tendo em conta aquilo que são as ocorrências climáticas, tendo em conta aquilo que são as alterações climáticas em curso, que não é culpa dos agricultores, não é culpa do Governo, não é culpa de nenhum Açoriano.

Depois, dizer-vos que esta iniciativa também ignora aquilo que já são as quatro portarias de pagamento publicadas, no âmbito das ocorrências climatéricas. Já estão em curso.

Deputado Carlos Silva (PS): E o pagamento? Já pagou?

O Orador: Sempre disse em comissão que, entre o dia 15 de janeiro e o dia 28 de fevereiro, iria proceder-se ao pagamento. Disse isso várias vezes e é isto que está a acontecer, as portarias de pagamento estão a ser publicadas, identificando as explorações com prejuízo, identificando as empresas com prejuízo, obviamente, honrando a palavra do Governo Regional relativamente aos pagamentos.

Depois, a iniciativa ignora algo que aconteceu na nossa democracia, que foram as eleições antecipadas. O ano de 2024 foi atípico, só tivemos Orçamento a partir de julho de 2024 e não se podia orçamentar para além daquilo que já estava orçamentado em 2023. E este era um apoio extraordinário. Portanto, ignoram a atipicidade de um ano eleitoral em fevereiro, em que houve a discussão do Plano e Orçamento. E o PS votou contra o Plano e Orçamento...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e provocou, de facto, essa dificuldade às famílias, aos agricultores, à economia, no âmbito social, a quem vive nos Açores, por ter votado contra um Orçamento. Ora, de nada serviu porque continuamos aqui a governar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, a iniciativa é muito imprudente relativamente às ocorrências climáticas, é muito imprudente e irresponsável, porque tenta não responsabilizar aquilo que deve ser uma responsabilidade comum e não só de uma região. Nós todos sabemos aquilo que são as imposições da União Europeia relativamente a regras e práticas agrícolas, que devem estar mais de acordo com a sustentabilidade ambiental e com o combate às alterações climáticas, mas, do mesmo modo, é essa mesma entidade que não reconhece aquilo que são os efeitos e os prejuízos na agricultura ou numa outra atividade económica. Sim, nós não queremos assumir algo que deve ser assumido por todos, da mesma maneira que impõe, da mesma maneira devem compensar.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem o viu e quem o vê.

O Orador: E por isso mesmo, depois de as regiões ultraperiféricas muito batalharem

os Estados-membros, lá conseguimos que, de facto, a Comissão Europeia publicasse o Regulamento 2024/3242, de 19 de dezembro de 2024, que reconhece, de facto, as ocorrências e os prejuízos.

Ora, relativamente a esta iniciativa, e para quem está atento na União Europeia, dizia que, nos Açores, o maior partido da oposição não quer que nós tenhamos essa responsabilidade. Vai ser uma imprudência e é uma irresponsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ganhámos a batalha, a Comissão Europeia vai reconhecer os prejuízos nos Açores, contrariamente à vontade do PS, que queria que fosse só o Governo Regional a reconhecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor disse o mesmo sobre o Ministro da Agricultura. Portanto, já não podemos acreditar, Sr. Secretário. Desculpe dizer-lhe, mas...

O Orador: A iniciativa tem algo de positivo. De facto, o que tem de positivo é reconhecer que houve nove ocorrências climáticas entre junho de 2023 e 18 de abril de 2024, ou seja, reconhece aquilo que é uma diferença de um ano climático normal. A ocorrência de nove alterações, que provocaram prejuízos, por aquilo que é o nosso clima, é reconhecida pela iniciativa.

E agora, gostava de me dedicar ao calendário de pagamentos. O calendário de pagamentos, a nível regional, é uma velha aspiração de todos os agricultores, das associações e da sua associação de cúpula, que é a Federação Agrícola dos Açores. Era eu, sim, Presidente da Federação Agrícola dos Açores em 2001 e já reivindicava um calendário regional. O PS teve 24 anos para implementar um calendário regional, teve

tempo, teve maiorias absolutas e quer que a gente, em 4 anos, com um ano eleitoral pelo meio, implemente um calendário de pagamentos. Ora, bem prega Frei Tomás, faz o que eu digo, não faças o que eu fiz, no caso do PS. Eu acho que até o ditado popular vai ser alterado, em vez de ser Frei Tomás vai ser: bem prega o PS, faz o que eu digo, não faças o que eu fiz. Porque, de facto, o PS teve 24 anos, não implementou o calendário e, agora, exige que a gente implemente um calendário. Que hipocrisia política! Essa hipocrisia política é algo que assusta.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: A hipocrisia política é assustadora, porque exigem aquilo que não fizeram em 24 anos.

Mas mais, porque é que nós ainda não implementamos um calendário regional e temos essa vontade de implementar? Sim, há, de facto, vários imponderáveis que dificultam a existência de um calendário com datas precisas. O próprio calendário do IFAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas) é um calendário indicativo, indica uma data, não precisa uma data. Mas mesmo de forma indicativa...

Deputado Carlos Silva (PS): Se o Governo não paga, é sempre “indicativa”.

O Orador: ... nós temos várias dificuldades, como já referi, por exemplo: das eleições antecipadas, das dificuldades de ocorrências climáticas que levaram já a um investimento de 2,6 milhões de euros de compensação. E o maior imponderável é...

Deputado Carlos Silva (PS): Falta de dinheiro.

O Orador: ... a herança dos governos do PS em termos de faturação. E queria-me referir a esta herança, porque ela é assustadora, o que este Governo herdou em termos de faturação para pagar, prometido e não pago, que nós tivemos que pagar e que foram vários milhões. Refiro-me, por exemplo, a uma multa de 2 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor já falou dessa multa mais de 15 vezes!

O Orador: ... que surgiu em 2021, relativamente à análise de projetos de investimento e que não estavam segundo aquilo que são os critérios de análise. A Comissão Europeia fez uma visita à Região e aplicou-nos uma multa de 2 milhões de euros. Tivemos de pagar essa multa de 2 milhões de euros. Podem ir somando.

Depois, também, relativamente àquilo que foi assumido, por exemplo, na pasta de transição, encontrámos lá uma dívida a uma cooperativa, a UNICOL, no valor de 814 mil euros...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Coisa pouca.

O Orador: ... e que diz: valor pendente à UNICOL no montante de 814 339,08 euros relativos à compensação de 0,0235 euros por litro, destinados à manutenção do preço por litro de leite adquirido na ilha da Graciosa, para ser idêntico ao praticado na Terceira.

Este valor, prestem atenção, respeita aos anos de 2019, 2018, 2017, 2016 e 2015.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Coisa pouca.

O Orador: Tivemos de pagar isto, cinco anos sem pagar.

Mas mais, em 2021 e 2022, porque a Comissão Europeia já tinha avisado a Região Autónoma dos Açores para regularizar o parcelário naquelas parcelas em que a matriz está omissa, porque não poderia continuar a haver parcelas com matriz omissa no parcelário para efeitos de candidatura e elegibilidade aos fundos comunitários, já tinha avisado há mais de 10 anos (uma década a avisar), nós recebemos um corte no POSEI de 1,2 milhões de euros relativamente aos anos de 2015 a 2020. Ora, retirou-se do POSEI. Foi o Orçamento Regional que teve de avançar com mais 1,2 milhões de euros. E, portanto, houve, de facto, mais uma fatura a pagar por aquilo que é a irresponsabilidade e a incompetência dos anteriores governos do PS.

Mas o Governo Regional, juntamente com a Federação Agrícola dos Açores, muito empenhada e dedicada...

Deputado Carlos Silva (PS): Sim, sim!

O Orador: ... conseguiram regularizar 1300 agricultores que estavam pendentes, o que significa uma área de 8700 hectares nos Açores. Há ilhas em que 60 % dos terrenos agrícolas...

Deputado Carlos Silva (PS): E em resolução, Sr. Secretário? Fale dos apoios!

O Orador: ... não tinham matriz, regularizarmos. Estava em causa um valor de 6,5 milhões de euros se não fossem regularizados. Sim, os governos do PS nunca regularizaram isso. Nós regularizamos, mesmo assim pagando uma multa e avançando com 1,2 milhões de euros do nosso Orçamento Regional, porque houve um corte naquilo que é a dotação desse fundo para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora, mais ainda, o único apoio que os governos do PS prometeram como extraordinário, não pagaram. Nós já sabemos que nos apoios normais havia cortes todos os anos, que totalizaram, nos últimos 15 anos, 325 milhões de euros. Nós arredondamos para 300, mas são 325 milhões de euros, em 15 anos, do PRORURAL+ e do POSEI.

Deputado Carlos Silva (PS): Já ninguém acredita nisso!

O Orador: Em 2015, porque as dificuldades da Região são cíclicas, eram muitas, o Governo Regional anunciou um apoio de 45 euros por vaca leiteira para compensar as dificuldades e a baixa do preço do leite. Ora, este apoio de 600 mil euros foi pago em 2021, ou seja, 6 anos depois. Vamos ver do que é que estamos a falar: nos apoios normais, cortavam; no único extraordinário, nunca pagaram.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E fomos nós que também pagamos.

Totalizando tudo isto, a multa do IFAP, os pagamentos à UNICOL, os cortes do POSEI, os 45 euros por vaca leiteira, significam 4 milhões de euros de faturação que

tivemos de acomodar nesses anos de governação, por isso é que dificulta aquilo que é o planeamento do calendário.

Mas mais, por uma atitude eleitoralista, abriram dois avisos para a modernização das explorações agrícolas e para a instalação de jovens agricultores, e uma dotação para as reformas antecipadas, que foi aprovada aqui nesta Casa, para os agricultores. A dotação financeira prevista era só para 50 agricultores, mas concorreram 110 agricultores. E nós estamos a pagar a 110 agricultores, mais 60 agricultores, para reforma, do que aquilo que estava previsto. Isso significa mais 3 milhões de euros.

Mas, na atitude eleitoralista, abriram um aviso para as candidaturas aos projetos de investimento para a modernização das explorações e entraram projetos de investimento no valor de 18,8 milhões de euros. Ora, a dotação era só de 4 milhões de euros. Nós tivemos de aportar mais 14 milhões de euros. E destes 14, 15 %, que é a dotação regional, corresponde a 2,6 milhões de euros.

Mas para a primeira instalação também tinham um aviso de 1 milhão de euros, entraram 3 milhões de euros.

Sra. Deputada Dora Valadão, eu acho incrível que a senhora fale da falta de investimento na ilha das Flores, quando na ilha das Flores não havia um único perímetro do ordenamento agrário. Nós criamos dois perímetros do ordenamento agrário na ilha das Flores, senhora!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Eu acho incrível que a senhora fale sobre o investimento da ilha das Flores quando os governos do PS cortaram cerca de 50 % naquilo que é o apoio às pequenas e médias explorações, que atingiu muito a ilha das Flores. Nós voltámos a repor e isso correspondia a quase 1 milhão de euros por ano de corte. E a senhora vem-me dizer que não há investimento quando o seu Governo cortou 1 milhão de euros por ano?!

Senhora, pelo amor de Deus! Haja consciência política sobre o que se diz!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E depois, deixe-me dizer, vamos comparar em termos de investimento a água, os caminhos e a eletrificação, que a senhora diz que não há. Podemos comparar o investimento do IROA, S.A. de 2017 a 2020 e de 2021 a 2024, 4 anos com 4 anos. Sabe qual foi a diferença de investimento? Nos últimos 4 anos, investimos mais 66 % na ilha das Flores...

Deputado José Eduardo (PS): Onde?!

O Orador: ... passámos de um investimento de 206 mil para 345 mil euros. Sim, nós estamos a investir mais. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Sra. Deputada Patrícia Miranda, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo fim, pela hipocrisia política que o Sr. Secretário tanto gosta de apregoar daquele lado e questionar-lhe sobre este assunto: o que é que o Sr. Secretário tem a dizer quando, em 2023, devido aos apoios nacionais não chegarem aos Açores, o Sr. Secretário dizia assim: “Não estamos conformados, não aceitamos que os agricultores dos Açores sejam tratados como agricultores de segunda. A solidariedade nacional tem de abranger os Açores.”? Ontem, deparámo-nos com a notícia de que o Sr. Ministro da Agricultura, afinal, deixou o Sr. Secretário a falar sozinho.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Nada disso!

A Oradora: Pelos vistos, há 3,3 milhões de euros que não vão chegar para os Açores. O Sr. Presidente da Federação Agrícola até pede uma atenção rápida e acelerada por parte do Governo Regional. O problema é que rapidez e aceleração é uma coisa que este Governo não sabe o que é que é.

Apartes do Deputado João Bruto da Costa (PSD) e do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Mas seria interessante que o Sr. Secretário nos respondesse o que é que se passa sobre esse assunto e qual é que é a sua posição.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu posso dizer agora!

A Oradora: Não, o senhor vai esperar pela sua vez, como todos nós nesta Casa.

Relativamente ao nosso projeto de resolução, eu queria só lembrar que as audições servem exatamente para isso, para melhorarmos as nossas propostas, para corrigirmos os nossos erros, por isso é que ouvimos os Açorianos e procedemos às correções. E foi exatamente isso que nós fizemos. Mas, pelos vistos, após a apresentação do projeto, ontem, os Srs. Deputados estiveram mais de 24 horas para se preparar para este debate...

Apartes dos Deputados da bancada do PSD.

... mas, pelos vistos, não foi suficiente, porque não leram na íntegra a proposta de alteração. Ainda vos digo mais, porque nesta proposta de alteração, a parte do milho, nós retiramos. E também seria bom, quando lemos declarações...

Presidente: Peço desculpa, Sra. Deputada. Espero que não tenha sido o meu telefonema que tenha interrompido a sua intervenção.

A Oradora: Não, o senhor sabe que não.

Presidente: Faça favor.

A Oradora: Obrigada, Sr. Presidente. Quando se lê declarações de alguém, convém ler as declarações todas, Sr. Deputado Luís Silveira. E, aqui, eu parto do princípio que o Sr. Jorge Rita também referiu que, relativamente às intempéries, seria importante que os pagamentos fossem feitos até ao final do presente ano, e falo do ano de 2024, de forma a assegurar o que está definido para o corrente ano. Esses pagamentos ainda não foram feitos e nós já estamos em 2025.

Portanto, nessa matéria, o Governo funciona muito bem a inventar desculpas, aliás, tem uma criatividade que até nos impressiona. Por exemplo, arranjar desculpas para os seus atrasos, para as suas falhas, para as suas omissões, tudo serve, ou é burocracia ou é conjuntura Europeia ou é o passado, neste caso referindo-se sempre ao Partido Socialista, ou então é a meteorologia. Bom, têm sempre uma explicação para os seus problemas, mas nunca têm soluções, ou as que têm leva muito tempo para as implementar, vão estudar, vão averiguar, sabem que é urgente, sabem que é complicado e também sabem que é difícil pagar.

Aliás, o Sr. Secretário do Mar diz que não tem dinheiro para pagar os apoios; o Sr. Secretário da Agricultura diz que sim a todos, diz que sim a tudo...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Estamos a pagar! Estamos a pagar!

A Oradora: ... mas para pagar leva anos e mais anos. Por exemplo, eu volto a referir que, para os apoios, não basta anunciar as portarias, não basta dizer que se vai pagar, porque, de facto, o mais importante é pagar, e os apoios não estão pagos. Eu volto a repetir: o apoio dos suplementos dos abates está por pagar há 1500 dias. O Sr. Secretário até pode pagar amanhã, mas, hoje, ainda não foram pagos há 1500 dias. Os agricultores esperaram pelo SAFIAGRI mais de 890 dias...

Deputado Paulo Gomes (PS): Eu não quero acreditar nisto!

A Oradora: ... e vão continuar à espera mais duzentos e tal dias para o receber.

O apoio dos prejuízos à depressão Óscar, esta que a resolução diz para o Governo pagar, estão à espera, estes agricultores, há mais de 590 dias.

O Agroacrescenta, Sr. Secretário, que tanta importância tem para os nossos agricultores, as candidaturas estão por analisar, não se sabe das candidaturas. O pagamento então... os agricultores bem podem esperar por ele.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E quando era o vosso?!

A Oradora: O valor das indemnizações atribuídas aos apicultores do Pico estão por pagar há mais de 250 dias. O apoio às associações agrícolas? Bom, eles continuam à espera do apoio do ano passado. O apoio às sementeiras de milho e sorgo? Bom, os animais já acabaram de comer a silagem, mas os agricultores ainda não receberam o seu apoio. Os 30 % dos suplementos aos produtos lácteos, Sr. Secretário? Ainda está por pagar.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Sexta-feira!

A Oradora: Hipocrisia e falta de moralidade é prometer e não pagar.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A hipocrisia é vossa!

A Oradora: Isto, sim, é que é hipocrisia política.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Ainda vos digo mais. Quando se fala em apoios, já que o Sr. Secretário também gosta tanto de referir os apoios do passado, eu também tenho um gráfico para lhe mostrar, das intempéries e dos apoios pagos. Os apoios que o Sr. Secretário fala que foram pagos em 2024, e veja-se os apoios que foram pagos em 2018, numa altura em que os fatores de produção, as taxas de juro e todas as dificuldades nunca atingiram valores como atingiram na sua governação. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: É extraordinário esta hipocrisia a que se assiste, um partido político que cortou 300 milhões de euros durante 15 anos aos agricultores, que o único apoio extraordinário que anunciou nunca pagou, e nós pagamos ao fim de 6 anos, fale sobre pagamentos de apoios nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Pois, se os senhores não pagam, a gente vai-se calar?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não paga a ninguém!

Apartes dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Os agricultores sempre reivindicaram um apoio às sementes de milho e de sorgo. Nós estamos a apoiar em 80 %. Os governos do PS nunca apoiaram. Quando os agricultores sempre reivindicaram a abolição do teto ao gasóleo agrícola, nunca aconteceu, está a acontecer agora. Quando os agricultores sempre quiseram direitos de vacas aleitantes, nós atribuímos 3 mil direitos de vacas aleitantes. Valor idêntico só foi atribuído em 2011, por um Governo da República.

Ou seja, o PS governou a prejudicar a agricultura. A agricultura nunca foi uma prioridade. E, hoje, o PS tem a oportunidade de explicar aos Açorianos, aos agricultores, àqueles que produzem alimentos e àqueles que se alimentam dos alimentos locais, porque é que cortou 300 milhões e porque é que nunca implementou

um calendário indicativo. Hoje, é a oportunidade de dizer, senão isso é demagogia e populismo, exigir uma coisa que nunca fizeram.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é o que o senhor faz todos os dias!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Relativamente à República, interessa dizer o seguinte: o pecado original está na legislação, que excluiu os agricultores Açorianos que deviam lá estar e não estavam propositadamente por opção política. Essa legislação não pode ser alterada...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah, não pode?!

Apartes dos Deputados da bancada do PS.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma ilegalidade nova!

O Orador: ... e foi isso que o Sr. Ministro disse. O que está a ser trabalhado é, obviamente, um outro meio jurídico de pagamento, que vai ser através do POSEI, que o PS sempre disse que não era possível. E vai ser possível corrigir a injustiça que o PS da República fez, que o vosso líder na Assembleia da República votou contra a inclusão dos agricultores Açorianos...

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: ... numa proposta de resolução. É disso que efetivamente se trata. E, portanto, nós vamos corrigir essa injustiça através de um instrumento chamado POSEI. Foi isso que o Sr. Ministro disse e é isso que continuamos, de facto, a reivindicar. Agora, acho extraordinário, quando excluiu aquilo que são os agricultores, criou essa

injustiça, disse que havia agricultores de primeira e agricultores de segunda, venha agora o PS dizer: bom, tem de se pagar. Mas, então, porque é que não se pagou? Porque é que o Governo da República não pagou antes?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que é que aconteceu? Houve revanchismo político contra os Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: Relativamente às portarias do abate, sim, já foram publicadas cinco portarias de 310 agricultores relativamente ao apoio de 2021, que é extraordinário e que estamos a pagar. Agora, o vosso apoio extraordinário, que anunciaram, nunca pagaram, nós é que pagamos.

E, portanto, meus amigos, hipocrisia... Eu acho que, hoje, o PS tem a possibilidade de dizer porque é que prejudicou tanto os agricultores ao longo de 15 anos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ó senhor, tenha paciência!

O Orador: ... e porque é que cortou 325 milhões de euros de apoios, porque o passado tem influência no presente e tem influência no futuro. Sim, oxalá que o PS nunca mais volte a governar, porque a agricultura não é uma prioridade para os governos do PS.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A discussão já vai longa neste projeto de resolução do Partido Socialista, mas parece que, de certa forma, sobre esta matéria, recorrentemente, discutimos o mesmo, e o

mesmo é serem prometidos apoios...

Ruído na Câmara.

Sr. Presidente, eu não consigo ouvir-me a falar, porque o eco, aqui, do Sr. Secretário e do Sr. Deputado Berto Messias é totalmente impossível de ignorar.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Como estava a dizer, este debate é recorrente, o debate sobre as medidas do Governo e, neste caso, sobre a agricultura, que são prometidas com pompa e circunstância e, depois, tardam em chegar.

Se nas pescas nós já ouvimos que não há orçamento para determinadas medidas, na agricultura é empurrar com a barriga, é adiar os pagamentos e usar a desculpa, que eu já tenho dificuldades em classificar, da aprovação tardia do Orçamento. Até quando, Sr. Secretário, é que nós vamos ouvir essa desculpa.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso aconteceu no ano passado!

O Orador: Talvez no fim da legislatura, em 2028. Acho que já ultrapassamos esta fase. Se podia enganar algumas pessoas com essa desculpa, hoje já não engana ninguém.

Por isso, como é evidente, aquilo que está comprometido e aprovado em portaria, o que têm de fazer é efetivamente pagar, e pagar com a celeridade que essas matérias merecem.

No que diz respeito ao restante, também não posso deixar de dizer que é curiosa essa questão de se dizer que houve dificuldades devido ao Orçamento, ou que não há dinheiro no Orçamento para determinadas medidas. Ainda há menos de 1 mês atrás, o Sr. Secretário das Finanças, a propósito de um parecer do Conselho de Finanças Públicas, dizia que as finanças estavam sólidas. Então, se não há dificuldades nas finanças, porque é que esses pagamentos já não estão feitos? Têm o Orçamento de

2024, que foi aprovado e publicado, e já têm o Orçamento de 2025. Com essa solidez toda, não há motivo nenhum para não pagar.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Qual é o pagamento que está em atraso?

Deputado Carlos Silva (PS): São vários!

O Orador: No que diz respeito aos restantes pontos resolutivos deste projeto de resolução, eu também não posso deixar de dizer duas ou três coisas: é evidente que, face a situações imprevistas, nomeadamente climatéricas, é fundamental que haja medidas de apoio, mas também é fundamental que haja políticas de prevenção dessas situações, que haja seguros para essas situações, porque evidentemente não pode estar toda a economia, neste caso a agricultura, dependente sempre da Região para acudir a todas e quaisquer circunstâncias. Isso faz parte dos processos de mitigação das alterações climáticas. Tenho dito e vou continuar a repetir, é fundamental que esse trabalho se faça.

Também, já agora, no que diz respeito às chamadas pragas, é importante que não se coloque tudo no mesmo cesto e não se misture o que são potenciais pragas agrícolas e outras coisas. De facto, seria melhor se o projeto de resolução o discriminasse, porque, evidentemente, ao abrigo do discurso das pragas, mete-se tudo no mesmo cesto e isso é um problema.

Aliás, existe um Plano Regional de Combate às Pragas, já bastante antigo, que tem medidas, algumas delas, que era importante implementar. Aliás, tem recomendações para a atividade agrícola, para impedir que alguns animais se possam tornar problemáticos para a agricultura. Por exemplo, nesse mesmo plano, refere-se que devem ser adotadas medidas de prevenção para impedir a entrada de aves nas silagens, que os próprios agricultores se queixam de serem causadoras de prejuízos, mas são os próprios agricultores a alimentar as aves, o que leva à sua reprodução, muitas vezes, exagerada.

Por isso, é importante que não se olhe para o Governo apenas como aquele que nos vai

pagar pelos prejuízos causados, mas também que se faça a sua parte. E o Governo aí tem a responsabilidade de apoiar, sensibilizar e garantir que estas medidas são implementadas no terreno. De facto, Sr. Secretário, basta andar por aí, nada disto, em lado nenhum, é feito, é ignorado e é prática diária em qualquer exploração agrícola, infelizmente, nos Açores. E o que que causa, muitas vezes, os prejuízos ao nível das chamadas pragas, que não são pragas, são os próprios agricultores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não sei se os agricultores vão achar muita graça a essa generalização.

O Orador: ... quando não gerem bem as suas explorações. E isso é o trabalho do Governo, porque também é responsabilidade do Governo sensibilizar e atribuir formação e meios técnicos para o fazer.

Como é evidente, com as alterações que foram efetuadas, votaremos favoravelmente, não deixando de apontar estas questões que nos parecem fundamentais de serem também analisadas e tidas em conta. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato, da Representação Parlamentar do PPM.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A discussão vai longa, como bem disse o Sr. Deputado António Lima, e penso que seria importante centrarmo-nos naquilo que é a resolução aqui proposta. Sobre essa resolução, só me resta acrescentar três ou quatro pontos. O primeiro deles é que me parece claramente um aproveitamento político daquilo que o Governo Regional dos Açores já tem feito.

Em segundo lugar, a primeira proposta de resolução entra com uma calendarização, calendarização essa que, como já aqui dito pelo Sr. Secretário, nunca foi implementada e que é implementada por este Governo. Entra com uma calendarização a estipular um prazo de pagamento de 45 dias, por si só tecnicamente não exequível...

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não paga.

O Orador: ... porque os prazos administrativos, as análises detalhadas, os constrangimentos do Tribunal de Contas e da Autoridade da Concorrência não permitem que sejam pagos em tão curto prazo de tempo.

Mesmo assim, entra uma segunda proposta de resolução, onde baixam o prazo de 45 dias para 30 dias. Bom, não vou comentar esta situação, porque, sinceramente, parece-me que...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É populismo.

O Orador: ... isto é puro populismo. Exatamente, Sr. Deputado.

Só quero, aqui, também dizer que isto é uma forma de minorar a interpretação dos Açorianos e dos agricultores açorianos, mas, certamente, os agricultores açorianos e todos os Açorianos saberão, na altura certa, responder a esta demagogia política.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já muito foi dito sobre este ponto da nossa agenda, este projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista. Sem dúvida, traz, aqui, uma matéria que tem sido, diversas vezes, abordada na Assembleia e tem merecido a atenção por parte do Governo Regional, que é, sem dúvida, a questão das alterações climáticas, que tem afetado diretamente as produções agrícolas. A verdade é que tem existido e temos registado ocorrências completamente atípicas na nossa Região. Ainda o ano passado, vimos noticiado que nunca tinham ocorrido de forma tão frequente nos últimos 30 anos. Portanto, estamos perante um cenário sobre o qual devemos refletir aquilo que deve ser, e que tem sido também já com essa atenção, a ação por parte do Governo Regional, tendo implementando medidas como, por exemplo: aumentar a capacidade de retenção de água melhorar determinadas respostas também para fazer face a estas situações e estas ocorrências, que realmente se têm registado derivado às alterações climáticas.

Relativamente a outra questão, também queria falar aqui e que se falou no âmbito da

comissão, que é, sem dúvida, a questão dos seguros agrícolas, a verdade é que isso é um ponto importante e o Governo Regional está a trabalhar nesse sentido, porque, perante todas estas dificuldades, é algo que também deve ser pensado.

Um aspeto que nos parece relevante e um passo importante foi, sem dúvida, a Comissão Europeia reconhecer os prejuízos dos Açores resultantes das alterações climáticas. Acho que isso foi muito significativo para a nossa Região nesta nova era, uma era com muitos desafios também e principalmente para o nosso setor produtivo e o setor agrícola.

Relativamente à iniciativa em debate, a verdade é que parte de um princípio que não podemos concordar, que é ignorar tudo aquilo que tem sido o trabalho feito por parte deste Governo Regional perante estas situações extraordinárias. Estamos a falar de apoios extraordinários perante estas ocorrências, que foram identificadas em diversas ocasiões e em diversas ilhas. Isso não nos parece, de todo, correto fazer, nomeadamente a abordagem que a Sra. Deputada Patrícia Miranda faz, que é ignorar, de todo, aquele que tem sido o percurso, quer do Governo Regional em matéria da agricultura, quer face a esta situação extraordinária, ignorar o caminho que tem sido trilhado.

O Governo tem dito, sempre, presente perante estas situações, criando regimes de apoio extraordinário, como foi a aquisição do concentrado fibroso que foi destinado à alimentação do efetivo pecuário, como a aquisição da palha, do feno e da luzerna, ou seja, tem estado sempre atento, num trabalho conjunto com os Serviços de Desenvolvimento Agrário, com as associações agrícolas, com a Federação Agrícola. Existe todo um processo nestas situações, quando são identificadas estas ocorrências, que até é um processo que não é de agora, é um processo que vem de trás, que se tem mantido junto dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, em que há identificação das ocorrências, em que tem de haver um trabalho minucioso daquilo que foi detetado. Portanto, se não era possível dar esse passo em frente, vamos dizer assim, na altura em que o Partido Socialista era Governo, agora também não o é. Temos os técnicos dos serviços a trabalhar e existem procedimentos administrativos que têm de ser

cumpridos, que já eram no passado, e que se mantêm, tendo de ser cumpridos também agora.

E por isso, neste apuramento dos prejuízos, e o Partido Socialista sabe certamente, e bem, há todo um procedimento que tem de ser cumprido. Por isso, não podemos aceitar esta postura de ignorar completamente. É verdade que é assim que tem sido ao longo dos diversos debates feitos na área da agricultura em outras matérias. Aqui, mais uma vez, é essa a posição do Partido Socialista.

Relativamente à calendarização e àquilo que já foi dito, também é do conhecimento de todos que esta é uma reivindicação antiga, que é difícil, porque já o era no passado, de efetivar, é certo. E queremos, daquilo que também o Sr. Secretário já transmitiu, tentar trabalhar nesse sentido, para criar uma maior previsibilidade, sendo certo de que será, sempre, como aquilo que acontece também por parte do IFAP, uma calendarização, uma data de previsão daquilo que é o pagamento.

Mas é preciso recordar e voltar a dizer que estamos aqui perante uma situação de apoios extraordinários aos nossos agricultores, para fazer face a esta situação. É claro que poderia fazer, agora, aqui, uma abordagem mais ampla daquilo que tem sido o trabalho deste Governo Regional no âmbito da agricultura, a importância que este Governo Regional tem dado à agricultura, começando até pelo aviso que está aberto agora à primeira instalação, algo que nunca tinha sido feito nos termos em que está a ser feito neste momento, mas não o vou fazer...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): 55 mil euros, o dobro.

A Oradora: ... e vou centrar-me naquilo que é a resolução. E o que me parece é que, realmente, esta iniciativa não traz nada de novo, mas, acima de tudo, naquela que tem sido a postura do Partido Socialista, é de não reconhecer todo o trabalho que tem sido feito na nossa Região na área da agricultura.

Só para terminar, em relação às pragas, acho que tem de existir, e tem existido, essa preocupação de fazer um trabalho concertado. Por isso, também não posso aceitar que

venham dizer que o problema das pragas é um problema que surge por parte da agricultura ou por parte dos agricultores. A verdade é que, muitas das pragas que temos na nossa Região, não advêm só da agricultura, tem de existir uma responsabilidade de todos, quer do Governo Regional, quer dos diversos setores produtivos, quer dos próprios cidadãos, quer das próprias instituições. E esse trabalho tem de ser articulado e conjunto para fazer face a esta situação na nossa Região. Tem sido também essa a postura, por exemplo, na desratização, por parte do Governo Regional. É esse o caminho que achamos que deve ser seguido.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eu inscrevo-me novamente neste debate, Sr. Presidente, porque estranhei um membro do Governo dizer, nesta Casa, que há legislação que não pode ser alterada. E gostaria de questionar o Sr. Secretário: que legislação é essa que não pode ser alterada, para incorporar os agricultores da Região, algo que o Sr. Secretário defendia, há 2 anos, que era uma discriminação? Portanto, Sr. Secretário, primeira questão: qual é a legislação que não pode ser alterada?

Segunda questão. Este Governo já está em funções há 4 anos, não começou ontem, começou há 4. E o argumento de que não faz porque não foi feito no passado, Sr. Secretário, não serve os agricultores dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas, então, não exija!

A Oradora: A verdade é que os nossos agricultores estão à espera de que o Governo lhes pague apoios há mais de 1500 dias. E a resolução que nós aqui apresentamos é clara num dos seus propósitos: fazer com que o Governo cumpre aquilo que prometeu e que não está a fazer.

Apartes dos Deputados da bancada do PSD.

Outro ponto resolutivo que também é muito importante...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Peça desculpa aos agricultores pelos milhões que cortou!

A Oradora: ... e que, pelos vistos, também incomoda o Governo: cria um apoio extraordinário para compensar os restantes agricultores que não foram complementados por aquilo que dizem que o Partido Socialista ignora. Não, nós não estamos a ignorar, estamos a complementar e a criar justiça nos apoios que este Governo cria, mas que não é para todos. Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

Risos do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Regional. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação. Dispõe de 49 segundos.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Uma primeira resposta ao Sr. Deputado António Lima: nós publicámos a Portaria n.º 31/2023, de 11 de abril, relativamente aos seguros, que foi muito participada pelos agricultores, pela Federação Agrícola, que apresenta novos riscos e novas culturas: o novo risco para a ação da queda de um raio, da geada, da maresia, da seca, do tornado,

novas culturas e novas produtividades. A verdade é que não existe nenhuma seguradora que queira oferecer esse serviço. Está lá tudo previsto na legislação. Agora, se as seguradoras não querem apresentar esse serviço, a culpa já não é do Governo nem podemos obrigar as seguradoras a apresentarem esse serviço, mas, em termos de cobertura de riscos, está lá tudo na legislação. Oxalá que houvesse uma seguradora que apresentasse esse serviço, que evitava esses pagamentos extraordinários relativamente àquilo que são as ocorrências climáticas.

Depois, dizer-vos que os Decretos-Lei de 2022 e as Portarias de 2022 e 2023...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Secretário Regional.

O Orador: ... não podem ser alteradas tendo em conta o Orçamento daquele ano, obviamente. O que nós temos de fazer é uma nova forma jurídica de pagamento, e isso está a ser estudado. Nós não desistimos, como o PS desistiu... O PS não desistiu, impossibilitou, retirou os agricultores açorianos deste apoio.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Secretário.

O Orador: Termino, Sr. Presidente. Permita-me só, porque acho que o PS...

Neste momento, o microfone do orador é desligado por ultrapassar o tempo de intervenção.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, se repararam, o Sr. Secretário foi interrompido propositadamente, com uma tolerância de 15 segundos, que é o que foi acertado em Conferência de Líderes: ultrapassado o tempo, cada Sra. e Sr. Deputado e cada Sra. e Sr. Membro do Governo tem uma tolerância de 15 segundos. Portanto, é esta a regra que está acordada em Conferência de Líderes. É esta a regra que a Mesa vai aplicar.

Muito obrigado, Sr. Secretário. O Governo esgotou o seu tempo para este debate. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Silveira.

(*) **Deputado Paulo Silveira** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Patrícia Miranda, li com muita atenção as alterações da vossa resolução. Nomeadamente, a que me chamou mais a atenção é a que responde à pergunta que fiz e que não me respondeu: que dados tinham ido buscar para ser 90 % de prejuízos? A prova disso é que retiraram do teor resolutivo o apoio específico ao milho. Esta é a primeira realidade que quero realçar aqui.

É importante também, foi aqui falado, em relação ao combate às pragas, lembrar que, entre 1997 e 2006, não houve qualquer documento de combate às pragas. Foi em 2016, por proposta do PSD, que surgiu o que ainda vigora, o Plano de Combate às Pragas que existe na Região.

Mas é importante esclarecer e pedir ao PS para se decidir sobre a coerência da sua ação. Se se preocupa com este atraso de pagamentos, num ano excecional pelas razões sobejamente conhecidas, deveria lembrar-se, hoje, como fez em comissão, onde foi lembrada a célebre Portaria n.º 96/2018, de 3 de agosto, que se referia a apoios decorrentes da seca, que foi pago até 16 meses depois, ou seja, em janeiro 2020.

E recordo que o próprio Sr. Vice-Presidente da bancada do Partido Socialista, em comissão, referiu: “No tempo do Partido Socialista, também foi necessário fazer opções...”

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): É assim, bem prega Frei Tomás...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso aplica-se bem a si!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu ainda tinha mais umas coisas para dizer, mas já não tenho tempo. Umaz faturazinhas deixadas por pagar... Fica para outra vez.

O Orador: ... e nem sempre se conseguiu pagar com a celeridade que era exigível.”

Isto foi assumido pelo próprio Partido Socialista.

Interessa, aqui, referir que, se o Partido Socialista fosse governo hoje, os pagamentos ao POSEI continuariam a ser pagos com rateio, num valor que, só em 2024, corresponderia a mais de 20 milhões de euros.

Com o fim dos rateios nos apoios comunitários, por opção deste Governo da coligação PSD, CDS e PPM, garante-se previsibilidade do pagamento...

Deputado Carlos Silva (PS): Previsibilidade no pagamento?

O Orador: ... com respeito pelos agricultores, com transparência.

Da parte do PSD, temos estado atentos e próximos daquelas que são as necessidades e também as ambições de quem trabalha na agricultura. O trabalho desenvolvido por este Governo de coligação fala por si.

Posso lembrar que, ainda em julho do ano passado, foram candidaturas ao investimento nas explorações agrícolas e Agrorural, no PRORURAL+, no valor de 18 milhões de euros. Apoiou-se a compra de 17 toneladas de material fibroso para os agricultores pecuários, durante um inverno rigoroso, no valor de 1,7 milhões de euros.

Manteve-se a possibilidade de candidatura ao suplemento pela redução da produção leiteira no âmbito do POSEI, atribuiu-se cerca de 3 mil direitos de vaca aleitante pelos produtores de carne. E é preciso recuar, como o Sr. Secretário frisou, e muito bem, a 2011, num Governo da República PSD e CDS-PP, que tinham concedido, na altura, 10 mil direitos.

Foi criada e concluída a linha de apoio SAFIAGRI IV, através da qual se apoia em 40 % os juros relacionados com empréstimos agrícolas pagos em 2023, que na governação socialista não passava dos 30 %.

Ainda recentemente, no domingo passado, foi feita a promoção dos produtos açorianos através da marca Açores no Lisbon Food Affair, feira exclusivamente profissional do setor agroalimentar em Portugal.

Neste momento, o gasóleo agrícola não tem qualquer limite ao consumo, nem de plafonds nem é feita a distinção entre produtores a tempo inteiro e produtores a tempo

parcial. Agora, também beneficiam os apicultores, que até agora estavam excluídos, nesta legislatura.

Vozes dos Deputados João Bruto da Costa e Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas o mais importante, e é bom lembrar, é que, ainda esta semana, abriu o segundo período de candidaturas para a instalação de jovens agricultores com o prémio a fundo perdido de 55 mil euros para todos os setores da agricultura.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Sem discriminação.

O Orador: Quanto ao prémio de abate, já estão a avançar os pagamentos. E não sei como é que os Srs. Deputados querem que se faça. Aliás, estiveram no Governo durante 24 anos e sabem como é que são os procedimentos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Primeiro, têm de surgir as portarias para, depois, se poder fazer os pagamentos. As pessoas, às vezes, esquecem-se, tentam passar um pano como se não tivessem estado aqui no passado. O certo é que as portarias já estão lançadas, que abrangem cerca de três centenas de beneficiários.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente!

O Orador: Enfim, esta iniciativa não é mais do que a prova de um PS cada vez mais desorientado...

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Oh, sim!

O Orador: ... na sua ação, alheado da realidade e sem qualquer mensagem, além da crítica pela crítica. Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada

Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os agricultores açorianos enfrentam, no seu dia a dia, uma série de desafios, são resilientes e, todos os dias do ano, lutam para assegurarem a continuidade da produção agrícola em todas as nossas ilhas.

O abastecimento de água à lavoura é um dos problemas com que os agricultores se debatem, especialmente no verão, em todas as nossas ilhas, e São Jorge não é exceção.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ó senhora, nós estamos a investir mais em São Jorge!

Neste momento, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura) mostrou um documento à Câmara.

A Oradora: São Jorge tem inúmeros recursos de captação de água, e é lamentável que, até agora, não tenhamos visto qualquer ação por parte do executivo para aproveitar esses recursos e resolver esta situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E no seu tempo, como era?

A Oradora: Os meses passam, o verão de 2025 está a chegar, e não se vislumbram melhores condições para os agricultores.

Sr. Secretário, o Partido Socialista não fez tudo, é verdade, o Partido Socialista não fez tudo bem feito, pois não, o Partido Socialista tinha mais para fazer, pois tinha, Sr. Secretário, mas muito foi feito...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não, o Partido Socialista cortou o rendimento aos agricultores.

A Oradora: ... num tempo diferente daquele que agora atravessamos, eram outras as dificuldades das que agora se fazem sentir. O mundo mudou e os tempos são outros, temos de nos concentrar no momento atual. E aquilo que ouvimos dos agricultores é

que fazem falta os pagamentos atempados dos apoios, que faz falta a implementação das infraestruturas necessárias ao maneio dos animais. Aquilo que nos é dito é que estão a ficar esquecidos no que diz respeito ao abastecimento de água, no melhoramento dos caminhos agrícolas. Tudo isto contraria o discurso e propaganda do Governo e do Sr. Secretário sobre o estado da agricultura nos Açores.

Meus senhores, ao Governo cabe governar e arranjar soluções, tem a responsabilidade de enfrentar os problemas...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A senhora não vive em S. Jorge nem nos Açores!

A Oradora: ... e dar as respostas aos agricultores, em vez de estarem sempre a referir o passado e muito menos se escudarem com o passado para esconder aquilo que já deviam ter feito em prol da agricultura dos Açores.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ah, os senhores cortavam 600 mil euros, e não vamos falar do passado?!

A Oradora: Por isso, é urgente menos propaganda, mais ação e pagamentos a tempo e horas. Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PS.

Apartes do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Quando falamos de propaganda em relação ao Governo e em relação aos apoios à agricultura, há pouco, na minha intervenção, disse e repito, referi-me à moral política e coerência ou, neste caso, à falta dela, por parte do Partido Socialista, em relação à

agricultura.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não se esqueça desse discurso.

O Orador: E disse-o, porquê? Vou dar mais um exemplo: foi apresentado, nesta Casa, um projeto resolução da isenção de pagamento de contribuições para a Segurança Social no setor agrícola, por parte da coligação. Como é que votou o Partido Socialista? Absteve-se. A abstenção é uma manifestação de indiferença. Portanto, Sra. Deputada Patrícia Miranda, aqui está mais um exemplo em relação à moral ou à falta de moral política por parte do Partido Socialista em relação aos apoios na agricultura. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Sra. Deputada Patrícia Miranda, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não ignora a realidade da nossa agricultura, não ignora o desenvolvimento que teve nos últimos anos e também não ignora aquilo que se passa na atualidade.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Comparado com os governos do PS é muito bom!

A Oradora: Nem tudo é mau, mas também nem tudo é bom, muito pelo contrário, até porque a vida dos agricultores continua com os mesmos problemas estruturais que este Governo, há 4 anos, anunciava que ia mudar, que ia resolver e que, até hoje, ainda nada fez e continua tudo igual.

A degradação dos caminhos agrícolas é visível...

Apartes dos Deputados da bancada do PSD.

... e esta é uma realidade atual da nossa agricultura, que o Partido Socialista não esquece, mas que, pelos vistos, os partidos de coligação e o próprio Governo, às vezes, fazem-se desentendidos.

Em relação aos pagamentos em atraso que existem e que são da responsabilidade deste Governo, 1500 dias não é aceitável para um apoio extraordinário que visava dar respostas numa altura crítica e chave para todos nós.

A falta de estratégia é visível em praticamente todos os setores, e a que se aplica é aplicada de forma de conta-gotas, não dá resposta aos problemas da agricultura nem tão pouco dos nossos agricultores.

A incapacidade de dar resposta aos desafios emergentes também é clara, e nós não ignorámos essa realidade. As intempéries, a seca...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não traz nada de bom!

A Oradora: A nossa proposta de resolução também é clara nesse sentido, Sr. Secretário, nós não ignorámos aquilo que este Governo fez no último ano, os apoios que criou, nomeadamente para a disponibilidade alimentar da pecuária, mas também não ignorámos notícias e apelos, como, por exemplo, a da Associação Terra Verde, que diz que os produtores de hortofrutícolas também sofreram com a seca e nenhum apoio foi contemplado para fazer face a esse prejuízo.

Neste momento, a Oradora mostrou um artigo.

Apartes do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura).

A nossa resolução é clara nesse princípio e dá resposta a estas lacunas. Também propomos, na nossa proposta, a criação de um calendário de pagamentos. Sabemos que

é indicativo e sabemos que há imprevistos que acontecem, mas não se pode apregoar a previsibilidade dos apoios quando, depois, não se quer implementar um calendário de pagamentos e arranja-se as desculpas mais criativas para dar resposta a essa inação. Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Patrícia Miranda. Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira** (PSD): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação aos investimentos do IROA, comparando os últimos 4 anos da governação socialista com os 4 anos de governação desta coligação, temos uma diferença de quase 3 milhões de euros de investimento dos últimos 4 anos socialistas para estes 4 anos da coligação, é importante que isto fique claro.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Em relação a São Jorge, gostaria de referir, Sra. Deputada Isabel Teixeira, que é importante estar a par com os agricultores jorgenses, mas, lamento, tem de se perceber que muito do investimento feito em São Jorge foi motivado pela má conservação pelo Partido Socialista.

Apartes dos Deputados da bancada do PS.

Foi o tanque do Urzal, o tanque da Cancela d'Água, este Governo teve de fazer novos tanques, porque o PS nunca fez manutenção e eles simplesmente desapareceram.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Tudo destruído!

O Orador: Esta é a realidade do que acontecia efetivamente em relação a São Jorge. Mas também lembrar, quando se fala que, em São Jorge, os agricultores são muito

desprotegidos, que foi este Governo que criou a possibilidade de pagar mais 3,5 cêntimos por litro de leite a mais entregue nas fábricas.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Exatamente!

O Orador: Isso representa um apoio extraordinário para os nossos agricultores, por isso é que temos o leite mais bem pago do país em São Jorge, será exatamente por isso, porque os nossos agricultores trabalham e o mérito é deles, do seu esforço, mas também são bem tratados por este Governo.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria de lembrar ainda que também foi o Partido Socialista, que fala do gasóleo, que não quis o apoio ao gasóleo para os apicultores, isso é uma realidade e não podem negá-lo.

Deputado Carlos Silva (PS): E a portaria?

O Orador: Em relação ao que há pouco se falava, do apoio que não foi consagrado aos Açores, acho curioso que o Partido Socialista ficou mudo e calado por a República não dar o apoio aos Açores. Foi o PSD que apresentou uma resolução nesta Casa para que esse assunto voltasse à tona. Mas também acredito, Sr. Secretário, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, confiamos no seu trabalho. E junto com a Federação Agrícola, Sr. Secretário da Agricultura, estou consciente de que iremos encontrar uma solução que satisfaça os nossos agricultores. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Pergunto se há mais inscrições. Creio não existirem. Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Silveira, quando a gente vem falar da manutenção de equipamentos, acontece a qualquer um, podia ter acontecido ainda na altura da governação do Partido Socialista, aconteceu na altura em que os senhores já eram Governo. Só que o trabalho, a recomposição que foi feita desses tanques de água deixa muito a desejar, Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: No Urzal, temos um reservatório com menos capacidade, quando é um dos sítios da nossa ilha que precisa de mais água para a lavoura, mas tem menos reservatórios.

Vamos falar também no reservatório da Cancela d'Água, no Topo, fez-se um reservatório maior, mas não se fez a capacidade para que esse reservatório não possa, mais dia, menos dia, vir a rebentar. E o senhor sabe, tão bem como eu, como o reservatório está lá feito.

Em relação ao aumento de 3,5 cêntimos por litro de leite para os agricultores de São Jorge, pois, os agricultores de São Jorge realmente merecem. Se há alguém que tem o trabalho, dia a dia, para entregar um leite diferenciado nas cooperativas, são os agricultores jorgenses.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas se eles têm direito, então porque é que não foram criados pelos governos do PS?

A Oradora: E não foram todos eles que tiveram direito a esse valor, e o senhor sabe isso tão bem como eu.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os agricultores de São Jorge merecem efetivamente esse apoio. Isso é curioso, foi dito

aqui em aparte. Então, não percebo porque é que o Partido Socialista nunca fomentou, nunca deu esse apoio aos agricultores jorgenses. Isso é que é curioso, nunca se motivaram a isso.

Em relação aos tanques de água, efetivamente, o investimento que o IROA fez veio suprimir parte dos problemas, mas nunca dissemos que tudo estava resolvido em relação à água. Há esse estudo, o próprio IROA tem acompanhado essa situação e tem reunido até com a Associação Agrícola de São Jorge, percebem-se as propostas até da eventual criação de lagoas artificiais, todos esses assuntos estão em cima da mesa e estão em progresso.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Como disse, e muito bem, não se resolve tudo num tempo só. Aliás, ainda há pouco tempo, quando houve as jornadas em São Jorge, disse que há coisas que já vêm do passado, que nunca se resolverem e ainda estão por resolver. Também, se fossem fáceis de resolver, se calhar, os senhores, em parte, porventura, teriam resolvido.

Mas queria deixar, em relação a São Jorge, a nota de que o investimento do IROA é de 700 mil euros, é mais 40 %...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que isso está escrito?

O Orador: ... na aposta de abastecimento de água e caminhos do que na governação socialista. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Silveira. Pergunto se há mais inscrições. Vamos, então, passar à votação do Projeto de Resolução n.º 13/XIII — “Apoio extraordinário aos Agricultores dos Açores para compensação dos prejuízos decorrentes de fenómenos climáticos adversos e das pragas”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 13/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN, e com 23 votos a favor do PS e 1 do BE.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária. Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou este projeto de resolução, em setembro de 2024, com pedido de urgência, porque acreditava e continua a acreditar que há situações que carecem de uma resposta mais célere em prol do futuro da nossa agricultura e do próprio bem-estar dos nossos agricultores. Essa urgência não foi aceite em setembro de 2024, foi chumbada. E, hoje, debatemos a nossa proposta de resolução, que também foi chumbada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a democracia.

A Oradora: Gostaria de deixar claro o que, hoje, perdem os nossos agricultores. Os nossos agricultores perdem previsibilidade, um apoio que está por pagar há mais de 800 dias pelos prejuízos causados pela intempérie Óscar, que ocorreu em 2023. Os nossos agricultores perdem também o apoio extraordinário pelos prejuízos da seca e pelo descontrolo das pragas, nomeadamente nas produções hortícolas e vitivinícolas, com majoração aos nossos jovens agricultores, porque também entendemos que a nossa demografia e o desinteresse pelo nosso setor têm de ser acautelados, e têm que ser acautelados hoje. E também perdem previsibilidade nos seus pagamentos, porque foi chumbada a calendarização dos apoios prometidos pelo Governo Regional, uma reivindicação também da própria Federação Agrícola. Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Paulo Silveira, para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata não pôde acompanhar esta resolução do Partido Socialista, muito simplesmente porque, primeiro, no primeiro ponto resolutivo, é notório que o Governo já está a tratar de fazer o pagamento da portaria.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Está, está!

Deputado Carlos Silva (PS): Há 1500 dias!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Está a tratar devagarinho.

O Orador: A não ser que os documentos já não valham nada e as portarias já não tenham valor nenhum, já está a tratar desse aspeto.

Outra questão, em relação à necessidade de apoios extraordinários, o próprio setor, a própria Federação Agrícola foi a primeira a reconhecer que eles não faziam sentido.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: E para finalizar, a melhor notícia que os agricultores tiveram efetivamente foi o PS ter saído do poder.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Creio não existirem mais intervenções para declarações de voto.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 7: **Projeto de Resolução n.º 11/XIII — “Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro — Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”**, uma iniciativa da Representação Parlamentar

do Bloco de Esquerda. Tem a palavra, para a sua apresentação, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os transportes públicos coletivos são essenciais para a sociedade, trazendo inúmeros benefícios tanto para as pessoas como para o ambiente.

Através de uma utilização massificada destes transportes, colabora-se na preservação ambiental com a redução da poluição atmosférica, contribuindo-se também para o combate às alterações climáticas. Promove-se a inclusão social, permitindo que todos, independentemente de possuírem veículo próprio, tenham acesso a serviços fundamentais — como a saúde, a educação — e ao emprego, diminuindo também, assim, as desigualdades sociais. Impulsiona-se a economia local, facilitando a mobilidade de trabalhadores e consumidores.

Diante desses benefícios, é crucial que tenhamos uma política de transportes públicos que atenda às necessidades da população e proteja o ambiente.

No entanto, o sistema atual de transportes públicos coletivos, nos Açores, está mais do que desatualizado, e a consequência disso é a diminuição do número de passageiros transportados nas carreiras urbanas e interurbanas dos Açores, que teve um decréscimo de 41,18 % desde 2013, o que demonstra bem a necessidade urgente de intervir neste setor.

Em setembro de 2023, foi aprovado, neste Parlamento, por proposta do Bloco de Esquerda, o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023/A, que visa tornar os transportes públicos mais acessíveis e sustentáveis nos Açores.

Esta medida tem como objetivo reduzir significativamente os custos dos transportes públicos para os passageiros, caminhando para a sua gratuitidade, e garantir horários e rotas mais adequados, incentivando, assim, o seu uso diário e contribuindo para a transição climática.

Além disso, este diploma visa uma regulamentação no prazo de 90 dias após a sua

aprovação e uma entrada em vigor após publicação do Orçamento da Região para 2024. No entanto, hoje, 12 de fevereiro de 2025, com os prazos mais do que ultrapassados, continuamos à espera de que o Governo Regional cumpra a lei e implemente as medidas aprovadas. É lamentável e não é admissível que se esteja à espera há quase um ano e meio por esse cumprimento. A juntar a isso, este Governo, no que diz respeito a este setor, consegue ainda...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Tenho dúvidas.

O Orador: ... andar de marcha atrás, aumentando os valores das tarifas, como aconteceu este ano, em janeiro último. Já o tinha feito em 2023, mesmo quando as famílias, nos Açores, enfrentavam sérias dificuldades devido ao aumento dos juros e da inflação que então se fazia sentir. Agora, volta a aumentar o preço.

Desde meados do mês passado, as tarifas de transportes coletivos regulares de passageiros sofreram um aumento, desta vez de 3,4 %, um valor superior à inflação anual em 2024, que foi de 2,03 % nos Açores, o que já mereceu nesta Casa o nosso voto de protesto face a esta decisão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é por tudo isso que estamos, aqui, agora, novamente, a discutir este assunto, pela necessidade urgente de atualizar o nosso sistema de transportes públicos, tornando-o mais atrativo e acessível, para tirar da gaveta o decreto legislativo regional que foi aprovado neste Parlamento em setembro de 2023 e para que se proceda à sua imediata regulamentação e implementação.

É fundamental, urgente e necessário investir no setor dos transportes coletivos, assegurando que são implementadas tarifas com valores incentivadores da sua utilização, que as rotas e os horários deem resposta às necessidades das pessoas, privilegiando-se assim a proteção ambiental.

Não se pode continuar a arrastar a falta de um investimento robusto neste setor por tempo indeterminado. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima. Está apresentada a iniciativa, estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar,

do Grupo Parlamentar do PSD.

(*) **Deputado Francisco Gaspar** (PSD): Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esse projeto de resolução que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, desde já convém referir, para que fique bem assente, que, quer o Grupo Parlamentar do PSD, quer este Governo de coligação, estão comprometidos com o reforço da mobilidade terrestre dos Açorianos e, conseqüentemente, determinados na melhoria do serviço de transporte público coletivo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A dificuldade que emerge da aplicação prática desta recomendação não está na sua regulamentação. Como bem sabe o Sr. Deputado António Lima, em Conselho de Governo do dia 6 do corrente mês, foi aprovada uma proposta de decreto regulamentar regional que regulamenta o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023/A, de 17 de outubro. A dificuldade está, como bem compreende o Sr. Deputado, na sua implementação, que custará 18 milhões de euros anuais, algo que se assume como incomportável para o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2025.

Apartes do Deputado António Lima (BE).

Referiu, e bem, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas: “Com a regulamentação, não estando implementada a bilhética, é dar tudo a todos sem controlo, sem validação. Por isso, não é compatível com o rigor, a responsabilidade e a transparência de utilização dos dinheiros públicos.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como podemos aferir, o recurso a um sistema informático, desde logo a implementação da bilhética eletrónica, afigura-se de extrema importância, porque permite um controlo mais preciso do uso dos transportes públicos e facilita a gestão de diferentes tipos de passes e tarifas sociais, ajustando automaticamente o perfil do utente

com base nos seus direitos e condições sociais.

Ademais, com a implementação desse sistema eletrónico, as autoridades podem monitorizar o número de passageiros, a frequência de uso e identificar padrões de mobilidade. Este controlo é essencial para garantir maior transparência no uso de recursos públicos, permitindo que os benefícios dos passes gratuitos sejam utilizados de forma justa e eficaz, evitando fraudes e usos indevidos. Temos de ser rigorosos e responsáveis na devida aplicação dos dinheiros públicos.

Além do mais, convém também referir que este Governo de coligação tem vindo a empreender, desde 2021, um conjunto de procedimentos concursais e contratuais em todas as ilhas, que já englobam a bilhética, assim como a exigência de renovação da frota, bem como a renovação da frota para veículos elétricos num determinado número por ano, que varia de ilha para ilha e de caderno de encargos para caderno de encargos. Ainda no que aos concursos diz respeito, relembro que, recentemente, foi autorizado o lançamento do concurso para a celebração de contrato de prestação de serviços de transporte regular coletivo de passageiros para a ilha de São Miguel, estando previsto, para breve, o concurso para a ilha Terceira, dando consequência ao cumprimento do Regulamento n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu, transposto para os Açores, em 2015, com a criação do Regime Jurídico do Serviço de Transporte Público de Passageiros.

Relembro que esses contratos de prestação de serviços preveem as várias modalidades tarifárias a praticar, destacando-se o passe de 30 dias, da terceira idade, de pensionista, de invalidez e o passe de desempregado.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Findo todo esse processo concursal, que deveria ter começado, em 2015, nos governos do Partido Socialista, estaremos em condições para implementar, com o devido rigor e funcionalidade — sabendo de antemão que não se faz de uma hora para a outra e que irão naturalmente aparecer dificuldades pelo caminho —, o objetivo comum de ter um

sistema a funcionar já em 2026, fazendo prevalecer a correlação entre a implementação de um sistema de bilhética e os passes sociais de mobilidade para os transportes públicos coletivos, melhorando a experiência do utente, a adesão ao transporte público e uma gestão mais eficiente e transparente dos recursos, assegurando que os benefícios sociais cheguem de forma justa e eficaz aos que mais precisam. Disse.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Relativamente a esta proposta do Bloco de Esquerda, salta à vista a questão do descontrolo económico. Portanto, sem bilhética, com vários operadores, torna-se uma equação impossível. Mas há que reconhecer aqui uma realidade: a Sra. Secretária também não se pode refugiar na complexidade do processo para adiar *ad aeternum*. A gente espera que haja resultados, porque, realmente, a mobilidade é um assunto muito importante para nós também.

A questão da mobilidade elétrica e os incentivos ou não à questão da transição energética, enfim, terá que ser avaliada. Não vamos cair, outra vez, na questão dos combustíveis fósseis para carregar carros elétricos, também é uma questão que tem de ser acautelada.

Obviamente, um aumento previsível de 13 milhões de euros, há que cair no realismo, e creio que já há muitos Secretários que começam a cair nesse realismo, que é: não há dinheiro para isso tudo. Portanto, não temos a máquina de fazer dinheiro, a máquina de fazer dinheiro está em Bruxelas. Dá mau resultado a emissão de moeda, porque cria

inflação, cria demasiados problemas. Sei que, para o Bloco de Esquerda, isso não é um problema, a questão do dinheiro, nesses países que realmente apostam nesse tipo de política económica, em que a máquina trabalha mais umas horas, faz mais dinheiro, paga tudo e, portanto, funciona tudo.

Não podemos acompanhar essa proposta, naturalmente, do Bloco de Esquerda, mas fiquei algo preocupado quando a Sra. Secretária, em comissão, disse que são mais de mil e tal páginas de anexos e a complexidade é pior do que o concurso das OSP (Obrigações de Serviço Público) aéreas. Sra. Secretária, relembro que para abrir uma estrada com 150 metros, que é a estrada Raminho/Serreta, vamos demorar 2 anos. Para um concurso com essa complexidade, se fosse por essa ordem de grandeza, a gente vai ficar aqui mais 24 anos. Ou seja, virá o PS, daqui a 24 anos, implementar o regulamento? Também não ficaria bem. Nesse aspeto, espero melhores resultados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. A Mesa não tem mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luis Leal (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O decreto legislativo regional, cuja resolução o Bloco de Esquerda nos traz, teve um contexto. E o contexto em que ele é elaborado é o contexto de que há menos 1 milhão e 334 mil açorianos a andar de transportes coletivos de passageiros. Entretanto, se fizermos aqui um interregno de 10 anos, há menos 3,5 milhões de açorianos a usar os transportes coletivos de passageiros. Isto significa que as pessoas simplesmente não

gostam de andar de autocarro? Provavelmente, mas não. O que se passa é que a frota está desgastada, está obsoleta, há uma incapacidade local de o mercado ganhar escalabilidade para que possa ser atrativa. O Partido Socialista compreende aquilo que deve ser o equilíbrio do mercado e aquilo que deve ser a eficiência das finanças públicas relativamente a esta matéria, mas também entende, como opção política, que o transporte coletivo de passageiros deve ser tendencialmente gratuito.

E, portanto, Sra. Secretária, bem sabemos que, há poucos dias, o Conselho do Governo aprovou a dita regulamentação, contudo não sabemos o teor da mesma. Está, provavelmente, em S. Exa. para analisar quaisquer vicissitudes. No entanto, devo dizer que 476 dias para regulamentar este diploma é dose, quando temos um Governo com o maior número de técnicos especialistas da história, com inúmeras estruturas de missão e com o maior aumento de despesa pública na sua origem. Até sabemos que, há bem pouco tempo, aumentou o défice em 31 milhões de euros. Portanto, faz-nos alguma confusão, acho que levar mais de 1 ano para regulamentar não é adequado.

Portanto, a posição do Partido Socialista relativamente a esta regulamentação é a de que se deve também permitir que os transportes coletivos sejam objeto de uma modernização. E volta-se a apelar a este Governo para que tenha o obséquio de olhar para uma iniciativa ou para um sistema de incentivos que salvguarde que se socorra dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento para que a frota seja modernizada, para que seja mais eficiente, para que consigamos diminuir a pegada ecológica. O Partido Socialista já lançou o repto várias vezes. No passado, fomos a favor de que, nos Fundos Europeus ou mesmo no PRR, deveria ter sido canalizado um pacote no sentido de poder modernizar. Aliás, a Sra. Secretária e o Governo são implacáveis na omissão daquilo que vai apresentar. Ainda no último plenário, confrontada com o facto de estar ou não disponível para fazer uma reprogramação dos fundos, nada disse aqui, saiu por aquela porta e foi fazer uma conferência de imprensa exatamente sobre esta matéria.

Nesta Assembleia, designadamente pela coligação, daquilo que a minha colega de

bancada, Marlene Damião, foi porta-voz, relativamente à descarbonização dos táxis, foi chumbado. E, admire-se, a seguir, veio o Governo aprovar medidas de descarbonização. Isto não é um jogo do rato e do gato: nós é que fizemos, nós é que fizemos. Não, o que nos interessa efetivamente é que a mobilidade, o transporte coletivo de passageiros seja uma realidade, que os Açores acompanhem aquilo que as grandes capitais europeias estão a fazer, diminuam a pegada ecológica e que permita a todos, se Deus quiser, se o Governo quiser, usar autocarros com mais frequência, para que possamos diminuir a pegada ecológica, permitir às pessoas, em setores que estão a florescer, como o turismo, ter a capacidade de poder apanhar um autocarro numa rota eficiente, que isso tudo permita que haja um reflorescimento de toda a economia açoriana.

Portanto, a nossa posição sempre foi clara. E é uma pena, Sra. Secretária, que, na última audição de economia que houve, nem se tenha dignado a dizer: vamos regulamentar isto no próximo Conselho do Governo.

Portanto, estamos completamente às cegas, quando poderíamos ter dado *inputs*, poderíamos ter dado algumas das nossas iniciativas, porque nunca nos recusámos a colaborar para aquilo que é o bem dos Açorianos. Muito obrigado.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Paulo Margato, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM defende um sistema de transportes públicos acessível, funcional e, sobretudo, sustentável.

A responsabilidade tem de ser, sempre, dentro dos limites orçamentais. Uma medida

que pode custar cerca de 18 milhões de euros...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é falso!

O Orador: ... poderá ferir o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, deve ser encarada de forma responsável e não de forma a alienar, sem qualquer tipo de critério, o que está priorizado no nosso Orçamento.

Depois, nesta proposta, também temos alguns problemas com a própria regulamentação, ainda não existe uma estrutura de bilhética que nos permita garantir a fiscalização e o uso responsável desta medida.

Importa sublinhar que o Governo Regional já aprovou, em Conselho do Governo, um decreto regulamentar regional que regulamenta o diploma, o que torna esta proposta de resolução redundante e desnecessária.

Neste momento, a prioridade deve consistir em encontrar soluções exequíveis e sustentáveis, que garantam um transporte público eficiente...

Deputado José Ávila (PS): O senhor anda à roda e não sai daí.

O Orador: ... sem hipotecar o equilíbrio financeiro da nossa Região.

Por estas razões, o PPM votará contra a proposta de resolução. Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Quando era o Sr. Deputado João Mendonça, o senhor batia palmas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os transportes públicos são um elemento fundamental para uma sociedade que se quer evoluída e inclusiva.

É fácil de perceber que, se dependermos todos de viaturas privadas, não só isso terá um forte impacto ambiental, como também irá provocar congestionamento nas nossas vias públicas. Portanto, o ideal seria vivermos numa região onde os transportes

públicos fossem frequentes, servissem os interesses da esmagadora maioria da população, que tem diferentes necessidades, diferentes horários.

Já ouvi, aqui, hoje, alguém aludir às grandes capitais europeias. Pois, se a densidade populacional das nossas ilhas fosse uma densidade populacional equivalente à de grandes capitais europeias, se calhar teríamos transportes públicos mais eficientes, com mais frequência, porque a própria economia, o próprio mercado induziria a essa oferta através da procura. Mas quem vive nas nossas ilhas e quem circula pelas nossas ilhas conhece bem que, de verão ou nas férias escolares, quando não há períodos escolares ativos, os transportes públicos andam vazios. Mesmo durante o período escolar, os horários das carreiras de transportes públicos estão feitos de forma a se adequarem aos horários escolares por forma a transportar os alunos. E, portanto, fora desses horários, é difícil encontrar uma carreira de transporte público que possa servir convenientemente os trabalhadores e isso deve-se à fraca procura.

Portanto, o que nós temos aqui é uma proposta que, para além de querer dar tudo a todos e, portanto, criar um descontrolo das contas públicas, é também uma utopia para a realidade em que vivemos.

Gostaríamos e desejaríamos que o mercado possibilitasse que as empresas de transportes públicos pudessem fazer o seu transporte, o seu serviço, o seu negócio, sem necessidade de qualquer tipo de apoio público, que a economia fosse suficiente para sustentar esse serviço, mas o que nós constatamos no nosso país, nas nossas grandes cidades do nosso país, é que os transportes públicos aí também vivem com subsídio pública, e a densidade populacional das nossas grandes cidades é muito superior à densidade populacional das maiores cidades dos Açores. E, portanto, isto é uma prova cabal de que, infelizmente, para que haja transportes públicos com a frequência desejada, é necessário recorrer à subsídio pública.

Portanto, há um equilíbrio entre aquilo que é a necessidade de quem precisa do transporte público, a necessidade de acudir àquelas que são as necessidades mais prementes, como seja o transporte dos alunos, mas também dar atenção especial àquilo

que é a gestão financeira do Orçamento Regional. É um equilíbrio difícil de fazer, mas o Governo de coligação está empenhado em conseguir alcançar.

Como muito bem foi explicitado na comissão parlamentar, pela Sra. Secretária Regional, estão sendo implementados os concursos necessários para as carreiras de transporte público nas diversas ilhas. Não é um concurso público, apenas e único, são vários concursos, um por cada ilha, que engloba dezenas ou centenas de carreiras, que implica uma tramitação processual muito complicada, como também já foi salientado neste debate. E, portanto, o Governo está a trabalhar, tanto está a trabalhar que já aprovou a regulamentação que era necessária.

E, portanto, chegamos à proposta que o Bloco de Esquerda nos apresenta, que é recomendar ao Governo que faça aquilo que o Governo já fez.

Deputado António Lima (BE): Onde é que está publicado?

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado António Lima, o Sr. Deputado traz-nos uma proposta inconsequente, que é pôr este Parlamento a recomendar que o Governo faça uma regulamentação que já fez.

Apartes do Deputado António Lima (BE).

O Orador: No próprio trabalho da comissão, isso já foi salientado pela Sra. Secretária. Sr. Deputado, o Governo está a trabalhar. E o que V. Exa. quer com as suas propostas é: quando percebe que o Governo já vai fazer alguma coisa, vem aqui recomendar que o Governo o faça.

Apartes dos Deputados da bancada do PS e do BE.

O Orador: Portanto, esse é o histórico das suas iniciativas.

Deputado António Lima (BE): Tenha noção do ridículo!

O Orador: É o histórico das iniciativas do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Pedro Pinto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Pedro Pinto.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta intervenção pelo aparte que disse há pouco, durante a intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto: “tenha noção do ridículo”, porque, Sr. Deputado, nem a regulamentação, que o senhor diz que está pronta, está publicada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Leia o relatório da comissão.

O Orador: Esta proposta foi apresentada neste Parlamento, em setembro, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão. Por isso, o Bloco de Esquerda não esteve à espera do Governo. O Governo é que está a dormir na forma, pior, está a fazer veto de gaveta, há muito tempo, com esta proposta. E, aliás, as intervenções dos partidos da coligação e do CHEGA demonstram bem a intenção dessa maioria, porque a nova argumentação é que “não há dinheiro!”.

Há uma legislação aprovada, e o que é que dizem o Governo e a coligação? Não há dinheiro!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ninguém disse isso!

O Orador: Isto custa 18 milhões euros.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

São só 18 milhões, coisa pouca!

O Orador: Estamos à espera dos cálculos que a Sra. Secretária nos disse que ia fornecer à Comissão de Economia, mas nunca chegaram, tal como não chegaram a regulamentação e a implementação. E os 18 milhões de euros que dizem que custa, afinal, já incluem 4 milhões de euros de custos, que já estão a ser aplicados, nomeadamente no transporte de estudantes e nos passes gratuitos que já estão implementados para uma parte da população abrangida, mas não para a totalidade que este diploma prevê.

Diz a coligação que nós queremos “dar tudo a todos”. Bem, não é querer ou deixar de querer dar tudo a todos. É querer que se implemente a lei que está aprovada. E se não gostam da lei, têm um bom remédio, e eu já disse isso uma vez: revoguem! Tenham a coragem política de vir ao Parlamento revogar a legislação, porque, se está aprovada, é para cumprir. E não me venham dizer que não há orçamento, porque o Orçamento da Região tem de se conformar à legislação e às responsabilidades que a Região tem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor votou contra! Isso é hipocrisia!

O Orador: Porque, como se vê, o Orçamento da Região não previu o cumprimento dessa legislação e, agora, querem resolver o embaraço com mais um veto de gaveta.

Fala-se, aqui, também de cidades europeias e da grande diferença que há entre elas e os Açores no que diz respeito aos transportes. Ora, é preciso olhar para os exemplos que existem no próprio país, onde até existem em zonas de baixa densidade populacional. Muito recentemente, por exemplo, foi aprovado um passe na zona oeste de Portugal continental, onde não se trata de isenções para uma parte da população; há um passe gratuito para 12 concelhos dessa região do país. E eu é que quero dar tudo a todos?!

Eu não confirmei, mas haverá certamente concelhos governados pelo PSD nestas autarquias. Por isso, não me venham com a conversa de que se quer dar de tudo a todos. Aquilo que se está a fazer, e bem, em várias zonas do país, no que diz respeito a

transportes coletivos, ou é baixar muito o preço para incentivar a utilização ou, como neste caso, tornar gratuitos estes mesmos transportes para incentivar a utilização. Custa dinheiro, como é evidente, porém é uma opção política, como em tudo na vida. Mas a opção política deste Governo tem sido, até agora, sobre esta matéria, fazer absolutamente veto de gaveta. E, Sra. Secretária, faça-nos um obséquo: diga-nos quando é que vai ser publicada a regulamentação, quando é que será implementada a legislação e, já agora, faça-nos chegar os seus cálculos. É que ainda não vimos nada. A Comissão de Economia não recebeu cálculo nenhum relativo ao custo desta medida. Não recebeu cálculo nenhum e isso, obviamente, é útil. Mas, mais do que isso, faça aquilo que é a sua obrigação: cumprir a lei. E se não gosta da lei e se acha que ela não tem validade e que não deve ser implementada, então assuma a sua responsabilidade política e tenha a coragem (política) de vir a este Parlamento propor a sua revogação. Pelos vistos, isso não tem.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O transporte coletivo de passageiros tem sido um debate que a Iniciativa Liberal tem trazido a esta Casa por várias vezes. Penso que, de todas as visitas oficiais, na última legislatura, assim o trouxe.

A presente resolução do Bloco de Esquerda, que decorre da aplicação de um decreto legislativo regional aprovado aqui nesta Casa, e que nunca foi regulamentado, sobre o qual a Iniciativa Liberal votou contra e votaria novamente contra, leva-me a 2020, um ano que marca uma alteração do ciclo político na Região Autónoma dos Açores — e bem. O ano de 2020 marca a centralidade do Parlamento, tantas vezes aqui enaltecida, tantas vezes aqui dita em voz alta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O ano de 2024 marca mais.

O Orador: A centralidade do Parlamento, a partir de 2024, desapareceu. Ou seja,

voltámos a 2019 — é pena!

Voltámos a 2019 e eu não vou dizer que são os vetos de gaveta, como disse o Sr. Deputado António Lima, mas, sim, são vetos de gavetão, porque não é um, nem são dois, são vários os diplomas que foram aprovados nesta Casa que nunca foram regulamentados. E isso diz muito desta maioria parlamentar que agora governa. E mais: tivessem tido a coragem (porque votaram contra este diploma) de trazer, aqui, uma revogação do diploma, em vez de o meterem no gavetão e esquecerem a sua regulamentação.

O que está aqui em causa é, única e simplesmente, o Governo cumprir com aquilo que o Parlamento dos Açores decidiu e aprovou, contra a minha vontade, mas aprovou. E, já agora, andei aqui à procura, porque tenho o mau hábito (um hábito cansativo) de ler o Jornal Oficial todos os dias, até porque traz, sempre, muitas nomeações e muitas exonerações a pedido do próprio...

Risos de alguns Deputados da bancada do PS.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem visto!

O Orador: ... e ainda não vi, por exemplo, a regulamentação do apoio aos doentes de Machado Joseph, que até foi aprovada e apresentada pela Iniciativa Liberal e pelo PSD. Está por implementar.

É certo que não há dinheiro para tudo, mas há prioridades.

É certo que o Orçamento não tem lá essas verbas, mas devia ter.

É certo que o Orçamento é que tem de conformar a legislação que está aprovada, não é a legislação que está aprovada que tem de conformar o Orçamento — é o inverso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que votou o Orçamento?

O Orador: Eu podia responder-lhe, mas não vou.

Agora, sejamos claros: a legislação aqui aprovada, é-o com a intenção de ser regulamentada e aplicada, caso contrário, vão obrigar os grupos e representações

parlamentares a trazerem DLR com quatrocentas páginas, com a regulamentação feita, que entram em vigor no dia a seguir à sua aprovação. Não pode ser.

Reitero mais uma vez: se a centralidade do Parlamento é essa, então, Sr. Deputado José Pacheco, exorto V. Exa. a votar favoravelmente esta resolução para ver se de facto a centralidade do Parlamento é importante ou não para o partido CHEGA.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) **Deputada Marlene Damião** (PS): Obrigada. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados do Governo:

Eu não podia deixar de aproveitar esta oportunidade para complementar os problemas que já foram aqui partilhados pelo Sr. Deputado António Lima e acrescentar matérias que, hoje, ainda não foram abordadas aqui, mas que importam recordar, porque estão relacionadas com os transportes coletivos terrestres, nomeadamente, reforçar o que já foi dito pelo Sr. Deputado do Bloco, isto é, o recente aumento dos valores das tarifas; relembrar também a falta de motoristas, que ainda a semana passada anunciaram a intenção de uma greve no próximo mês de março, sendo que o Governo nada diz e não parece sentir-se incomodado com esta questão e com este anúncio; a falta de pagamento às empresas que asseguram o transporte escolar, aliás, este tema já é repetido, porque, ainda hoje, falámos na falta de pagamentos à agricultura, vamos falar da falta de pagamentos nas pescas amanhã, a falta de pagamentos na saúde...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

A Oradora: ... e, agora, também a falta de pagamentos em assegurar o transporte escolar.

Portanto, essa parte, nós também não podemos deixar de referir. E quero acrescentar, em reação ao que o Sr. Deputado Francisco Gaspar referiu, acusando o PS de nada de ter feito, que às vezes é importante relembrar — quando as pessoas não sabem ou fingem que não sabem — que, em 2019, o governo socialista previa lançar os

procedimentos concursais para o transporte coletivo de passageiros. Infelizmente, com a pandemia da covid-19, ficou impossibilitado de o fazer, mas esses procedimentos concursais estavam prontos, pena não os terem aproveitado.

Em relação ao que o Sr. Deputado Pedro Pinto referiu, de que “o Governo Regional está a trabalhar”, eu acrescento: ele está a trabalhar, mas a reboque daquilo que são as sugestões e as propostas que os outros partidos, em particular o Partido Socialista, apresentam.

Ruído na sala.

A Sra. Secretária referiu, na última audição, em relação a este projeto, que “[...] foi dentro dos serviços de transporte terrestre e por pessoas muito conhecedoras do setor” (não sei quem, mas gostava que nos indicasse quem são), “[...] custará 18 milhões de euros”. E nós pedimos que este cálculo, esta fórmula e este estudo fossem partilhado. A Sra. Secretária referia, há pouco — não ao microfone, mas em aparte —, que enviou os estudos. O Sr. Presidente da Comissão de Economia não nos remeteu e, portanto, volto a recordar que aguardamos o envio desses estudos.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu inscrevo-me, de certa forma, apenas para dar mais uma oportunidade ao Governo de se pronunciar. O Governo tem respostas a dar. Se a Sra. Secretária não quisesse

responder às perguntas, não teria vindo ao debate, julgo eu. Por isso, acho que seria importante responder àquilo que foi perguntado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (PS): Eu penso que a Sra. Secretária já se tinha inscrito antes de mim.

Presidente: Prescinde então?

Deputada Marlene Damião (PS): Prescindo por agora, Sr. Presidente.

Presidente: Tem, então, a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Este debate já foi feito nesta Casa variadíssimas vezes e, da última vez, em comissão, foi bem explicitado pelo Sr. Deputado Francisco Gaspar. E, portanto, não quero estar a repetir aquilo que disse na comissão, nem repetir aquilo que o Sr. Deputado também já reafirmou.

Deputado Carlos Silva (PS): Teremos, sempre, o prazer de ouvir a sua explicação.

A Oradora: No entanto, também reconheço que nem todos os deputados aqui presentes fazem parte da Comissão de Economia e, portanto, sucintamente direi que o decreto regulamentar regional foi aprovado no último Conselho do Governo, no dia 6 de fevereiro, e está certamente a tramitar (o que é normal) para o Sr. Representante da República para ser promulgado e publicado. Portanto, sobre isso, não me parece que haja, aqui, nenhuma novidade, nem nenhuma demora a assinalar.

Em relação ao concurso público para São Miguel, também foi aprovada no mesmo Conselho do Governo a autorização de lançamento de um concurso público que custa a módica quantia de 4,5 milhões por ano; durante 15 anos, são mais de 64 milhões de euros. Portanto, foi ao Conselho do Governo para ser aprovado e ser lançado o concurso.

Ora, os senhores também sabem, porque esta discussão já foi feita, aqui, muitas vezes, na comissão e em plenário, que nós não temos condições de pôr em execução aquilo que o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023 propõe, porque não há sistema informático que permita validar os títulos de transporte e perceber se as pessoas os utilizaram ou não.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é possível criar um programa informático?

A Oradora: Essa discussão já foi feita aqui desde 2014. Nessa altura, estava aqui o Sr. Secretário Regional Vítor Fraga, que já fazia essa discussão com o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Isso foi há 10 anos!

A Oradora: E dizia-lhe que não era possível implementar este sistema sem ter um sistema informático de validação eletrónica dos títulos de transporte. O senhor sabe isso desde 2014. Ora, de 2014 até 2020, ficou tudo na mesma. E nós, agora, é que estamos a lançar, muito embora se diga que os concursos estavam preparados; uma coisa é estarem preparados, outra coisa é estar-se a pensar lançar, outra coisa é lançar e ter os documentos todos para fazer um concurso público desta dimensão, que não é um concurso público qualquer e, por isso, fiz a analogia com as OSP. É muito mais complexo, tem muito mais frequências, tem muito mais rotas, tem muito mais autocarros, tem toda uma complexidade que tem de ser bem verificada, porque, depois de feito e depois de adjudicado, tudo o que se fizer a mais já é para pagar. Tudo isto tem o seu tempo de maturidade, tem de ser bem trabalhado. E foi bem trabalhado, já está pronto a ser lançado e irá ser lançado. Agora, dar tudo a todos...

Deputado António Lima (BE): Não é dar tudo a todos.

A Oradora: ... sem ter condições para verificar se os títulos de transporte são utilizados ou não, desculpe, Sr. Deputado, mas isso não é boa gestão de dinheiros públicos e, para isso, não pode contar com este Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Até, às vezes, me pergunto: o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, que é tão contrário ao apoio às empresas, quer, agora, dar milhões de euros às empresas de transporte sem saber se as pessoas viajam ou não — vejam lá!

Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

É que não tem nenhuma condição de saber se as pessoas viajam ou não viajam, se precisam ou não precisam do passe.

Deputado António Lima (BE): Eu já lhe vou explicar como é.

A Oradora: Tudo isso está no decreto legislativo regional. Tem de haver sistema informático de controlo. E esse sistema informático de controlo está a ser colocado em todos os cadernos de encargos para que, em cada ilha, se consiga ter esse sistema e possamos todos validar a utilização efetiva do título de transporte.

Queria também referir, aqui, uma outra questão, porque, às vezes, parece que tentam apropriar-se desta única ideia como se ela fosse do Bloco de Esquerda: nós estamos a reformar o setor dos transportes terrestres, já se lançaram e já estão concluídos mais de seis concursos, falta o de São Miguel, que vai ser lançado, e o da Terceira vem a seguir. Queremos fazer isso, tal como disse em comissão, ao longo deste ano, para termos condições de fazer a reforma completa do setor. Nós também queremos fazê-la, mas queremos fazer isso com transparência, rigor e boa gestão dos dinheiros públicos. Não estamos a falar de meia dúzia de trocos.

Ainda a propósito do estudo, ele está aqui e foi enviado.

Neste momento, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas

exibiu alguns documentos.

Deputado Carlos Silva (PS): Enviado para quem?

A Oradora: Foi enviado para o Parlamento, obviamente.

Portanto, eu peço que procurem saber se há alguma dificuldade. Se houver, certamente se descobrirá onde é que ela está.

Ruído na sala.

Se não houver controlo, o que está aqui em causa, é um passe para todas as pessoas que estejam em condições de elegibilidade que custará 18 milhões de euros. E se é assim, não há possibilidade nenhuma de encaixar isto no Orçamento Regional. O Sr. Deputado diga, então, onde é que se vai buscar dinheiro para pôr nos passes sociais!

Deputado António Lima (BE): Eu já lhe digo!

A Oradora: Ah, pois, dirá quando se fizer o próximo Orçamento, porque, agora, é completamente impossível.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queria ainda deixar, aqui, duas ou três outras questões resumidamente.

O decreto regulamentar regional está concluído; o concurso para São Miguel está para ser lançado na plataforma; precisamos da bilhética para pôr em execução e levar à prática aquilo que está no decreto regulamentar e também no decreto legislativo regional que o motivou; e queremos continuar a fazer uma reforma e uma mudança de paradigma nos transportes terrestres. É isto que está a ser feito, mas com cabeça, tronco e membros. Não é fazer por fazer e, depois, dar tudo a todos, que é aquilo que o vosso diploma contempla, porque não há condições para conferir aquilo que é utilizado.

Deputado António Lima (BE): Isso é falso! Falso e desonesto!

A Oradora: Não é possível conferir aquilo que deve ser pago aos operadores. E como não é possível conferir, nós não podemos concretizar aquele diploma, enquanto não

concluirmos os seis concursos públicos, porque em cada um deles há a obrigatoriedade de implementação da bilhética por parte dos operadores, e nós, na Direção Regional, também implementaremos a nossa bilhética — já agora, são mais 650 mil euros a juntar a todo este investimento que aqui está.

Muito obrigada.

Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, eu gostaria de recordar algumas perguntas que lhe fiz há pouco e para as quais pediria uma resposta.

Gostava também de acrescentar um aspeto que me escapou há pouco, que é mais um problema que está por resolver e que, até agora, também não foi falado: a supressão de carreiras. Uma vez que estamos a falar em transportes coletivos terrestres, também acrescento aos que referi a supressão de carreiras, sendo que, em relação aos problemas que identifiquei, a senhora não teve qualquer tipo de reação.

Relativamente aos documentos que a senhora diz ter na sua posse...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

A Sra. Secretária.

A Oradora: A Sra. Secretária — peço desculpa — enviou ou não enviou os documentos ao Sr. Presidente da Comissão de Economia, o Sr. Deputado Paulo Simões? Sim ou não, Sra. Secretária? Precisava que me confirmasse isto.

Em relação à pergunta sobre quem são as pessoas do setor conhecedoras desta matéria,

também não me respondeu.

A sua reação, Sra. Secretária, não me deixa outra alternativa, a não ser dizer que, nos últimos 2 anos, o que mais temos vindo a falar nesta Casa e na Região é sobre a era da digitalização, a sustentabilidade, as energias renováveis, mas o que se nota é que, aparentemente, falamos, ou melhor, o Governo fala, mas não domina os temas.

Não há mais nenhum destino europeu que pratique esse tipo de transporte?

Não é preciso ir muito longe, aliás, temos a Madeira que, em 2023, implementou, num ano, um sistema de bilhética.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas querem comparar nove ilhas com uma ilha?!

A Oradora: A senhora só diz que o processo é complexo. Mas é assim de facto tão complexo, Sra. Secretária?!

O que nós entendemos é que isso só denota alguma incapacidade de gestão dos problemas, o que nos força a reconhecer que começa a ser um bocadinho difícil aceitar as vossas respostas e reações às nossas pretensões.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a Sra. Secretária pode ter aí o papel, mas ele não nos chegou.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Perdeu-se no correio.

O Orador: Poderá ter-se perdido algures no correio ou pela internet, mas não chegou e era bom que tivesse chegado, porque nós não temos acesso a ele.

Eu gostaria de dizer que é totalmente falso que este diploma — o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023/A — garanta sequer a gratuidade para todos os passageiros. Isso

é liminarmente falso. Até poderia ter sido essa a opção, mas não foi, conscientemente não foi. Tem efetivamente um conjunto de isenções a vários passageiros, estudantes, cidadãos com mais de 65 anos, aliás, tal como acontece na rede de minibus de Ponta Delgada, por sinal gerida por uma Câmara do PSD. E da mesma forma, não vejo o Governo nem o PSD dizerem que isso é dar tudo a todos.

Para muitos passageiros, para a generalidade dos passageiros, prevê-se a existência de passes que tenham um custo que o Governo tem de definir; o preço não foi definido no diploma, porque não foi aprovado o preço que propúnhamos, mas prevê o pagamento. Se não previsse e fosse um passe gratuito para todos, não seria sequer uma opção inédita no país. As justificações para esta medida não ser implementada têm evoluído. Nós já percebemos que o “não há dinheiro” vai passar a ser a nova justificação.

Há dias — em janeiro —, diziam: “Finanças sólidas” — dizia o Sr. Secretário das Finanças. Hoje, não há dinheiro... para aquilo que não se quer, como é evidente, para outras coisas, o dinheiro jorra a rodos. “Não há sistema informático” também. Bem, Sra. Secretária, os sistemas informáticos adquirem-se, desenvolvem-se, há inúmeras formas de resolver esse problema e não faltam sistemas informáticos relativos a este setor.

Deixe-me dizer-lhe que os Açores não são a única região do mundo onde há transportes terrestres de passageiros, eles existem em todo o lado, por isso, sistemas informáticos não faltam.

Depois, diz-se que é complexo e que não se consegue controlar o número de passageiros. Ó Sra. Secretária, aconselho-a a ir ver como é que se faz em qualquer sistema de transportes onde haja utilização de passes, em que naturalmente a contabilização do número de passageiros é feita, seja eletronicamente, seja por via de controlo físico, e a distribuição de receita a todos os operadores tem de ser feita *a posteriori*. Naturalmente, não me cabe, não é o meu papel, dizer ao Governo como é que vai implementar cada detalhe de cada medida.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pois não. O senhor propõe e depois lava as

mãos!

O Orador: Mas, Sra. Secretária, pelo menos, aprenda com os exemplos que há no país, na Madeira, no estrangeiro, onde quiser, exemplos não faltam. O que falta neste assunto é claramente falta de vontade política de implementar esta medida. O Governo não quer, faz veto de gaveta e, agora, usa a desculpa de que não há dinheiro. Há dinheiro. Não há dinheiro é para isto, porque o Governo não quer!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, é para assumir uma responsabilidade pessoal, que tem a ver com o facto de a Secretaria da Dra. Berta Cabral ter remetido para os Assuntos Parlamentares (está lá desde o dia 31) e, por qualquer razão — e a responsabilidade é minha — não foi enviado para os Srs. Deputados. Por isso, penalizo-me por essa situação, assumo a responsabilidade e vai ser expedido de imediato. Desde já, reitero o pedido de desculpas à Câmara por este lapso, que assumo e que é da minha responsabilidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Secretário!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar.

(*) **Deputado Francisco Gaspar (PSD):** Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que, relativamente àquilo que tem sido a pronúncia feita pelo Sr. Deputado António Lima, bem como pela Sra. Deputada Marlene Damião, refira, reforçando aquilo que já foi dito aqui, que o PSD está efetivamente empenhado na mobilidade dos Açorianos e quer a implementação deste diploma que estamos, agora,

a discutir, tanto que já aprovou a sua regulamentação. No entanto, o que ficou aqui bem ciente é que há um caminho a percorrer, porque, se assim não for, estaremos a cometer uma irresponsabilidade na gestão daquilo que são dinheiros públicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente a isso, eu pergunto, desde logo, ao Sr. Deputado António Lima se se sentiria confortável sem o sistema informático a funcionar, sem a clareza e a transparência da aplicação desses dinheiros, mediante a aprovação deste DLR neste preciso momento.

Por outro lado, a Sra. Deputada Marlene Damião referiu que, em 2019, estava previsto lançar esses concursos, mas que efetivamente não foram lançados por causa da covid-19.

Deputada Marlene Damião (PS): E é verdade!

O Orador: E porque é que a covid-19 acabou por determinar que não se fizesse todo o curso processual?

Deputada Marlene Damião (PS): Foi a prioridade.

O Orador: Não, Sra. Deputada, não foi. Isso é uma desculpa que a senhora e o Partido Socialista arranjaram e que acaba por não viabilizar aquilo que é a culpa que os senhores têm.

É preciso que se perceba que, desde 2012, relativamente a esta matéria, o Partido Socialista não fez rigorosamente nada.

Deputados João Bruto da Costa e Paulo Chaves (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Inclusive, em 2015, com a aprovação do Regime Jurídico do Serviço de Transportes Públicos, o Partido Socialista teve oportunidade de iniciar esse processo e o que é que fez? Vetou, ou seja, não fez rigorosamente nada, chutou para a frente. E agora que este Governo está, aqui, a assumir aquilo que era suposto que os senhores também assumissem, está a ser criticado?! Não. É preciso haver coerência.

Este Governo está a trabalhar e continuará a trabalhar em proveito da mobilidade dos Açorianos.

Disse.

Deputados João Bruto da Costa e Paulo Chaves (PSD): Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, questiono a Mesa se os documentos que o Sr. Secretário informou que iria entregar já foram disponibilizados à Mesa e distribuídos pelos grupos e representações parlamentares, porque estão relacionados com o assunto que estamos a debater e não temos conhecimento dos mesmos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, pela sua interpelação.

O Sr. Secretário acabou de assumir, e bem, o lapso. As coisas são rápidas, mas também não são supersónicas. E, portanto, têm de dar entrada, têm de passar pelo meu despacho. Eu creio que a minha adjunta já terá alguma coisa.

Pausa.

O Sr. Presidente da Comissão de Economia tem a palavra. O documento deu entrada. O procedimento é enviar o documento para V. Exa. e autorizar que ele seja distribuído pelos Srs. Deputados.

Pergunto a V. Exa. se me autoriza que o faça distribuir de imediato.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para informar que já recebi e já reenviei aos coordenadores da Comissão de Economia o documento a que se refere.

Ruído na sala.

Presidente: Sr. Presidente, posso solicitar aos serviços que o façam distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados?

Deputado Paulo Simões (PSD): Com certeza, claro que sim.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Carlos Silva, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente...

Ruído na sala.

Sr. Presidente, o *e-mail* foi recebido às 17h31, por isso solicitamos obviamente um intervalo regimental de 30 minutos para poder analisar o documento.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18 horas e 4 minutos.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, estivemos a analisar, no espaço de tempo que tivemos disponível, o relatório que foi submetido e elaborado internamente pelos técnicos da Secretaria Regional. Temos algumas dúvidas e, por isso, faço a seguinte questão: dos 18 milhões de euros que a Sra. Secretária refere que custaria a aplicação integral do decreto legislativo regional, desse montante, a Região já suporta 3,9 milhões dos passes escolares, correto? Esta é a primeira questão. Se assim for, o custo total não seria 18 milhões, mas 14 milhões. Esta é a primeira clarificação que importa que a Sra. Secretária faça.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já foi dito em comissão.

O Orador: A segunda tem a ver com o essencial do custo que refere (dos 18, cerca de 17 milhões) reportando-se ao universo entre os 4 e os 23 anos, sendo certo que não ficámos com a confirmação de como é que foram elaborados esses cálculos.

Tomando como exemplo o caso de São Miguel, de acordo com os dados publicados, representaria um custo total de 10 milhões de euros, dos quais, o universo de população entre os 4 e os 23 anos, que aqui é contemplado no estudo, ronda os 25 688 euros.

A pergunta que fazemos é se esse universo que está a ser contemplado no estudo e na quantificação é a totalidade da população elegível nessas idades ou são apenas os utilizadores dos transportes terrestres, de acordo com a informação que a Secretaria recebe.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é para aumentar a utilização? Tem de ser com todos, porque potencialmente todos são utilizadores.

O Orador: É importante ter essa clarificação.

A Sra. Secretária referiu que custaria 18 milhões de euros. Já percebemos que não são 18, são 14, porque 4 milhões já são suportados pelo Governo Regional.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Eu disse isso na Comissão.

O Orador: Portanto, era importante que aproveitasse este momento para clarificar isso.

Uma última questão: a Sra. Secretária referiu, por diversas vezes, que este montante de 18 milhões de euros era incomportável para o Governo Regional — as palavras são suas. A pergunta que fazemos é: qual o valor que é comportável afinal?

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, se ler o relatório da Comissão, verá que eu referi exatamente isso. Ou seja, disse que o universo dos alunos, incluindo escolas profissionais e universidade — tivemos o cuidado de fazer o levantamento dos alunos da universidade e das escolas profissionais — custam 17 126 000 euros. Referi que, hoje em dia, os passes que nós pagamos e que estão contemplados nas alíneas c), d) e e) do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2023, custam-nos 950 mil euros. E, portanto, o total do decreto já referido, considerando todas as suas alíneas, são 17 126 000 euros mais 950 mil euros. A partir daí, também disse que já suportamos os passes escolares que ficam revogados com o tal DLR n.º 35/2023 e que esses passes abrangem agora mais gente, mas isso não interessa, interessa é o que pagámos (3,9 milhões). Tem de deduzir aquilo que já pagámos (4 milhões), fica 14 milhões de euros. Isso está no relatório, mais vírgula menos vírgula, mas está lá.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E foi dito em comissão.

A Oradora: O universo que me perguntou é, obviamente, o universo de todas as

peessoas com esta idade. O estudo tem os censos por freguesia, por ilha e, depois, tem as pessoas, a idade e os circuitos que fazem para ir para a escola. São circuitos médios, há pressupostos, como não pode deixar de ser em qualquer estudo; esses pressupostos são de que os passes têm um desconto de 30 %, que é o que hoje existe nos passes, há um desconto de 30 %, e os alunos abrangidos são aqueles que estão no universo de acordo com os censos e de acordo com os circuitos que previsivelmente fazem de cada freguesia para a sua escola.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obrigado pelas suas explicações, Sra. Secretária.

Tenho apenas duas questões adicionais, ou seja, a primeira à qual não respondeu e que tem a ver com o valor que era comportável para o Governo Regional — porque diz que a aplicação integral desta medida é incomportável. Felizmente já ficámos a saber que o custo total, com esta medida adicional, seria de 14 e não de 18 milhões de euros. Essa clarificação é importante, porque foram induzidas em erro as pessoas que assistiram à comissão e que estiveram a assistir a este debate, uma vez que se falou nos 18 milhões de euros e, felizmente, não é bem assim.

A última questão, Sra. Secretária, é saber se, no estudo que foi feito, pelo menos de acordo com aquilo que foi divulgado, a tendência prevista para os próximos anos foi de crescimento ou de redução do número de utilizadores. Se tivermos em consideração aquilo que aconteceu na última década, há uma redução significativa. E, portanto, com a aplicação desta medida, a expectativa, eventualmente, presumo, é de que haja um aumento. Ele foi previsto? Em que percentagem? Para sermos rigorosos e se o Governo chama de “passes de mobilidade e avaliação económica”, numa avaliação económica há pressupostos que têm de ser cumpridos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Carlos Silva.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Muito obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Deputado Carlos Silva, eu tenho aqui o relatório, posso-lhe ler, mas não vou perder tempo a fazê-lo, porque está, logo no segundo parágrafo, integralmente o que eu disse aqui, isto é, tirando os 3,9 milhões, tirando os 950 mil, mesmo assim, estamos a falar de 13 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Já passou para 13 milhões?

A Oradora: O estudo é feito com todo o universo, como é óbvio. Aquilo que é suplementar para o orçamento, está cá, está no relatório da comissão e foi feito com toda a transparência.

O que é que é comportável? Sr. Deputado, primeiro que tudo, o que é comportável é aquilo que for verificável. Nós temos de ter a certeza de que estes 41 844 alunos vão utilizar o passe. Neste momento, eu não tenho, nem o senhor tem, nem ninguém tem.

Deputado Carlos Silva (PS): Nem ninguém tem.

A Oradora: E então? Eu tenho de verificar, não vou pagar o passe às empresas para 41 mil pessoas sem saber. Como é que eu faço isso?

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que faz com a tarifa Açores?

Deputado António Lima (BE): Como é que faz hoje?

A Oradora: A Tarifa Açores é toda verificada, sim, senhor, porque a pessoa compra o seu bilhete e tem o desconto; aqui, nós estamos a dar um passe para 30 dias, que a

pessoa pode utilizar ou não. Isso não pode ser assim. Tem de ser verificável, tem de passar nos dispositivos informáticos que cada autocarro tem de ter, para saber quantas viagens a pessoa fez com aqueles passes, caso contrário, pode passar uma vez, pode levantar o passe e não viajar vez nenhuma, pode levantar o passe e viajar 30 dias, e pode levantar o passe e andar 2, 3 ou 10 dias. E como é que nós sabemos? Ah, é assim?! A gente dá o dinheiro às empresas, dá 13 milhões de euros às empresas (já que o senhor quer ir por aí) e não controla?!

Olhe, comigo não contem com isso, porque tem de ser tudo controlado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, nós temos é que falar a verdade para quem nos está a ouvir. Se, desde o início, a Sra. Secretária não tem vontade de aplicar este decreto legislativo é uma coisa. E nós já percebemos que o Governo não tem vontade — não sei se é por o diploma ser do Bloco de Esquerda, mas não há essa vontade.

O Governo começou por arranjar a desculpa do valor, estava em 18 milhões de euros, já passou para 14 e, agora, a Sra. Secretária confirmou que o impacto passou para 13 milhões de euros. Está clarificado.

A Sra. Secretária assumiu, aqui, que este documento não foi divulgado pelos deputados. O Governo ficou durante 15 dias com o documento na sua posse e não divulgou, a responsabilidade não é sua, é do Sr. Secretário Paulo Estevão — já o assumiu, está esclarecido, mas nós tivemos conhecimento do documento há 30

minutos. Estivemos a analisá-lo da melhor forma que conseguimos. Fazemos as perguntas que achamos relevantes que o Governo esclareça e, portanto, conseguimos esclarecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo esclareceu. O senhor é que não entendeu — é um problema seu!

O Orador: Nós, em 30 minutos, conseguimos reduzir 5 milhões de euros no custo total da iniciativa, isso é significativo, Sra. Secretária. E, depois, também é igualmente relevante a Sra. Secretária vir dizer que o problema está na aplicação.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O problema está em tudo, mas eu digo isto desde o início!

O Orador: O problema está na aplicação informática? É esse o problema? O problema não está no valor?

Ó Sra. Secretária, começou por dizer que era o valor, depois já não é o valor, é a aplicação informática, mas, no continente e noutras regiões da Europa e do mundo, não existem transportes gratuitos? Não existem passes mensais?

Aparte impercetível da Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Sra. Secretária, se o problema é efetivamente a bilhética, vamos investir nisso.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E é o que se está a fazer!

O Orador: Que haja esse esforço do Governo Regional em aproveitar os recursos que tem disponíveis da digitalização para investir. Não vamos é perder mais tempo com desculpas, porque a verdade é que, nos últimos anos, temos vindo a perder passageiros nos transportes terrestres. Não é responsabilidade só sua, já começou com a governação do Partido Socialista, é uma tendência que se tem vindo a agravar. Mas se nós queremos fomentar efetivamente o transporte coletivo terrestre, temos de ter uma ação mais

rápida e medidas concretas. Se o problema é a aplicação informática, nós estamos na era de inteligência artificial, na era da digitalização, vamos aproveitar os recursos disponíveis, mas tem de haver vontade, Sra. Secretária.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E há vontade!

O Orador: Não me parece que haja essa vontade da sua parte.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição sobre este diploma?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo.

(*) **Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral): Muito obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu quero dizer ao Sr. Deputado Carlos Silva que faz parte da Comissão de Economia, estava presente. Se não prestou atenção, eu não tenho nada a ver com isso. O senhor tem de ler o relatório, tem de ler aquilo que eu disse e tem de ser honesto em reproduzir aquilo que eu disse na comissão.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Esta é uma questão que eu não posso deixar passar.

Foi tudo dito na comissão.

Deputado Berto Messias (PS): Mas não há problema em repetir no plenário.

Aparte impercetível do Deputado João Vasco Costa.

A Oradora: O Sr. Deputado não faz parte da comissão.

Tudo foi dito na comissão. E, portanto, não faz sentido nenhum estar aqui a tentar alterar aquilo que está escrito (nem é o que foi dito) e está aprovado no relatório da comissão. Esta é a primeira questão.

A segunda questão é: vontade é uma coisa; capacidade de concretizar esses investimentos, ao nível dos três operadores que temos em São Miguel, é praticamente impossível. Isto tem de estar (e está!) no preço base, no caderno de encargos que vai estar a concurso — já estamos autorizados a lançar o concurso —, para quem concorrer já saber que tem de corresponder a todos estes requisitos. E é assim que se faz. Não se faz porque eu quero que se faça, mandando o Varela ou o Caetano Raposo e Pereiras ou o outro fazerem. Depois, são os três. E como é que se dividem os bilhetes? É preciso a bilhética. Quer dizer, isto tem de ter um caderno de encargos. Está feito, o processo está lançado a concurso, está autorizado o concurso público e é isso que vai acontecer. Mas os senhores estão com essa atitude, mas, desde 2015, quando foi publicado o Regime Jurídico dos Transportes Coletivos de Passageiros, nunca o aplicaram — em 2015! E agora estão preocupados porque já se passaram 2 ou 3 anos?! Desde 2015 que não o aplicaram!

Os transportes coletivos de passageiros não tiveram nenhuma modernização durante 24 anos. Fizeram os contratos adicionais para o transporte noturno, fizeram os contratos adicionais para os fins de semana — em São Miguel, não nas ilhas todas —, fizeram pontualmente alguns contratos fora do contrato de concessão, mas nunca lançaram nenhum contrato de concessão nos termos do novo regime que foi aprovado em 2015. Essa é que é a questão. Por isso, estamos nós, agora, a fazer esses concursos, já estão sete prontos, faltando só o da Terceira, cujo levantamento já está feito para se fazer um novo concurso.

Deputado Luís Leal (PS): A Terceira sempre a ficar para trás.

A Oradora: Nós deixámos para trás os dois mais difíceis — São Miguel e Terceira. Como o de São Miguel já tinha muito trabalho, que depois se aplicava à Terceira, é o

primeiro que vai sair. A seguir, sai a Terceira.

Esta é a razão de ser. E, portanto, não vale a pena nós pensarmos que isto é fácil e que já devia estar feito. Se fosse fácil, porque é que os senhores não fizeram em 2015? O que é que estiveram a fazer de 2015 até 2020 inclusive?

Deputado Carlos Freitas (PSD): É mais uma.

A Oradora: Esta é a verdade. E eu acho que todos temos de ser razoáveis em relação a isto.

Nós queremos implementar e vamos implementar, agora, não há milagres. E se não há milagres, porque nós não os fazemos, muito menos os senhores os fizeram em muito mais tempo.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva... Peço desculpa, mas o Sr. Deputado João Bruto da Costa estava inscrito primeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria salientar, elogiar e enaltecer a paciência da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Transportes para tentar explicar, a quem não quer entender, aquilo que já todos percebemos. E o que estamos finalmente a perceber — após algumas repetições— é esta postura reveladora do Partido Socialista no debate parlamentar.

A centralidade do Parlamento faz-se com correção, mas também com discussão e com esclarecimento, que foi aquilo a que acabámos de assistir na última meia hora, tirando

o intervalo que o Sr. Deputado precisou para avaliar o documento que estava a ser entregue. Mas aquilo a que assistimos aqui foi uma extrema paciência, procurando explicar de diferentes formas, dando a entender aquilo que é a boa gestão dos dinheiros públicos, que a Sra. Secretária tem o cuidado de levar por diante na sua governação. Mas tivemos, aqui, esta revelação, mais uma vez, da forma como o Partido Socialista não só faz oposição tentando criar factos alternativos e esconder a realidade, mas essa forma de olhar para o problema do género: dinheiro? Dá-se tudo, depois logo se vê se realmente haverá o suficiente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor não estará a fazer confusão?

O Orador: Essa forma de olhar para o dinheiro que é dos contribuintes e dos impostos dos açorianos e poder gastá-lo à tripa-forra como os senhores estavam habituados a fazer, acabou com este Governo, acabou com esta coligação e acabou com esta maioria parlamentar!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que o digam as conserveiras!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Aquilo que mais me levou a pedir esta inscrição foi para dizer ao Sr. Deputado Carlos Silva que essa sua confissão de que os senhores não tiveram a inteligência para fazer aquilo que agora querem que os outros façam, e acham que já é possível fazer agora porque existe uma coisa chamada inteligência artificial, revela muito da forma como o senhor olha e resolve os problemas dos Açorianos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado e líder parlamentar da bancada do PSD, João Bruto da Costa, é bem reveladora do desnorte que vai aí nessa bancada...

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por acaso, a minha terra fica a norte.

O Orador: ... e da tentativa de deixar uns *soundbites* para desviar a atenção do essencial.

Mas, Sr. Deputado, as perguntas que fizemos foram sempre com a preocupação de que o Governo seja mais célere na capacidade de resolução dos problemas que enfrentamos. Em momento algum, em todas as intervenções que foram feitas pelo Partido Socialista, nós falámos de forma irresponsável sobre um problema que é real. Nós reconhecemos que não foi possível mais cedo, mesmo durante a governação do Partido Socialista, corrigir problemas nos transportes terrestres. Isso já foi dito por diversas vezes, é uma realidade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma falsa humildade!

O Orador: Mas também reconhecemos que foi na governação do Partido Socialista que aconteceram importantes impulsos no transporte terrestre nos Açores, nomeadamente através da renovação da frota que aconteceu no início de 2001. E, portanto, este Governo teve ao seu dispor o maior volume de fundos comunitários de sempre na história, do PRR e agora do PO, e não consegue lançar avisos nem concursos para a renovação das frotas, que é um grave problema que hoje em dia os operadores têm, e isso faz com que não consigam apresentar mais frequências e condições mais atrativas para aumentar os utilizadores.

Portanto, Sra. Secretária, termino agradecendo a sua paciência...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E é muita!

O Orador: ... porque, aparentemente, nós, agora, temos de agradecer ao Governo pela paciência em estar aqui presente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No seu caso, sim!

O Orador: Nós temos de agradecer a boa vontade do Governo em esclarecer os Açorianos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E sobre isso não há muito mais a dizer.

Eu acho que ao Governo fica bem responder e esclarecer, mas infelizmente o PSD tem uma postura e uma forma de encarar a democracia que em nada favorece e beneficia este Parlamento.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu apelo à paciência de todos para uma intervenção no seguimento não só das intervenções que me antecederam, mas também relativas ao estudo que foi enviado pela Sra. Secretária e distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados.

Ora, este estudo, embora suscite muitas dúvidas que uma análise mais aprofundada poderá esclarecer, vem, desde logo, confirmar aquilo que em comissão dissemos e que

a Sra. Secretária fez questão de dizer, não só em comissão, como repetir hoje: é falso que esta medida tenha um custo acrescido de 18 milhões de euros para o Orçamento da Região.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

“Acrescido” é o senhor que está a dizer!

O Orador: É falso!

Ou que tenha um custo de 18 milhões de euros, porque não se pode dizer que uma medida tem um custo de 18 milhões de euros, quando parte delas (medidas) já são assumidas pelo Governo da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Melhor que o PS a dar dinheiro, só o Bloco!

O Orador: É falso!

Aquilo que o Governo quis fazer e que depois se reproduziu por aí, foi dizer que isto custava muitos milhões e que era incomportável. Quis traduzir esta ideia na opinião pública, que é falsa e que demonstra bem a má vontade do Governo neste processo. O Governo queria apenas dizer que era muito caro e que, por isso, não se podia fazer.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Ah, 14 milhões não é muito?! É pouco?!

O Orador: Já percebemos que não custa o que o Governo dizia que ia custar, não custa 18 milhões de euros.

Quanto custa? Ainda ficamos sem saber. Já agora, os números que este estudo nos diz, deixam muitas dúvidas relativamente aos 13 milhões de euros que a Sra. Secretária falou. Se na população da Região entre 4 e 23 anos de idade há 41 844 pessoas (jovens e crianças), na verdade, dos 19 aos 23, basicamente a população que não é abrangida pelos passes escolares, são só 4520, é uma pequena parte dos 41 844. Ora, que isto acrescente 13 milhões de euros ao custo que já existe através dos passes escolares, no mínimo, Sra. Secretária, convenhamos, deixa dúvidas. Mas, certamente, teremos oportunidade de saber com mais detalhe, não com estes dados, porque com estes dados não é possível chegar aos cálculos que aqui estão, são precisos outros dados que não

estão aqui.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O senhor faça o estudo!

Deputado Carlos Silva (PS): Nós vamos fazer o estudo?

O Orador: Certamente que um estudo desse tipo não é muito difícil de fazer, porque não se pode propriamente chamar de estudo económico, é uma compilação de dados. Termino esta intervenção dizendo que seria muito bom e deixar-nos-ia efetivamente confortáveis se tivéssemos um Governo empenhado em cumprir o que o Parlamento aprova, em cumprir a legislação, que é o seu papel e a sua obrigação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tal e qual.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Dar tudo a todos, sem controlo!

O Orador: E que efetivamente aplicasse as melhores tecnologias que existem, para garantir que as medidas têm realmente rigor, porque não nos podem dizer que não há rigor nos passes que se aplicam no resto do país. Não é um regabofe.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O senhor não quer perceber!

O Orador: É aplicar as melhores práticas que estão em vigor noutras partes do país ou no estrangeiro ou onde quiserem, porque é possível. Só nos Açores, porque o Governo não quer, é que não é possível. E isso é lamentável, porque melhorar o transporte coletivo público na Região é fundamental, tem benefícios para os passageiros, reduz os seus custos mensais, tem a garantia de que, ao ter menos custos mensais, podem gastar na economia. Isso é positivo não só para a economia, mas também para o ambiente, com menos emissões, menos dependência de combustíveis fósseis, é melhor para toda a gente. Sem dúvida, não vamos colocar toda a gente a andar de transportes públicos, mas, certamente, com melhores condições, melhores autocarros, melhores horários, melhores condições nas paragens, horários — já agora — nas paragens e preços muito mais baixos, certamente, assim, a tendência grave de decréscimo do

número de passageiros vai-se inverter. E isso seria fundamental para o desenvolvimento da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria só esclarecer ao Sr. Deputado António Lima que o universo não é o mesmo, porque os passes escolares, hoje, não são para todos os alunos, são só para mais de 3 km e só para alguns alunos. O que aqui está é o universo integral, porque todos irão beneficiar, de acordo com o diploma que foi aprovado. E nós até queremos que todos beneficiem, porque eu também considero que 3 km é muito para uma criança andar a pé. Eu quero que todas as crianças estejam incluídas nestes passes que passam a revogar o passe social. Porém, eu não estou disponível, nem ninguém desta bancada está disponível, para que se dê tudo a todos, sem controlar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

A Oradora: E quando tivermos condições para controlar, lá chegaremos.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Não havendo mais inscrições, vamos, então, votar o Projeto de Resolução n.º 11/XIII — “Recomenda ao Governo Regional que proceda à imediata regulamentação e implementação do DLR n.º 35/2023/A, de 17 de outubro — Passes de Mobilidade para Transportes Públicos Coletivos”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 11/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 4 do CH, 2 do CDS-PP e 1 do PPM, e com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do IL e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Gaspar para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco Gaspar** (PSD): Obrigado. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD não acompanha esta iniciativa do Bloco de Esquerda, desde logo, porque é inviável ao nível de custos orçamentais que acarreta para o ano corrente e porque não estão reunidas as condições necessárias para implementar com o devido rigor e funcionalidade, necessitando, para isso, a existência de um sistema de bilhética informática, desde logo, eletrónica, que se afigura de extrema importância para permitir um controlo mais preciso e eficaz do uso dos transportes públicos coletivos, evitando fraudes e o uso indevido dos dinheiros públicos.

De referir que este Governo de coligação está empenhado e determinado em melhorar a vida dos açorianos, desde logo, a sua mobilidade, assegurando que os benefícios sociais já atribuídos e a atribuir cheguem, de forma justa e eficaz, a quem mais precisa com o devido controlo e rigor.

João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Leal.

(*) **Deputado Luís Leal** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta aquilo que foi apresentado e discutido, o Partido Socialista lamenta que o Governo tenha levado cerca de 476 dias para regulamentar este diploma.

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E os outros 24 anos?

O Orador: É deste diploma que estamos a tratar, não é do passado, estamos a olhar para o futuro.

Deputado João Vasco Costa (PS): Para a senhora, já são mais do que 24 anos!

O Orador: Eu bem sei que há uma grande dificuldade do Governo em rejuvenescer a sua capacidade executiva, mas nós queremos olhar para o futuro, Sra. Secretária, Sras. e Srs. Membros do Governo. E, portanto, 476 dias, quando um diploma prevê 90 dias, se não é uma falta de respeito a este Parlamento, não sei o que é que significa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): E até 2020 não se podia ter feito?!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo tem tido alguma dificuldade em aparecer, tem sido notória a sua ausência, mas, relativamente ao objeto que está aqui a ser discutido, a verdade é que protela e omite informação relevante a este Parlamento...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso é uma declaração de voto?

O Orador: ... usa táticas sempre à revelia do Parlamento e das comissões.

Ruído na sala.

Presidente: Sr. Deputado Luís Leal, essa não é uma declaração de voto.

Uma declaração de voto é para o senhor exprimir, em nome do seu grupo parlamentar, as razões pelas quais procedeu a determinada votação. E muito menos pode usar esse tipo de linguagem e insultos ao Governo Regional, que não pode responder.

O Orador: Sr. Presidente, em que medida é que eu insultei, difamei ou injuriei? Defina-me objetivamente em que é que eu difamei alguém. Não difamei ninguém. Limitei-me a dar opinião, no âmbito daquela que é a nossa declaração de voto, e reitero-a: este Governo levou 476 dias para regulamentar um diploma que este Parlamento definiu que fosse em 90 dias.

Portanto, o transporte coletivo de passageiros continua e irá continuar a ser uma prioridade para o Partido Socialista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas em 2015 não era!

O Orador: E o que nós pretendemos é esgotar qualquer tempo e usar quaisquer recursos, porque, por mais que não queiram que nós estejamos aqui a discutir as matérias, por mais que queiram que fiquemos aqui sentados a olhar, a verdade é que temos de contestar, temos de escrutinar o vosso trabalho, temos de fiscalizar a ação governativa, porque, se não o fizermos, os senhores farão como querem.

Portanto, a nossa função é exatamente esta, e o Governo devia olhar para o Parlamento e respeitá-lo, porque, até agora, tem tido omissões relativamente a isso.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, pede a palavra para...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respeitando rigorosamente a natureza do uso da palavra nesta situação, quero apenas fazer-lhe duas questões:

A primeira questão é se, durante uma declaração de voto, é possível interpelar outras

bancadas.

A segunda questão é se, no âmbito de uma declaração de voto, o Governo ou qualquer outra bancada podem utilizar as figuras do protesto ou da defesa de honra.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe que não.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Não pode efetivamente dirigir-se a outra bancada e não pode também, em declaração de voto, usar esse tipo de figuras.

Para uma declaração de voto, tinha pedido a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A implementação de um sistema de transportes coletivos que sirvam todos os Açorianos, em todas as ilhas, é complexo, porque, se não fosse complexo, se fosse simples, este Governo não estaria ocupado a resolver mais esse problema. Já teria sido resolvido por outros no passado, que tiveram muitos e muitos anos — mais de 400 dias, foram anos! — e nunca conseguiram fazer nada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: O que verdadeiramente incomoda parte dos partidos que têm assento neste Parlamento é o facto de esta coligação e este Governo de coligação estarem finalmente a resolver muitos e muitos problemas.

Por isso é que o Grupo Parlamentar do CDS votou contra esta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque ela era tão só mandar o Governo fazer aquilo que o Governo já fez, ou seja, regulamentar um diploma que foi aprovado por unanimidade neste Parlamento.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E se foi aprovado por unanimidade, significa que os partidos da coligação, onde o CDS se inclui, pretendem que haja um sistema de transporte público universal e tendencialmente gratuito...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso!

O Orador: ... sobretudo, para aqueles que mais necessitam e menos possuem. E, por isso, votámos contra, porque o Governo está fazendo. É um processo complexo, que este Governo vai concretizar em muito menos tempo do que aquele que não foi usado no passado para resolver, porque a complexidade superava a capacidade de fazer. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente o projeto da resolução que esteve em debate, por vários motivos: em primeiro lugar, porque ele simplesmente recomendava algo tão simples que nem deveria ser assunto, muito menos assunto de sucessivos debates e propostas, ou seja, o cumprimento da lei das obrigações do Governo.

Este diploma, a que se refere o projeto resolução que acabou de ser rejeitado, previa a sua regulamentação no prazo de 90 dias após a sua aprovação. Tendo sido aprovado a 13 de setembro de 2023, o prazo para aprovação foi completamente trucidado pelo Governo — refiro-me ao Governo porque o diploma refere-se a ele, é impossível não

fazer referências ao Governo.

Pior, após a não regulamentação, o projeto resolução que acabou de ser rejeitado foi apresentado com pedido de urgência e dispensa de exame e comissão, em setembro último. O pedido de urgência foi rejeitado pela maioria.

O Governo teve, então, desde setembro de 2024 até fevereiro de 2025 para regulamentar este diploma...

Secretária Regional dos Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Esteve a trabalhar no concurso.

O Orador: ... sabendo que tinha, no Parlamento, um diploma que recomendava isso mesmo. Ainda assim, chegámos ao debate deste diploma e não há regulamentação e muito menos implementação. Ora, é lamentável que assim seja, e quem perde são as pessoas, mas, como é óbvio, nós não desistiremos de ver implementada esta medida, porque ela não só é justa e necessária, mas também porque foi a vontade política de uma maioria que, na passada legislatura, aprovou esta proposta. E a democracia é para respeitar, quando perdemos e quando ganhamos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Às vezes.

O Orador: E é bom que o Governo respeite a democracia e cumpra o seu dever, apesar de ter perdido.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Margato para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Paulo Margato (PPM):** Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O chumbo desta proposta não é mais nem menos do que o mostrar da responsabilidade deste Governo ao nível das contas públicas da Região e da sua solidificação.

A coragem de chumbar um diploma tão popular ou tão populista nesta fase, sem dúvida, é um ato de coragem, porque é muito fácil prometer, dar tudo a todos quando a nossa fonte é inesgotável, mas, infelizmente, as finanças públicas não são inesgotáveis e têm de ser geridas com alguma precisão e algum rigor.

Por isso mesmo, o PPM não vota a favor da regulamentação deste diploma.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, encerramos, assim, o ponto 7 da nossa agenda.

Sras. e Srs. Deputados, queria saudar a presença, nas galerias, do antigo Deputado Cláudio Almeida, a quem saúdo em nome desta Casa e agradeço a presença.

Aplausos da Câmara.

Sras. e Srs. Deputados, vamos avançar para o ponto 8 da nossa agenda: **Proposta de Resolução n.º 2/XIII — “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2023”**.

É, naturalmente, uma proposta apresentada pela Mesa da Assembleia, que, como é habitual, foi elaborada pelos serviços, tal como prevê a nossa orgânica. O relatório foi elaborado pela Comissão dos Assuntos Parlamentares.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação da Proposta de Resolução n.º 2/XIII, da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução n.º 2/XIII foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 9 da nossa agenda: **Relatório sobre o “Pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que a Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras possa prestar depoimento, na qualidade**

de testemunha, no âmbito dum processo judicial”.

O relatório foi elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que, por unanimidade, autoriza a Sra. Deputada a prestar este depoimento.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório sobre pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que a Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, proponho à Câmara que os pontos 10, 11, 12 e 13 sejam tratados em conjunto.

Apresentarei as candidaturas aos órgãos que aqui estão em causa.

Faremos um intervalo de 15 minutos para prepararmos a sala para as votações. E realizaremos as quatro votações em simultâneo, poupando e rentabilizando, assim, o nosso tempo.

O ponto 10 é a **“Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”.**

A candidata a ser a nossa representante neste órgão é a Sra. Eng^a. Maria Manuela Oliveira Castro Pereira, sendo que já há uma proposta subscrita pelos Srs. Deputados e também consta o termo de aceitação da mesma.

O ponto 11 é a **“Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho Nacional da Educação”**, cuja candidata é a Sra. Professora Hermínia Pereira Coelho Rodrigues, sendo que a Mesa também já dispõe da sua candidatura subscrita nos termos regimentais e do respetivo termo de aceitação.

O ponto 12 é a **“Eleição do Representante da Região Autónoma dos Açores no Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal S.A.”**, cujo candidato é o Sr.

Dr. José Manuel Monteiro Lourenço, que tem também na Mesa a sua proposta de candidatura devidamente subscrita nos termos regimentais e o respetivo termo de aceitação.

O ponto 13 é a “**Eleição de um Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana**”, cuja candidata é a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que tem também na Mesa a sua candidatura e o respetivo termo de aceitação. Refiro que, para esta eleição em específico, é exigida a maioria de 2/3 da Câmara. Portanto, devemos ter isso em atenção. Em relação às outras eleições, é por maioria simples.

Faremos, agora, o nosso intervalo e voltamos às 19 horas e 15 minutos para a respetiva eleição.

Peço aos serviços para prepararem a sala.

Eram 18 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, para que possamos terminá-los até às 20 horas, a contagem dos votos ainda demora algum tempo.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Vamos, então, iniciar este processo.

Pedia aos nossos colaboradores que distribuíssem os boletins de voto.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, peço que confirmem se são detentores de quatro boletins de voto.

Já sabem como é que se procede. As urnas estão em frente à Mesa, devidamente identificadas.

O Sr. Secretário vai proceder à chamada para exercermos o nosso direito de voto, faça favor.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela Costa **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Chega (CH)

Francisco Gabriel Meneses **Lima**
Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**
José Eduardo da Cunha **Pacheco**
José Paulo Machado de **Sousa**
Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Teixeira Nunes Correia **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Faim **Margato**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida e **Sousa**

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Todos foram chamados e todos exerceram o seu direito de voto.

Vamos organizar a contagem dos votos.

Pedia a colaboração dos Srs. Vice-Presidentes.

A Sra. Secretária Nídia Inácio ficará com a contagem dos votos do Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O Sr. Secretário Lubélio Mendonça contará os votos do Conselho Nacional de Educação.

O Sr. Vice-Presidente Joaquim Machado ficará com o Conselho de Opinião da RTP.

O Sr. Vice-Presidente João Vasco Costa ficará com o Conselho da Diáspora Açoriana.

Peço também a colaboração de outros Srs. Deputados que queiram fiscalizar a contagem.

Os Srs. Vice-Presidentes trabalharão aqui e os Srs. Secretários ali.

Procedeu-se à contagem dos votos, sendo que deram entrada em cada uma das urnas 57 boletins de voto.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para o anúncio das votações.

Tem a palavra a Sra. Secretária para o anúncio dos resultados.

Secretária: Para o Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Dra. Maria Manuela Oliveira Castro Pereira foi eleita com 50 votos sim, 3 não e 4 abstenções.

Para o Conselho Nacional da Educação, a Dra. Hermínia Pereira Coelho Rodrigues foi eleita com 49 votos sim, 3 não e 5 abstenções.

Para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal S.A., o Dr. José Manuel Monteiro Lourenço foi eleito com 47 votos sim, 6 não e 4 abstenções.

Para o Conselho da Diáspora Açoriana, a Sra. Deputada Catarina de Oliveira Cabeceiras foi eleita com 49 votos sim, 4 não e 4 abstenções.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão, assim, encerrados os pontos 10, 11, 12 e 13

da nossa agenda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para uma interpelação.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas 40 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia.

Os Serviços de Redação.